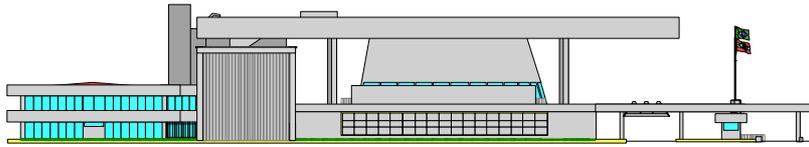


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XLVII

FLORIANÓPOLIS, 20 DE MARÇO DE 1998

NÚMERO 4.525

13ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa

MESA DIRETORA

Neodi Saretta
PRESIDENTE

Francisco Küster
1º VICE-PRESIDENTE

Vanderlei Olívio Rosso
2º VICE-PRESIDENTE

Odacir Zonta
1º SECRETÁRIO

Gervásio José Maciel
2º SECRETÁRIO

Afonso Spaniol
3º SECRETÁRIO

Adelor Francisco Vieira
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Romildo Titon

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: João Henrique Blasi

**PARTIDO PROGRESSISTA
BRASILEIRO**
Líder: Gilson dos Santos

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL
Líder: Wilson Wan-Dall

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Carlito Merss

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Líder: Jorginho Mello

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder:

COMISSÕES PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS

Ivan Ranzolin
Eni José Voltolini
Olices Santini
Romildo Luiz Titon
João Henrique Blasi
Hans Fritsche
Júlio Vânico Celso Teixeira
Pedro Uczai
Jorginho Mello

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel
Eni José Voltolini
Leodegar Tiscoski
Ivo Konell
Sérgio de Souza Silva
Paulo Vidal
Wilson Rogério Wan-Dall
Carlito Merss
Jorginho Mello

AGRICULTURA, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Olices Santini
Eni José Voltolini
Herneus de Nadal
Manoel Mota
Norberto Stroisch Filho
Idelvino Furlanetto
Pedro Uczai

DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Udo Wagner
Ivan Ranzolin
Sérgio de Souza Silva
Narcizo Parisotto
Wilson Rogério Wan-Dall
Idelvino Furlanetto

TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL E TURISMO

Reno Luiz Caramori
Leodegar Tiscoski
Manoel Mota
Paulo Vidal
Norberto Stroisch Filho
Volnei Morastoni
Ciro Marcial Roza

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Udo Wagner
Lício Mauro da Silveira
Luiz Roberto Herbst
Manoel Mota
Júlio Vânico Celso Teixeira
Ideli Salvatti
Onofre Santo Agostini

SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Udo Wagner
Gilmar Knaesel
Lício Mauro da Silveira
Ivo Konell
Sérgio de Souza Silva
Cesar Antônio de Souza
Volnei Morastoni

TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

Pedro Bittencourt Neto
Olices Santini
Gilmar Knaesel
Herneus de Nadal
Hans Fritsche
Ideli Salvatti
Jaime Aldo Mantelli

FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E EFICÁCIA LEGISLATIVA

Lício Mauro da Silveira
Reno Luiz Caramori
Luiz Roberto Herbst
Hans Fritsche
Júlio Vânico Celso Teixeira
Carlito Merss

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração eletrônica, montagem e
distribuição.

Diretor: Valter Clementino Pereira

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.

Diretora em exercício:

Denise Videira Silva

Divisão de Divulgação e**Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.

Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO VII - **NÚMERO 919**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 36 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 153ª Sessão Ordinária
realizada em 15/12/1997..... 2
Ata da 012ª Sessão Ordinária
realizada em 11/03/98..... 7
Ata da 001ª Sessão
Extraordinária realizada em
11/03/98..... 18
Ata da 013ª Sessão Ordinária
realizada em 12/03/98..... 19

Atos da Mesa Diretora

Resoluções 25
Representações..... 27

Publicações Diversas

Decreto Legislativo..... 32
Ofício 32
Parecer 32
Projetos de Lei..... 32
Projeto de Resolução..... 35
Requerimentos 36
Errata..... 36

PLENÁRIO

ATA DA 153ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 15 DE DEZEMBRO DE 1997

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER

As quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Carlito Merss - Cesar Souza - Ciro Roza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Odacir Zonta - Olices Santini - Onofre Santo Agostini - Paulo Vidal - Pedro Bittencourt - Pedro Uczai - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Sergio Silva - Udo Wagner - Vanderlei Rosso - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declarou aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à leitura do expediente.

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO (Deputado Odacir Zonta) - O expediente consta do seguinte, senhor Presidente:

MENSAGENS DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO N.ºS:

- 2995, encaminhando projeto de lei que dispõe sobre a distribuição da Quota Estadual do Salário Educação entre o Estado e os Municípios;
- 2996, encaminhando Medida Provisória que dispõe sobre a concessão de redução parcial da multa, remissão, transação, estabelece condições para parcelamento de créditos tributários e dá outras providências.

PROJETOS DE LEI:

- de autoria do senhor Deputado Reno Caramori, que concede redução do ICMS sobre veículos adquiridos por Apaes;
- de autoria de vários senhores Deputados, que Dispõe sobre a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, de que trata a Lei Federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996;
- de autoria do senhor Deputado Hans Fritche, que denomina Paulo Vermoehlen, ginásio de esporte;
- de autoria do senhor Deputado Sérgio Silva, que dispõe sobre a proteção do contribuinte e cria o código de defesa do contribuinte do Estado de Santa Catarina;

- de autoria do senhor Deputado Sérgio Silva, que declara de utilidade pública o Centro de Evangelização Integrada - C.E.I. - Paciência, com sede e foro na cidade e Comarca de Itajaí;
- de autoria do senhor Deputado Sérgio Silva, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Sertão do Trombudo - ASMT, com sede e foro na cidade de Itapema e Comarca de Balneário Camboriú.

OFÍCIOS N.ºS:

- 893/97, da senhora Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, do Ministério da Justiça, comunicando que foi firmado o convênio nº 041/97, entre aquele Ministério, por intermédio da Secretaria Nacional de Direitos Humanos e o Tribunal de Justiça do Estado;
- 917/97, da senhora Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, do Ministério da Justiça, comunicando que foi firmado o Convênio nº 064/97, entre aquele Ministério, por intermédio da Secretaria Nacional de Direitos Humanos e a Secretaria de Estado da Justiça.

FAX:

- da Caixa Econômica Federal, comunicando a liberação de recursos financeiros ao Estado, referente ao Programa PASS;

- da Caixa Econômica Federal, comunicando a liberação de recursos financeiros ao Estado, referente ao Programa Habitar-Brasil.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Por unanimidade, esta Casa aprovou o requerimento de autoria do senhor Deputado Volnei Morastoni e de outros Deputados propondo a transformação do horário dedicado às Breves Comunicações e aos Partidos Políticos nesta segunda-feira numa sessão especial, para debater a matéria veiculada na revista Veja, de circulação nacional, versando sobre turismo e a situação do Estado de Santa Catarina nesse contexto.

Assim sendo, esta Presidência suspenderá a presente sessão até as 16h.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster)(Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

O senhor Deputado Norberto Stroisch justifica a sua ausência na sessão de hoje.

A Presidência comunica que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis apresentou parecer pelo arquivamento do Projeto de Lei nº 309/97, de autoria do Deputado Luiz Herbst, que "denomina Pedro Merhy Seleme a ponte interestadual sobre o Rio Negro, que liga a cidade de Três Barras (Santa Catarina) à cidade de São Mateus do Sul (Estado do Paraná)."

De acordo com o § 1º do art. 89 do Regimento Interno, esta Presidência dá conhecimento ao Plenário de que foram aprovadas nas Comissões Permanentes, e que não havendo recursos no prazo de duas sessões serão elaborados os respectivos autógrafos, as seguintes matérias:

Projeto de Lei nº 322/97, de autoria do senhor Deputado Pedro Bittencourt, que declara de utilidade pública a Associação dos Amigos da Casa da Criança e do Adolescente no morro do Mocotó, com sede e foro na Comarca de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos;

Projeto de Lei nº 382/97, de autoria do senhor Deputado Volnei Morastoni, que declara de utilidade pública o Centro de Evangelização Integrada, com sede e foro na cidade e Comarca de Itajaí.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos;

Projeto de Lei nº 390/97, de autoria do senhor Deputado Eni Voltolini, que declara de utilidade pública a União Joinvilense da Terceira Idade - Ujeti, com sede e foro na cidade e Comarca de Joinville.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 145/97, de autoria do senhor Deputado Cesar Souza, que denomina Aparício Ramos Cordeiro a rodovia estadual Via Parque, no Município de Florianópolis.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 134/97, de procedência governamental, que autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 295/97, de procedência governamental, que autoriza a doação de imóvel no Município de Palmitos.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 328/97, de procedência governamental, que autoriza a doação de imóvel no Município de São José.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Quero, respeitosamente, convocar os senhores Líderes de Bancada para uma reunião, após a sessão, no gabinete da Presidência.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Leodegar Tiscoski, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao senhor Dionísio Bressan Lemos, Presidente da Cooperativa Agropecuária de Tubarão, cumprimentando-o pela participação e conquista do Prêmio Cidade Azul de Ecologia-1997.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, a ser enviado ao tenente-coronel PM Bernardino Carlos Franco Mota, Comandante do 6º Batalhão da Polícia Militar, cumprimentando toda a corporação, especialmente a 3ª Companhia de Polícia Militar de Curitiba, pelo 60º aniversário de sua implantação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Capitão Carlos Eduardo Orthmann, Comandante da 3ª Companhia de Polícia Militar de Curitiba, cumprimentando-o e a toda corporação pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Curitiba.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara Municipal de Salto Veloso, cumprimentando a sociedade daquele Município pelo seu aniversário de emancipação política.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara Municipal de Arroio Trinta, cumprimentando a sociedade daquele Município pelo seu aniversário de emancipação política.

A Presidência defere de plano.

Requerimento, de autoria do Deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara Municipal de Águas de Chapecó, cumprimentando a sociedade daquele Município pelo seu aniversário de emancipação política.

A Presidência defere de plano.

Requerimento, de autoria do Deputado Ildelino Furlanetto, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Telesc, solicitando a instalação de telefone público na localidade de Linha Olinda, rodovia SC-468, no Município de Coronel Freitas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria dos Deputados Volnei Morastoni e Vanderlei Rosso, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado, solicitando empenho em atender o pleito da região Sul do Estado - Amurel, que é a transformação do escritório da Fatma de Tubarão em Coordenadoria Regional do Vale do Tubarão.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Volnei Morastoni, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Superintendente do Ibama, ao Diretor da Fatma, ao Comandante da Companhia de Polícia e Proteção Ambiental e à Coordenadoria de Defesa do Meio Ambiente do Centro de Promotorias da Coletividade do Ministério Público estadual, solicitando que adotem medidas administrativas e/ou judiciais pertinentes, considerando o parecer técnico, em anexo, que constata a poluição ambiental causada pela empresa de farinha de peixe Tridapalli, da localidade de Espinheiros, em Itajaí.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento, de autoria do Deputado Pedro Bittencourt, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Telesc, solicitando a antecipação das instalações das novas linhas telefônicas nos Balneários de Canasvieiras, Ingleses e Jurerê.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Adelor Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Telesc, solicitando a instalação de um telefone público com cartão junto ao Bem-Bem Restaurante, no Município de Garuva.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Adelor Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Telesc, solicitando o fortalecimento do sinal celular móvel para o Município de São João do Itaperiú e região.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Idelvino Furlanetto, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Telesc, solicitando a instalação de um telefone público na Churrascaria Pinheiro, no Município de São Miguel d'Oeste.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Afonso Spaniol, que solicita o envio de mensagem telegráfica à nova junta diretiva estadual da Câmara Júnior de Santa Catarina, cumprimentando-a pela posse na gestão 1998, no dia 13 do corrente, em São Miguel d'Oeste.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Sergio Silva, que solicita a prorrogação do prazo por mais 30 dias para que a Comissão Especial Externa que tem por finalidade tratar de credenciamento dos portos catarinenses possa concluir seus trabalhos.

Em discussão.

O Sr. Deputado Sergio Silva - Peço a palavra, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra o Autor.

O SR. DEPUTADO SERGIO SILVA - Senhor Presidente e senhores Deputados, o requerimento ora posto para ser deliberado pelos senhores Deputados é muito simples, é um pedido de prorrogação, até porque a Comissão já teve três reuniões para tratar dessa questão, está avançando nas tratativas.

Aqui reunimos na última reunião os dirigentes dos portos de Itajaí, de São Francisco do Sul e de Imbituba.

Também contamos com a presença do Cônsul do Paraguai, com o Secretário do Mercosul e do Secretário Adjunto, quando tratamos de um material que neste momento está sendo elaborado, para que no retorno das nossas atividades Parlamentares possa dar o prosseguimento devido a esta Comissão.

Como esta Comissão tem um prazo muito curto para consolidar, é que nós estamos solicitando a prorrogação do prazo, já que estamos em franco processo de desenvolvimento para tentarmos resgatar esse direito de Santa Catarina, que é ver os seus portos operando com o vizinho País, denominado Paraguai, para que possamos ter condição de igualdade com os irmãos gaúchos, paranaenses e paulistas.

Assim eu peço a prorrogação do prazo dessa Comissão, porque tenho certeza que nós seremos vitoriosos nessa empreitada de termos a liberação das importações e das exportações do Paraguai, via portos de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Wilson Wan-Dall, que requer que seja encaminhado ofício ao Presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando informações acerca dos efeitos do fenômeno El Niño no Estado Catarinense.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação de autoria do senhor Deputado Leodegar Tiscoski, a ser enviado ao Diretor-Presidente do Badesc, através do Governador do Estado, pedindo informações a respeito dos projetos de financiamento aprovados pela instituição financeira.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação de autoria do senhor Deputado Leodegar Tiscoski, a ser enviado ao Diretor do BRDE, através do Governador do Estado, pedindo informações a respeito dos projetos de financiamento aprovados pela instituição financeira.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação de autoria do senhor Deputado Leodegar Tiscoski, a ser enviado ao senhor Governador, pedindo informações sobre as datas, os destinos e as finalidades do uso do helicóptero da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação de autoria da senhora Ideli Salvati, a ser enviado ao senhor Ari Martendal, Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - Ipsc, pedindo informações sobre o pagamento da dívida do Ipsc a(os) pensionistas, conforme matéria veiculada na coluna do jornalista Moacir Pereira, no jornal O Estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica à família do Coronel Francisco Blasi, ilustre filho de Campos Novos, manifestando profundo pesar pelo seu falecimento em Campinas, Estado de São Paulo, no dia 11 do corrente mês.

(Passa a ler)

"Francisco Blasi era filho de Paulo Blasi, eminente homem público que deixou suas raízes naquele Município, e de Adolfina Rupp Blasi; irmão dos ilustres conterrâneos, o professor Paulo Henrique Blasi e o Desembargador Aluizio Blasi, e tio do Deputado João Henrique Blasi.

Nasceu em Campos Novos, em 22 de novembro de 1922. Após fazer o curso ginasial em Lages, no Colégio Diocesano, onde foi aluno destacado, ingressou na Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre e, posteriormente, na Academia Militar de Agulhas Negras, em Rezende, Estado do Rio de Janeiro. Concluindo sempre com distinção seus estudos na área militar, como Oficial do Exército, foi Instrutor na Aman, servindo, posteriormente, em Belo Horizonte, em Itú e em São Paulo. Na década de 50 foi transferido para Campinas, tendo ingressado no Magistério do Exército e passado a integrar o corpo docente efetivo da Escola Preparatória de Cadetes de Campinas, como professor titular de matemática. Dentre os ex-alunos do Coronel Blasi, pode-se destacar o atual Ministro da Guerra, General Zenildo Lucena.

Dada sua competência e alta erudição na área das Ciências Exatas, após ser professor do Colégio Estadual Barão de Ataliba Nogueira, em Campinas, passou a integrar também o Corpo Docente da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como professor titular de Geometria Analítica do Instituto de Ciências Exatas daquela prestigiosa Universidade, em cujo exercício permaneceu até a data de seu súbito falecimento.

Deixou diversas obras escritas sobre sua especialidade, e estava preparando outras, para publicação. Dentre elas destacamos: "Complementos de Matemática" (P.J. Editor/ São Paulo) e "Lições de Geometria Analítica" (Editora Nova Teixeira, Campinas/SP).

O Coronel Francisco Blasi tinha um amor todo especial à cidade em que nasceu, Campos Novos, tanto que em 1982, quando da comemoração do centenário de criação do Município, foi, a convite do então Prefeito Municipal Sebastião Corrêa, o orador oficial, tendo produzido primorosa oração no ato solene de inauguração do obelisco que marcou a efeméride na Praça Lauro Müller daquela cidade.

Juntamente com seus irmãos, Drs. Paulo Henrique e Aluizio, complementou e atualizou os apontamentos feitos por seu pai Paulo Blasi sobre a história de Campos Novos, lançados sob as forma de livro, em 1994, com o título "CAMPOS NOVOS, UM POUCO DE SUA HISTÓRIA", cuja apresentação foi feita pelo saudoso e eminente conterrâneo Desembargador Cid Pedrosa. Deixou o Coronel Blasi escritos, ainda, diversos contos, todos eles tendo como palco a cidade de Campos Novos e personagens, figuras ali nascidas.

Francisco Blasi era neto do Coronel Henrique Rupp, que foi Prefeito Municipal de Campos Novos entre os anos de 1893/1898 e 1911/1913. Seu sogro e tio, Lauro Severiano Rupp, foi o primeiro Prefeito Municipal de Cruzeiro do Sul (hoje Joaçaba) e foi também Prefeito Municipal de Itapetininga, São Paulo. Casado com a dona Graciema Rupp Blasi, o Coronel Blasi deixa três filhas (Sonia Regina, Ana Cândida e Maria Cecília), um filho (Francisco Blasi Filho) e 6 netos, todos residentes em Campinas.

As exéquias do ilustre conterrâneo, na sexta-feira, dia 12, foi expressivo o número de colegas, amigos e alunos que compareceram, destacando o caráter impoluto e a insigne projeção do ilustre catarinense. O Prefeito Municipal de Campinas levou à família o pesar dos Municípios campinenses por tão sentida perda. Dentre familiares, amigos, colegas, alunos, ex-alunos do Coronel Blasi, ficou registrada a presença do Romildo Cahin, ex-Ministro da Administração, e Toledo de Camargo, ex-Chefe da Casa Militar da Presidência da República.

Ao ensejo desta comunicação, realçando a perda do eminente camponovense, entendemos que a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina deve registrar o fato em seus anais, apresentando à família enlutada seus profundos votos de pesar."

A Presidência defere o pretendido pelo Deputado Onofre Santo Agostini.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Quero apenas deixar registrado o agradecimento pela iniciativa do Deputado Onofre Santo Agostini e ao deferimento feito agora por V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito o senhor Deputado Afonso Spaniol, a quem concedemos a palavra.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Senhor Presidente, enquanto assoma na tribuna o nobre Deputado Afonso Spaniol, eu peço a palavra a V.Exa. com o devido respeito para comunicar que a partir de amanhã, às 9h30min, nós teremos uma reunião da Comissão de Justiça, de Educação, de Finanças, de Serviços Públicos e de Transporte (cinco Comissões) para analisar os projetos que estão em tramitação.

Alguns projetos são polêmicos e amanhã será a última reunião. Nós só faríamos outra extraordinária caso fosse necessário. Então é importante que V.Exa. relembre os senhores Deputados. Gostaríamos de contar com a presença dos Líderes, porque nós teremos que saber se há prazo para as emendas e, pelo que vejo, tem uma medida provisória que acabou de entrar na Casa e esta medida está fora das nossas cogitações nas Comissões.

V.Exa. teria que, juntamente com os Líderes, ajeitar uma solução para isto porque, pelo encaminhamento dado, na quinta-feira encerraremos os trabalhos referentes a este período legislativo, apenas lembrando a todos os Presidentes de Comissão que já fizemos um entendimento neste particular para amanhã,

às 9h30min, começamos a nossa reunião e terminamos só na hora em que examinarmos todas as posições que lá estão na pauta.

Agradeço a atenção de V.Exa. e também ao Deputado que está na tribuna pela interferência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Eu reitero a convocação dos eminentes Líderes de Bancada para, após a presente sessão, uma reunião no gabinete da Presidência, bem como do Líder do Governo e dos Presidentes das Comissões.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Senhor Presidente, quero apenas agradecer a V.Exa. pela leitura na íntegra do nosso requerimento em que prestamos homenagem ao Coronel Francisco Blasi, filho de Paulo Blasi, tio do Deputado João Henrique Blasi e irmão do professor Paulo Henrique Blasi e do Desembargador Aluizio Blasi.

Agradeço a gentileza de V.Exa. de ler na íntegra o nosso requerimento, haja vista que é um conterrâneo nosso que representou tão bem Santa Catarina e que infelizmente faleceu por destino ou por ter chegado o seu momento, no dia 11, e digo isto com muita tristeza porque foi coincidentemente também o dia que faleceu o meu pai e o meu sogro.

Então, faço este registro agradecendo por ter lido na íntegra a história do Coronel Blasi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Foi de inteira justiça o pleito feito por V.Exa. Por isso nós fizemos esta homenagem, por reconhecer a justeza do pleito.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra, pela ordem, a senhora Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Eu gostaria de saber como vai ser o procedimento com relação ao projeto cota/parte estadual do salário-educação que o Governo do Estado deu entrada apenas na sexta-feira.

O projeto de autoria de vários Parlamentares está em tramitação na Casa, inclusive já com o parecer favorável de três Comissões: Comissão de Justiça, de Finanças e de Serviço Público, falta apenas o parecer da Comissão de Educação.

Havia um compromisso de dar entrada do projeto de origem do Executivo e só deu entrada na sexta-feira.

Então, eu gostaria de ter clareza de qual vai ser o procedimento da Presidência neste caso porque havia um acordo de que só tramitariam projetos que dessem entrada até as 12h de quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Realmente a decisão foi tomada com a unanimidade dos senhores Líderes de que nós deliberaríamos sobre as matérias que dessem entrada até quinta-feira e houve um erro de interpretação ou coisa do gênero dizendo que eu falei até quinta-feira, às 9h. Não era até quinta-feira nas primeiras horas da tarde.

Como já tem um projeto tramitando, se os Líderes entenderem de acoplar a mensagem do Governador e trabalharem os dois simultaneamente, eu não vejo o porquê de nos esquivarmos de tratar da matéria, porque veio um projeto do Governador que eu ainda não conheço, e foi lido no expediente agora à tarde.

Com relação ao outro projeto, nós vamos nos reunir com os Líderes para ver o que efetivamente vamos fazer, mas não tem mais condições de tramitar.

Este aí eu acho que nós poderíamos estudar o encaminhamento. Vamos ver a que conclusão nós chegaremos com os Líderes e Presidente das Comissões Técnicas.

Desculpe e fico lhe devendo uma resposta mais objetiva, mais precisa.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Inclusive, Presidente, eu gostaria de deixar registrado o requerimento no sentido de que o projeto entre em deliberação amanhã à tarde, porque ele está em regime de urgência, com os prazos já todos vencidos, e já poderia ter sido votado na quarta-feira da semana passada e por acordo nós ficamos aguardando a entrada do projeto da parte do Executivo.

Então, eu gostaria que amanhã fosse incluído na pauta o projeto da cota/parte estadual do salário-educação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Vamos ver se é possível!

Com a palavra o senhor Deputado Afonso Spaniol, e peço escusas pela demora.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOL - Senhor Presidente e senhores Deputados, serei breve. Apenas gostaria de fazer o registro que no último sábado, dia 13, em São Miguel d'Oeste, ocorreu a eleição da nova junta diretiva da Organização Câmara Júnior de Santa Catarina.

Eu, que fui Membro da Câmara Júnior há dez anos, exatamente no Município de São Miguel d'Oeste, participei deste evento. E também, pela primeira vez na história da Câmara Júnior de Santa Catarina, foi eleito como Presidente um migueloestino, um cidadão de São Miguel d'Oeste, o nosso amigo Luiz Gustavo Spazini, que estará à frente da Organização Câmara Júnior de Santa Catarina na gestão de 1998.

Por isso que recentemente foi lido o nosso requerimento parabenizando a posse da nova junta diretiva e estendendo principalmente os cumprimentos ao nosso amigo Luiz Gustavo Spazini e aos habitantes de São Miguel d'Oeste por terem um filho da sua terra na frente desta organização.

Era este o registro que gostaríamos de fazer para que ficasse nos Anais da Casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Eni Voltolini.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Senhor Presidente, é visível a falta de quórum em função das várias outras atividades que estão neste momento em andamento na Assembléia Legislativa. E como V.Exa. também convocou uma reunião de Líderes, e na sequência o PPB tem a sua reunião de Bancada, estou, neste momento, pedindo a eliminação da minha inscrição, para que nós possamos agilizar o término desta sessão.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Agradeço pela compreensão do eminente Líder.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Senhor Presidente e senhores Deputados, está chegando o final do ano e o cansaço já toma conta das pessoas, dos Parlamentares.

Mesmo assim, gostaria de dizer da importância de ainda votar algumas coisas. O Regimento de Custas será votado amanhã

na Comissão de Finanças e na de Justiça. Na Comissão de Finanças eu sou Relator, e se algum Deputado ainda tem dúvidas, questionamentos, pode ir conversando com a nossa assessoria, hoje, para que nós consigamos arredondar esse projeto e aprová-lo na Comissão para tramitar já nesta Casa e, até quarta-feira, ver aprovado esse projeto de Regimento de Custas.

Então, todos têm autonomia e liberdade para nos procurar, ou a relatoria, para que possamos aprovar de vez esse projeto.

Em segundo lugar, gostaria de dizer que acho que a Deputada Ideli Salvatti levantou muito bem a importância da questão do salário-educação, do fundo.

Em relação ao sistema estadual de ensino, eu gostaria - já comentei na semana passada e na semana retrasada - de apresentar uma proposta, um anteprojeto e entregar uma cópia, até amanhã, a cada um dos quarenta Deputados, para que possam ler a contribuição nossa nesse sistema estadual de educação.

Digo isso por uma única razão: nós, os quarenta Deputados, seremos responsabilizados por omissão - porque a sociedade vai cobrar de nós essa omissão -, se o Governo se omitiu em não regulamentar o sistema estadual de ensino e emitiu uma resolução que possivelmente é inconstitucional, porque regulamenta uma lei federal, e o Conselho Estadual de Ensino, no meu entendimento, pode ser regulamentado através de resoluções, decretos, a partir de lei estadual.

Portanto, nós temos a responsabilidade de começar esse debate, mesmo que tarde, temos a responsabilidade de fazer tramitar aqui nesta Casa a discussão, o debate, de uma proposta de sistema estadual de ensino.

Então, vou entregar aqui, humildemente, uma cópia do anteprojeto para cada Deputado. Não vamos dar entrada oficialmente à Casa. Nós vamos entregar para cada Deputado uma proposta de sistema estadual de educação buscando algumas alternativas, algumas inovações no processo de democratização do sistema de ensino e também a incorporação dos debates que ocorreram neste ano, no Estado. Foram vários debates com várias entidades, universidades, professores, Secretarias Municipais de Educação, Secretários Municipais, as próprias Comissões que debateram este ano sobre o sistema estadual. E nós conseguimos trazer um pouco, uma síntese, dessas contribuições.

Mais do que isso: buscamos também os avanços de 88 a 94, no debate a nível nacional com as diferentes entidades democráticas que discutiram um projeto de lei - que deram entrada nesse projeto de lei no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados -, principalmente incluindo o Fórum Estadual de Educação e o Fórum Municipal de Educação, que possibilitam democratizar o debate, a discussão, a decisão e os encaminhamentos da educação no Estado de Santa Catarina.

Não podemos nós, Deputados, sermos cobrados pela sociedade pela omissão da regulamentação do sistema estadual de ensino no Estado de Santa Catarina. E é nesse sentido, é nesse espírito, é nessa vontade de estar contribuindo com a Casa Legislativa e com a sociedade catarinense que estamos apresentando uma humilde contribuição sobre o sistema estadual de ensino para ser discutida aqui, na Assembléia Legislativa.

Entregaremos, possivelmente hoje ainda, uma cópia para cada Deputado para que, juntamente com as suas assessorias, com as suas bases, possamos debater e democratizar o debate, porque pensar sobre a educação infantil, a educação fundamental, o ensino médio e o ensino superior no Estado de Santa Catarina é pensar sobre o futuro deste Estado. E pensar sobre o futuro deste Estado é responsabilidade dos quarenta Parlamentares desta Casa.

Para não sermos criticados, como o Governo está sendo, por se omitir em mandar o projeto do salário-educação, e manda atrasado o que regulamenta o fundo da educação, como também o da própria regulamentação da LDB e de tantos outros projetos, no afogadilho do final de ano, nós estamos tomando a iniciativa de apresentar uma proposta de discussão sobre o sistema estadual de educação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os senhores Deputados, em Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Pedro Bittencourt - Pedimos a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Pedro Bittencourt.

O SR. DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT - Senhor Presidente, pedimos a palavra para registrar que recebemos há pouco a pauta prevista para a sessão de amanhã, dia 16. É uma pauta extensa, com várias matérias previstas para votação. Mas também sabemos que para o dia de amanhã foram convocadas várias reuniões de Comissões para deliberar sobre matérias ainda em tramitação na Casa.

Tendo em vista que este Deputado tem no dia de amanhã compromissos inadiáveis na cidade de Itajaí, em razão da comemoração do cinquentenário do ex-Governador Antônio Carlos Konder Reis, de ser também sua data natalícia, é do nosso interesse, é o nosso objetivo, deslocarmos para aquela cidade. Portanto, queria consultar a V.Exa. se é interesse da Presidência, se porventura alguma das matérias forem aprovadas nas Comissões, incluí-las "ex-officio" na pauta, ou se poderíamos, estas matérias deliberadas na Comissão, amanhã, deixá-las para a sessão de quarta-feira.

A minha preocupação é de estar presente no momento da votação de matérias de fundamental importância, para que o Plenário possa assim deliberar.

Consulta V.Exa. sobre a possibilidade de manter exclusivamente esta Ordem do Dia para a sessão amanhã, deixando as matérias, porventura aprovadas nas Comissões, no dia de amanhã, para a sessão de quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Eu queria respeitosamente pedir a generosidade de V.Exa. em nos representar, porque nós fomos gentilmente convidados a participar desse evento, que eu reputo da maior importância por se tratar da figura do homem público, da figura de conduta ilibada do Dr. Antônio Carlos Konder Reis. Portanto, eu queria convidá-lo a nos representar. Esta é a primeira conversa que eu gostaria de ter.

Com relação à pauta, já é uma pauta bastante extensa, então, vamos nos reunir com os Líderes e os Presidentes das Comissões para ver como proceder, pois nós temos a questão do Orçamento. Em princípio, eu acho que esta já é uma pauta bem extensa, já temos bastante trabalho para amanhã.

Eu não poderia, neste exato momento, dizer a V.Exa. que será esta aqui ou se nós vamos, regimentalmente, incluir mais alguma coisa, porque, a princípio, não se poderia fazer inclusões, a não ser deliberar sobre a que nós vamos anunciar em seguida.

O SR. DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT - A não ser por um acordo entre Lideranças para a sua inclusão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT - Perdoe-me, então, senhor Presidente, mas vou pedir para o meu Líder que acorde somente com as matérias constantes desta pauta que já recebi; inclusive, ele também deverá se deslocar para Itajaí.

Faço essa observação porque na semana próxima passada fui tomado de surpresa com a inclusão de uma matéria. E eu desejava estar presente em Plenário para poder participar, mas a assessoria colocou a matéria em um dia e estava previamente agendado para o dia seguinte.

Então, por esta razão eu já estou abordando este assunto, comunicando a V.Exa. que vou pedir ao nosso Líder para que as matérias para amanhã sejam exclusivamente as constantes da pauta distribuída no dia de hoje.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Até em função da concordância que tenho com o Deputado Pedro Bittencourt de que a Ordem do Dia deva ser exclusiva daquelas matérias que constaram da pauta antecipada, nós gostaríamos de solicitar a V.Exa. que incluisse, se possível, nessa pauta que ainda não está anunciada, portanto, ainda com possibilidade de ser incluída, o Orçamento e o projeto de custas para a sessão de amanhã. E se porventura até a hora da Ordem do Dia eles não tiverem os pareceres, então, seriam excluídos da pauta, uma vez que essa possibilidade de exclusão existe. A dificuldade regimental é a de inclusão de matérias.

Há interesse, senhor Presidente, de diversos senhores Deputados em votar essa matéria amanhã, em função de na quarta-feira existir uma atividade político-partidária de relevância, então, se fosse possível, nós gostaríamos que essa matéria fosse votada amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Diante do questionamento feito, eu acho que nós deveríamos definir a pauta agora. Definir a pauta, bater o martelo, e aí não entra mais matéria alguma.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Senhor Presidente, eu acredito que o projeto de regimento de custas deva acontecer conjuntamente com a reunião das Comissões de Finanças e de Justiça, dada a discussão que fizemos na semana passada, neste Plenário, no dia em que foi em conjunto com outras Comissões, para que nós possamos deliberar na mesma reunião tanto o mérito quanto a constitucionalidade do projeto.

Em função disso, foi dado o encaminhamento conjunto com as duas Comissões de que as emendas seriam apresentadas até sexta-feira e que na terça-feira, ou seja, no dia de amanhã, realizar-se-ia a reunião conjunta das duas Comissões para analisar tanto o mérito quanto a constitucionalidade.

Em relação ao mérito, cabe a mim, como Relator, apresentar o parecer para a Comissão de Finanças, e a Comissão de Justiça tem que analisar a constitucionalidade, mas acredito que deva ser conjuntamente, porque esse foi o acordo realizado na semana passada aqui, neste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Consulto o senhor Deputado Pedro Bittencourt.

O SR. DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT - Senhor Presidente, estávamos conversando com o Deputado Carlito Merss e o Deputado Neodi Saretta, já que o Deputado Pedro Uczai utilizava o microfone de apartes, por isso, não foi possível também consultá-lo sobre a possibilidade de V.Exa., se pudesse, agora, na reunião com os Líderes, levar a seguinte proposta: a pauta de amanhã já está estabelecida. Então, que pudéssemos fazer uma sessão matutina na quarta-feira, a partir das 9h, adentrando imediatamente na Ordem do Dia com as matérias deliberadas nas Comissões no dia de amanhã, provavelmente o

Orçamento e o regimento de custos. Se nós deixarmos quatro horas, das 9 às 13h, nós deliberaremos a respeito dessas duas matérias sem problema nenhum.

É essa a sugestão que nós gostaríamos de apresentar a V.Exa., solicitando que seja encaminhada aos Líderes de Bancada, e, em havendo a concordância, nós pudéssemos deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Nós agradecemos pela colaboração e pela sugestão do eminente Deputado Pedro Bittencourt e vamos levar essa proposta aos senhores Líderes, de tal forma que a pauta que eu vou anunciar em seguida é a que está elaborada para o dia de amanhã.

Não havendo mais manifestações dos senhores Deputados, passaremos a ler a pauta do dia 17/12/97.

Discussão e votação em segundo turno dos Projetos de Lei nº s: 116/97; 262/97; 272/97; 315/97; 325/97; 329/97 e 367/97.

Discussão e votação em segundo turno do substitutivo global aos Projetos de Lei nº s: 253/96; 277/97 e 305/97.

Discussão e votação em turno único dos Projetos de Decreto Legislativo nº s: 257/97; 261/97 e 786/96.

Discussão e votação em turno único dos Projetos de Lei nº s: 136/97; 288/97; 291/97; 293/97; 345/97; 347/97; 352/97; 353/97; 361/97; 363/97; 365/97 e 383/97.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 175/97.

Estas são as matérias que deverão figurar na pauta da Ordem do Dia da sessão de amanhã.

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, encerramos a presente sessão convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.
(Republicada por incorreção)

ATA DA 012ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 11 DE MARÇO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Carlito Merss - César Souza - Ciro Roza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gilson dos Santos - Hans Fritsch - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olives Santini - Onofre Santo Agostini - Paulo Vidal - Pedro Bittencourt - Pedro Uczai - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Sérgio Silva - Vanderlei Rosso - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Secretário "ad hoc", Deputado Volnei Morastoni, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Secretário "ad hoc", Deputado Volnei Morastoni, que proceda à leitura do expediente.

O SR. SECRETÁRIO (Deputado Volnei Morastoni) - O expediente consta do seguinte, senhor Presidente:

OFÍCIOS NºS:

002/98, dos senhores servidores do Poder Judiciário da Comarca de Blumenau, solicitando o voto favorável junto ao Plenário da Assembléia Legislativa, quando da reapreciação do veto ao projeto de reajuste destinados aos serventuários da Justiça;

066/98, do senhor Presidente do Tribunal de Justiça, enviando cópia do acórdão exarado nos autos de Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 88.085641-4, de Imituba;

0815/98, do senhor Presidente do Tribunal de Justiça, notificando o teor do acórdão exarado no Mandato de Segurança em epígrafe, cujo

juízo, do Órgão Especial do Tribunal Pleno, que por votação unânime, concedeu a segurança;

GG nº PRCC 1286896.1, do senhor Governador do Estado, encaminhando a manifestação da Procuradoria Geral do Estado, referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 001/98.

FAX:

- da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Romelândia, encaminhando Moção de nº 001/98, pedindo prorrogação para o financiamento do Crédito de Emergência e Custeio de Lavoura dos Produtores Rurais, com vencimento neste ano, para o ano que vem na mesma data;

- da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Romelândia, encaminhando Moção de nº 002/98, que seja, em parceria entre os Municípios da Amerios e Governo do Estado, adquirido um caminhão equipado para o transporte de peixes que são produzidos nestes Municípios.

TELEX:

- dos senhores funcionários da Comarca de São José do Cedro, esperando a derrubada do veto do senhor Governador, atinente aos 10,30%, de aumento a todos os servidores do Judiciário.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito para falar o senhor Deputado Idelvino Furlanetto, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - Senhor Presidente e senhores Deputados, nós queremos levar ao conhecimento de todos os senhores Parlamentares a história da luta dos agricultores e das mulheres agricultoras, dos professores, dos trabalhadores da saúde, dos trabalhadores urbanos.

Eu venho à tribuna hoje com

indignação pela forma como foram tratados os agricultores que saíram do Oeste, do Extremo Oeste, dirigindo-se à Capital do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, para fazer as suas reivindicações, cobrar do Governo aquilo que há vários anos está na pauta de reivindicações e continua na pauta, que é a regulamentação do seguro agrícola.

Os agricultores estão reivindicando a anistia dos financiamentos de emergência, estão pedindo para que o Governo pague o transporte escolar dos filhos, estão pedindo a regulamentação de várias leis que são do interesse de pequenos agricultores, mais propriamente da agricultura familiar, estão cobrando que o Governo aceite a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar ser integrada ao Conselho de Desenvolvimento Rural de Santa Catarina. Estas são as reivindicações.

Os agricultores se dirigiram para a Capital e ao chegarem aqui os ônibus foram revistados, parecendo que seus integrantes eram assaltantes, ladrões.

Isso ocorreu, porque o Comandante da Polícia Militar determinou que alguns policiais fossem para a BR a fim de revistar todos os ônibus que se dirigiam para a Capital. Eles foram atacados com metralhadoras, com fuzis. Da forma com que a polícia os recebeu, parecia que os agricultores eram assaltantes.

Veja a tamanha violência com que são recebidos os agricultores, que são pessoas que plantam e produzem todos os alimentos que vão à mesa de todos os cidadãos catarinenses e brasileiros.

Os agricultores foram tratados com violência nessa madrugada. Alguns agricultores estão aqui e os demais estão acampados na Secretaria da Educação, para as devidas cobranças ao Governo Estadual e ao Secretário da Educação. Ele mesmo prometeu o transporte escolar gratuito.

Esse Governo mentiu para os

agricultores, enganando-os. Esse Governo está igual a um produto que tem um rótulo diferente do que está no conteúdo. É um produto vencido, é um produto sem gosto. Esse Governo está gerando um desconforto muito grande, principalmente para a agricultura familiar.

Depois vem a educação, depois vem a saúde e aí vem todo o funcionalismo público, vem todo o conjunto da política pública. Esse é um governo desgovernado.

Então, eu quero, através da tribuna, colocar a nossa indignação e dizer para os agricultores que estão aqui nos assistindo que não se deixem intimidar. Gostaria de lembrar aos companheiros agricultores que em 1985 os sem-terra ocuparam as fazendas e também enfrentaram violência. Eles foram surrados, muitos deles como boi na canga.

Depois de 85, em 86 e 87, os senhores devem lembrar, bloqueamos os bancos pela anistia dos financiamentos que foram feitos durante o Plano Cruzado. Mas levamos pau da Polícia, como boi na canga. As mulheres agricultoras foram espancadas, surradas, porque pediam ao Ministério da Previdência a aposentadoria da mulher agricultora.

Os agricultores sem terra tiveram a conquista da terra. Hoje, em São Miguel d'Oeste, está saindo uma indústria de leite Longa Vida como produto e origem de uma luta dos sem-terra.

As mulheres agricultoras não se intimidaram com todo o espancamento, com toda a violência, e a aposentadoria da mulher agricultora aos 55 anos e do homem aos 60 anos foram conquistadas.

A anistia dos financiamentos feitos em 86 e 87 também foi uma conquista, porque se transformou em lei na nova Constituição, no art. 47 Das Disposições Transitórias.

Nós, agricultores, enfrentamos muitas violências. Já antes de 85, nos anos 60, 70 enfrentamos a violência da tecnologia, quando vieram nos vender tratores e agrotóxicos, com a dita assistência técnica de uma forma muito soft. De uma forma muito técnica venderam veneno, e muitos agricultores já morreram em consequência desses agrotóxicos. Muitos agricultores morreram, porque perderam a terra em consequência dos financiamentos agrícolas, que eram pacotes de Governo. E isso nunca deu lucro para o agricultor.

Essa madrugada, os agricultores de Santa Catarina, a agricultura familiar, as mulheres agricultoras e os professores - que vieram também cobrar do Governo a grade curricular, que vieram cobrar do Governo o transporte gratuito - também foram violentados, ameaçados com metralhadoras e fuzis.

É esse o tratamento dado àquelas pessoas, aos nossos educadores que estão ajudando os agricultores a terem coragem para que continuem na agricultura?

É essa a forma que a agricultura familiar está sendo tratada: com violência. Essa é a determinação do Governo do Estado! Ninguém para as BRs para atacar um ônibus sem a determinação de Governo. E o Governo determinou que fossem para a BR revistar.

Eu escutei de madrugada na CBN que os agricultores do Rio Grande do Sul, mais de oitocentos, foram tratados da mesma forma.

Eu quero deixar aqui registrado o meu protesto, a minha indignação contra um Governo que deveria tratar o agricultor e o professor com delicadeza, deveria tratar bem es-

sas duas categorias, porque são o estio da Nação. Aquele que planta e produz e aquele que produz e ensina pertencem a duas categorias abençoadas da Nação. Essas categorias deveriam ser muito valorizadas, sobretudo consagradas - aquela que planta e produz para alimentar a Nação e aquela que educa, dá coragem e transmite uma mensagem de unidade.

Então, quero deixar aqui a minha indignação e o protesto a este Governo que revista os agricultores, as agricultoras, os jovens, os Vereadores e os professores.

Muito obrigado!
(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - O próximo orador inscrito é o Deputado Lício Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Senhor Presidente, senhores Deputados e senhores e senhoras do Movimento Agrícola que muito nos honram com a sua presença no dia de hoje. Esse é um movimento muito importante e faz ver, o Governo do Estado e também o Governo Federal, que a agricultura é uma área de extrema importância.

O Deputado Idelvino Furlanetto, batilhador pela agricultura, um trabalhador, pois veio do meio agrícola, colocou muito bem a importância da situação, e quero apenas dizer algo mais, pois os agricultores e os professores são duas categorias diferenciadas em seu trabalho. Uns plantam e às vezes perdem toda a produção, mas voltam com sangue, com amor, com dedicação à terra para dela trazerem o seu sustento e o sustento das comunidades. É uma vida difícil, dia a dia, que essas pessoas passam.

Os professores também têm as suas dificuldades. Agora, o Governo do Estado fez uma série de modificações e os prejudicou de uma forma intensa. Não prejudicou só os professores mas, sim e principalmente, os alunos e a comunidade escolar como um todo com essa mudança da grade curricular e outras atitudes tomadas de forma irresponsável, de forma ditatorial. Coisas que não podem mais existir.

Assim, ele vai agindo com a sociedade catarinense. Mas tem um preço, o preço da população, que é uma população inteligente e que saberá dar na hora certa o troco. O troco vem da própria população em benefício da própria população.

Senhores visitantes e senhores Deputados, hoje é um dia para mim muito triste. Perdi um companheiro que trabalhava conosco, funcionário da Assembléia Legislativa, no dia de ontem. O fato aconteceu da seguinte forma: por volta das 12h, recebi um telefonema de um amigo, um religioso, solicitando a minha compreensão, para que deslocasse até Criciúma quatro amigos dele, pois que o pai havia falecido, em Criciúma.

No mesmo instante, senhor Presidente e senhores Deputados, eu autorizei. Como autorizei centenas de vezes nesses três anos e quase seis meses que estou aqui, nesta Casa. Autorizei! E nesse deslocamento, ao desviar, segundo o último depoimento de um companheiro meu de Laguna, de uma bicicleta, para não atropelar, ele perdeu o controle da direção e foi de encontro a uma carreta. Ele veio a falecer instantaneamente, mais três pessoas que estavam com ele morreram também e um outro está no hospital. Foi um acidente muito grave.

Esse meu amigo, senhor Presidente, está há 24 anos na Assembléia Legislativa. Passou por diversas fases aqui, executando o seu trabalho com muito brio, com muita determinação.

Ele tinha 47 anos, Deputado Gilson dos Santos, e ele entrou aqui, como já disse, há vinte e quatro anos, exercendo com muito zelo as suas categorias e até elogiado por diversos Presidentes.

Eu me permito até ler seu histórico:
(Passa a ler)

"Em 1979, elogiado pelo seu Presidente, Deputado Waldomiro Colautti, pela sua maneira de ser, sempre com responsabilidade de alto espírito público, colocando sempre em sua ação a melhoria dos serviços administrativos da Assembléia Legislativa.

Depois no seu mandato como Presidente desta Casa, Deputado Gilson dos Santos, foi elogiado por exemplar dedicação e empenho no exercício de suas funções quando da realização do Simpósio Nacional sobre a AIDS, ocorrido em 1992."

É um amigo que se foi, mas que para mim e para muitos companheiros daqui da Assembléia Legislativa estará sempre presente, porque aquele que trabalha no dia-a-dia cumpre as suas responsabilidades com a maior dignidade possível. Eu tenho certeza de que o Dailton Vargas, que já nos deixou, por outro lado, está lá em cima. Ele, por certo, neste momento, está nos escutando.

Nós, como Deputados, somos muito questionados, e ontem um jornalista, que me inquiriu, disse o seguinte: "Quem autorizou? Eu disse que fui eu que autorizei a saída do motorista daqui para levar esses cidadãos, que essa é uma forma de trabalho normal que nós temos aqui em assistir as pessoas realmente necessitadas e que fazemos isso no dia-a-dia: que nós não só legislamos, que fazemos outras coisas também; que atendemos muito, mas muito mesmo, a população que nos procura, quer seja com problemas hospitalares, quer seja com deslocamentos aqui, na cidade de Florianópolis, quer seja para levar doentes em casos que receberam alta, mas que inspiram cuidados - levar para as suas residências."

Eu quero dizer, senhor Presidente e senhores Deputados, eu utilizo o carro que está à disposição do meu gabinete por mês, eu utilizo dessa forma. Não o utilizo para mim mesmo, e o Deputado Gilson dos Santos sabe como eu sou. Quando é para mim, eu uso o meu carro próprio.

Agora, uso o carro da Assembléia nessas condições, para defender com solidariedade as pessoas que realmente necessitam.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Deputado Lício Silveira, hoje tivemos a oportunidade de ir ao sepultamento do Dailton. E sem dúvida nenhuma, a presença de funcionários, colegas desta Casa, no seu sepultamento demonstra a amizade que ele detinha com todos os seus colegas e com todos os seus amigos.

Com referência à cessão por parte de V.Exa. do veículo, Deputado, fique absolutamente tranqüilo. V.Exa. cedeu o carro por uma boa causa, por uma causa inclusive de um falecimento de uma outra pessoa, e os parentes iriam lá para acompanhar o sepultamento. Qualquer repórter que quiser fazer qualquer tipo de ilação maldosa pela ação de V.Exa., eu tenho certeza de que toda a população de Santa Catarina julgará esse repórter como uma pessoa que efetivamente só quer fazer confusões.

Eu quero dizer, neste momento, a V.Exa., aos familiares do Dailton e a todos os funcionários da Assembléia Legislativa que per-

dem um colega, que perdem um amigo, com toda a clareza, que qualquer coisa que for feita para tirar o gesto humanitário de V.Exa., compartilhado pelo Dailton, sem dúvida nenhuma, merecerá deste Deputado, e tenho certeza de que de todos os Deputados desta Casa, a repulsa integral. O que V.Exa. fez, qualquer pessoa que tenha coração fará, e nós faremos a qualquer momento.

Eu cumprimento V.Exa. e é com pesar que nós registramos esse acontecimento.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Gostaria de cumprimentá-lo também e dar os nossos pêsames aos familiares de Dailton Vargas, como a todos os motoristas, os quais enfrentam as BRs dia e noite.

Acho que, como todos, o trabalho do profissional do volante, correndo todos riscos das más condições das estradas, enfrentando chuvas, é um trabalho digno. E hoje sai do nosso meio um companheiro trabalhador, mas a amizade que nos deixa é de muita alegria. Infelizmente, não pude estar presente no sepultamento devido à demanda das tarefas, mas queremos deixar os nossos pêsames aos familiares e aos amigos.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Senhor Presidente e senhores Deputados, eu também queria agradecer a todos os servidores deste Poder, especialmente à Casa Militar, ao Presidente da Casa e aos senhores Deputados pelas manifestações de carinho com a família.

Para este Deputado foi uma perda muito dura, mas tenho certeza de que Deus compensará as pessoas que estão aqui na terra produzindo qualquer tipo de atividade que venha ao encontro do desenvolvimento da sociedade. E tenho certeza de que o lugar do Dailton está assegurado junto a Deus.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Senhor Deputado Lício Silveira, queremos em nosso nome pessoal, e penso também que em nome do Presidente desta Casa, hipotecar solidariedade a V.Exa. e aos familiares do Dailton.

Conhecemos o Dailton, era um funcionário exemplar, dedicado e trabalhador. E os familiares, aos quais ficou a dor da separação de uma forma abrupta, tenham a certeza de que o Dailton se despediu desta vida de uma forma honrosa, no cumprimento do dever, em serviço, cumprindo uma missão.

Acho que V.Exa. pode ficar tranqüilo, é um pensamento pessoal e V.Exa. não tem explicações outras a dar. Infelizmente, as fatalidades ocorrem de forma abrupta e de forma inesperada, mas quis o destino ceifar a vida do Dailton; que Deus o tenha num bom lugar.

Queremos deixar a nossa solidariedade extensiva aos familiares e aos demais colegas que com ele conviveram durante esse longo período. E a nossa solidariedade também a V.Exa., pois sabemos que era amigo do Dailton.

O Sr. Deputado Paulo Vidal - Pedimos a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Paulo Vidal.

O SR. DEPUTADO PAULO VIDAL - Queremos registrar a visita de um grupo de pessoas do Município de Bom Retiro, liderado pela Primeira Dama, Dona Euza Hemkmaier, que visita esta Casa. Inclusive muito deles nem conheciam a Capital do Estado.

Portanto, desejamos ao grupo uma feliz estada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Esta Presidência se solidariza com o registro que V.Exa. fez, além de desejar à Dona Euza e aos demais uma boa estada nesta Casa.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Livre a palavra aos senhores Deputados da Bancada do PMDB.

(Pausa)

O PMDB declina da utilização do horário. Passaremos, então, ao horário do PT.

Com a palavra o senhor Deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Senhor Presidente e senhores Deputados, no dia de ontem, a convite da Associação Catarinense de Medicina, participei da assembleia geral das entidades médicas, juntamente com o Sindicato dos Médicos, com o Conselho Regional de Medicina, com as entidades prestadoras de serviços ao Ipsc, com a Federação dos Hospitais de Santa Catarina, com a Associação das Clínicas, para decidir sobre a crise atual e sobre a paralisação ou não do atendimento pelo Ipsc, uma vez que há seis meses, desde outubro, o Ipsc não paga os prestadores de serviços.

Essa situação crônica já vem se arrastando há anos, apesar das negociações que encaminhamos no ano passado. E exatamente quando já havia um acúmulo de falta de repasses por parte do Ipsc, realizamos em novembro uma audiência pública - com a participação do Presidente do Ipsc e de todas as entidades, como o Sindicato dos Servidores da Saúde, o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado, dos servidores - que não pôde contar com a presença do Secretário da Fazenda, pois ele não compareceu.

No dia seguinte tivemos uma reunião com o Secretário Wedekin e os Deputados que participaram daquela audiência pública, juntamente com o Presidente do Ipsc, onde foi acertado um cronograma de pagamento dos atrasados. E esse cronograma, a partir de dezembro, com a virada do ano, não foi cumprido. E hoje está criada novamente essa situação de caos, de falta de condições de trabalho para os prestadores de serviço, culminando com a iminência de uma paralisação das atividades, o que irá penalizar mais uma vez os servidores, os segurados e seus familiares.

O Ipsc hoje tem, no Estado, em torno de 450 mil segurados que precisam de atendimento. Aliás, esse é um direito que esses segurados, porque todos os meses, religiosamente, 8% são descontados de seus vencimentos. E para onde vai esse dinheiro? Uma paralisação, neste momento, vai agravar ainda mais, pois vai sobrecarregar o SUS - Sistema Único de Saúde -, que já anda mal das pernas, por falta de vergonha na cara do Governo Federal, que não dá à saúde a importância que ela merece.

O movimento das mulheres agricultoras e dos trabalhadores presentes aqui nesta Casa, nesses dias, é no sentido de reivindicar

ao Governador um melhor atendimento pelo SUS no interior do Estado, onde a maioria da população depende desse atendimento do SUS, porque não podem pagar planos de saúde privados. Da mesma forma, um contingente significativo da nossa população catarinense depende do Ipsc. E a paralisação dos médicos vai agravar ainda mais, como já dissemos, o atendimento pelo SUS.

Então, esta assembleia geral de ontem ainda decidiu contemporizar por mais trinta dias uma eventual paralisação. Foi decretada a paralisação para o dia 17 de abril. E nesse meio tempo, as entidades médicas, também contando com o apoio da Assembleia Legislativa, continuarão com as negociações necessárias com o Governo do Estado, com o Ipsc, para que ele se coloque em dia com os prestadores de serviço, para que possamos evitar, impedir essa paralisação.

Não é possível que o Governo do Estado continue desrespeitando dessa forma o funcionalismo público - salários atrasados, o não-pagamento do 13º até agora. Mas nos contracheques religiosamente, todo mês, 8% são descontados para o Ipsc!

Para onde vai esse dinheiro? Porque, pelos dados que foram apresentados ontem na Assembleia, o Ipsc arrecada em torno de R\$11.000.000,00 e o que ele deve pagar é em torno de R\$11.500.000,00 por mês. Há um equilíbrio entre receita e despesa! Então, o que está havendo? O problema é de mau gerenciamento? Qual é o problema? É de apropriação indébita por parte do Governo? Aliás, desde 1980 - pelo menos são estas as informações que temos em mãos - que os governos do Estado não repassam a sua cota-parte, como patrão, correspondente a 4%, para o Ipsc. Mas do servidor é descontado religiosamente!

Nesse meio tempo em que aguardamos as negociações, inclusive, temos uma proposta através da Comissão de Saúde desta Casa: uma comissão informal ou, melhor, uma subcomissão da Comissão de Saúde, com Parlamentares e com representantes das entidades dos servidores públicos, das entidades médicas, dos prestadores de serviço, para continuar esse processo de negociação e inclusive elaborar um projeto futuro para o Ipsc. Esperamos que nos próximos dias possamos chegar a um entendimento, a um consenso, no sentido de ter a Comissão de Saúde, a nova Comissão de Saúde, para que ela possa assumir também à frente dessas conversações, eis que esse é o papel do Legislativo: intermediar, entre a sociedade e o Governo, essas conversações, os interesses da sociedade.

Ontem surgiram propostas do tipo de que o Ipsc poderia ser transformado num fundo de pensão! Seria esse o caminho? Quais os outros caminhos ou alternativas para que não continue essa forma de, sempre, a cada três meses, ter que realizar uma assembleia das entidades dos prestadores de serviço para tentar salvar a situação pela inadimplência do Governo!

Há uma luz também no fundo do túnel que considero importante: nesta quinta-feira, às 15h30m, haverá uma audiência de uma comissão especial de Deputados desta Casa - que foi criada com técnicos do Tribunal de Contas - com o Presidente do Tribunal de Contas, para que este designe dois técnicos do Tribunal para proceder a uma auditoria sobre as contas do Ipsc.

Vamos abrir essa caixa preta do Ipsc, através de uma Comissão Especial de Deputados desta Casa, com a Presidência da Deputada Ideli Salvatti, proponente do requerimento, e com técnicos do Tribunal de

Contas. E esperamos que o mais rápido possível, antes do dia 17 de abril, até a nova assembléia marcada para a paralisação do Ipsc, possamos ter os dados necessários da verdadeira situação das contas do Ipsc.

Por isso, queremos aqui registrar esse fato e também aproveitar para estabelecer uma correlação: essa situação com o Ipsc é um retrato do que acontece com a saúde no nosso País, do que acontece com o SUS. O SUS é o caminho. O SUS é bom! Mas falta vontade política dos governantes municipais, estaduais e dos da União. Assim também é essa condição com o Ipsc.

Ontem, quando da eventual indicação do Senador José Serra - um economista frio, que apenas sabe manipular números, como os economistas deste Governo - para o Ministério da Saúde, mostra como este Governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso trata a saúde: sem nenhuma sensibilidade social, apenas como uma questão de comércio, de mercado, uma questão de números, e não consegue enxergar milhões e milhões de brasileiros que recorrem ao Sistema Único de Saúde.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, o próximo espaço pertence ao PDT.

(Pausa)

Na ausência de representantes do PDT, passaremos ao horário do PPB.

Consultamos a Liderança do PPB para saber quem fará uso da palavra.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Inicialmente o Deputado Ivan Ranzolin utilizará oito minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Com a palavra o Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Senhor Presidente e senhores Deputados, na realidade em não teria condição de falar em função de uma laringite, mas procurarei em poucos minutos sintetizar aquilo que pensamos a respeito do projeto que deveremos votar hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis, que se refere à grade curricular.

Recebemos recentemente do Governo do Estado e também do Conselho Estadual de Educação as informações devidas para decidirmos a respeito do Decreto Legislativo nº 001, de autoria da Deputada Ideli Salvatti. Vamos tomar as nossas iniciativas com vistas a trazê-lo a Plenário, provavelmente amanhã, para que se delibere sobre a grade curricular.

Está havendo hoje, em Santa Catarina, uma verdadeira balbúrdia no início do ano letivo, posto que a nova grade, estabelecida pelo Governo, não é aceita pela comunidade escolar. Os alunos estão revoltados, porque tiveram que fazer uma mudança radical nas suas vidas privadas, os professores estão sendo demitidos - aqueles que trabalhavam por prazo determinado - os ACTS - e também se criou um problema para os pais que não aceitam, de forma nenhuma, essa alteração da forma como foi feita.

Nós sabemos que a atual grade levou cerca de 7 ou 8 anos para chegar a essa situação, isto é, foram efetivadas cerca de cem reuniões em todo o Estado de Santa Catarina, com pais, professores e alunos, para se chegar à atual situação da grade curricular das matérias que fazem parte do currículo e também de toda a estrutura do processo da educação.

Conseguimos, Deputado Reno Caramori, ao longo dos anos, estabelecer um processo democrático na educação. E neste ano, numa atitude autoritária, o Secretário resolveu e entendeu mudar a grade. Até hoje não explicou o motivo, não há nenhuma justificativa, não melhora a qualidade de ensino, não facilita para ninguém. A única coisa que realmente ele argumenta favoravelmente é que poderá realizar, com um número muito menor de professores, essa tarefa.

Portanto, além do ato autoritário está ensejando o desemprego em Santa Catarina, como já disse, numa atitude impensada, autoritária e que não traz benefícios à comunidade educacional.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Ivan Ranzolin, queremos cumprimentá-lo mais uma vez, porque não é a primeira vez que V.Exa., como tantos outros senhores Deputados, tem mostrado ou tentado mostrar, através deste Plenário, a situação do que está se colocando, esse problema na educação, pela vontade de meia dúzia de elementos alheios aos interesses dos pais dos alunos, dos estudantes, da maioria dos senhores professores e até da sociedade toda.

Trago aqui rapidamente um testemunho: no fim de semana estivemos na nossa região, mais precisamente em Caçador, onde mantivemos várias reuniões, algumas diurnas e outras noturnas, onde nos colocaram a situação dos alunos que estudam à noite.

No sistema de 45 minutos - eles até aceitam 48 minutos, perfazendo aquilo que a lei determina - eles têm como chegar no mesmo dia em casa, agora, se for hora/aula de 60 minutos, todos esses alunos ou a sua maioria chegarão após a meia-noite em casa.

Veja, Deputado: chegando após a meia-noite, além do banho e alimentação, vão dormir à meia-noite e meia, meia-noite e quarenta. Às 5h esse pessoal levanta para trabalhar, para sustentar a sua família. Então, veja quanto tempo esse pessoal descansa. Qual seria a disposição dessas pessoas em levantar para trabalhar durante o dia e à noite ainda frequentar a sala de aula? É humanamente impossível o aproveitamento. Tanto na vida profissional como no estudo não será o aproveitamento que deve ser.

Engraçado, Deputado Ivan Ranzolin, eu não encontrei ninguém que concordasse com a hora/aula de 60 minutos. Eu fui para a Rádio Caçanjurê, fiz um apelo, dei o número dos telefones onde estaria aguardando e pedi para que quem concordasse com hora/aula de 60 minutos ou discordasse do meu pronunciamento, através da rádio, telefonasse para aqueles telefones que eu estaria à disposição para dialogar ou discutir o problema.

Eu não recebi um telefonema de ninguém que discordasse. Recebi, sim, uma porção de telefonemas de pessoas dizendo que eu estava certo, que estamos certos.

Então, será que é só o João Matos que está certo, e o resto está errado? Essa é uma indagação. Agora, realmente, praticamente de 11.000 a 12.000 professores

perderão o seu emprego. Onde esse pessoal vai trabalhar?

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Deputado Reno Caramori, o que V.Exa. está dizendo é uma constatação em todo o território catarinense.

Nós já recebemos milhares de assinaaturas de alunos que juntamos ao processo, recebemos centenas e centenas de pedidos de professores, Prefeitos, Câmara de Vereadores, e esta Casa precisa agir com rapidez, porque trata-se de apoiar a manifesta vontade do povo. O povo de Santa Catarina não aceita o que o Governo deseja impor.

Esse ato autoritário só pode receber uma resposta nesta Casa, porque aqui nós temos que falar por aqueles que nos enviaram para cá. E a nossa fala tem que ser em defesa da comunidade escolar, não permitindo que se altere a grade por decreto, como está acontecendo, e, sim, por lei complementar, como determina a Lei de Diretrizes e Bases, a Constituição Federal e a Constituição Estadual. Portanto, não podemos admitir.

Por isso, convocamos hoje a Comissão de Constituição e Justiça para, às 18h10min, falarmos sobre os documentos que foram encaminhados pelo Governo, pelo Conselho Estadual de Educação e assim definirmos, através da deliberação da Assembléia, de uma vez por todas, essa questão da grade.

Sabemos, de antemão, que o Governo poderá não obedecer a decisão da Assembléia, porque ele não obedece a lei, não obedece a Constituição, tem tomado atitudes altamente antidemocráticas em prejuízo da sociedade catarinense. Mas o nosso dever, Deputado Reno Caramori, aqui na Assembléia, é fortalecer a nossa ação democrática contra essa iniciativa do Governo, que está prejudicando todo o Estado naquilo que é considerado a prioridade das prioridades: a educação.

Já enfrentamos outros problemas sérios, como o do transporte escolar. Sabemos, Deputado Reno Caramori, que o Governo do Estado não deseja que o transporte escolar seja pago com o Fundo, tanto é verdade que depois que rejeitamos o veto ele chamou os Prefeitos, que estão hoje aí para assinar um convênio e receber míseros R\$100,00 por ano/aluno.

Nobre Deputado, se eu fosse Prefeito pegaria esse convênio e diria ao Governo que ficasse com ele, com esses R\$100,00, ou quem sabe que aplicasse em Letras do Tesouro do Estado de Santa Catarina, porque foram vendidas muito baratas.

Temos duas tarefas árduas nesta e na próxima semana: votar a questão da grade e orientar os Prefeitos sobre a questão do transporte escolar, porque a nossa lei dá, seguramente, mais do que o dobro do que estão assinando hoje em convênio. Mais uma vez o Governo do Estado fica com os recursos nas suas mãos, não destinando aos Municípios para que os alunos possam ser contemplados com o transporte escolar.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede mais um aparte?

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Nobre Deputado, no tempo da ditadura dava para entender, porque estavam tentando acertar; agora está muito pior, porque vem a sem-vergonhice, que é uma atitude que machuca, que desrespeita e que menospreza o cidadão, que não tem a menor consideração

com o ser humano. E é isso que está sendo feito hoje na Secretaria da Educação, tanto é que o coordenador da educação da minha região, Caçador, da 14ª, é tão safado, tão irresponsável que diz aos alunos que isso é coisa da Bancada do PPB e da Bancada do PT, que não querem que o Governo faça o convênio para o transporte dos alunos.

Esta constatação eu fiz "in loco", e essa malandragem, essa sem-vergonhice tem que ser denunciada. Eu gostaria que a imprensa nos auxiliasse a mostrar à sociedade catarinense o tamanho da malandragem que esse Secretário está usando.

Hoje ele chama os Prefeitos aqui como se eles estivessem mendigando um complemento para fazer o transporte dos alunos, dando a bel-prazer o valor que quer e para quem quer. Então, não existe critério, assim como não está existindo critério em todos os outros setores deste Governo quando um convênio é firmado.

Não é mais possível que um Governo tenha a coragem de obedecer, de acompanhar as atitudes de um Secretário de Estado, discordando de toda a sociedade catarinense! Eu não sei onde está a capacidade administrativa desse homem público.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - O Secretário João Matos, como Deputado nesta Casa, sempre defendeu a democracia, muitas vezes criticou atos do Governo; depois se elegeu Deputado Federal, assumiu a Secretaria da Educação e mostrou as garras de um homem autoritário. Não aceita, de forma nenhuma, a discussão, o diálogo e não abre as portas da Secretaria para ouvir os interesses da sociedade.

Quero dizer a V.Exa. que lastimo muito que isso esteja ocorrendo no Estado de Santa Catarina, que tenhamos que nos unir na Assembléia Legislativa para batalhar, lutar e deliberar por uma coisa que já está deliberada.

A lei existe e não está sendo cumprida. A sociedade está sendo massacrada pelo torturador, pois que vem torturando a Educação em Santa Catarina, ameaçando os professores, dando faltas e colocando todos em estado de desespero, de angústia e de agonia.

Por isso, hoje eu fiz questão de fazer este pronunciamento para, em nome da nossa Bancada, demonstrar que nós, mais uma vez, vamos tentar cercar esse grande "trator" que está passando por cima da sociedade catarinense.

Sinceramente, sem demagogia, sem nenhuma tirada emocionante, essa é a posição que queremos deixar registrada aqui na Assembléia Legislativa.

Hoje, na Comissão de Justiça, mais uma vez haveremos de fazer justiça, contra aqueles que estão atirando contra o povo de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede mais um aparte?

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Ivan Ranzolin, até complementando, na minha terra, Caçador, cujos fatos conheço bem, a Prefeitura, que é do mesmo Partido do Governador, diz que não tem condições de manter o transporte. Os colonos, os filhos dos agricultores, que moram na periferia, distando até dez, doze quilômetros das cidades, não têm mais o transporte escolar noturno, pois os Prefeitos justificam que não têm condições.

Então, esses filhos de agricultores, que trabalham o dia na terra produzindo alimentos, fazendo um sacrifício extraordinário para poder cursar o 2o grau à noite, hoje estão

tendo a mesma preocupação que nós tínhamos há vinte ou quarenta anos atrás: a de ter que pegar o cavalo para ir à aula!

Então, veja bem o desmonte que esse Secretário está fazendo! Cada cidade tem a sua característica, cada Município tem o seu problema, e ele não está olhando isso. Ele deve estar olhando quanto vai sobrar no seu caixa para a futura campanha!

O salário-educação, quem paga é o trabalhador. As empresas recolhem para os cofres públicos o salário-educação, mas sai do suor do nosso trabalhador, para reverter ao nosso estudante, e eles não estão fazendo isso, Deputado Ivan Ranzolin!

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - É verdade, Deputado Reno Caramori. Esse é um outro assunto grave; a Secretaria da Educação está, nos últimos três anos, gastando o dinheiro do povo de uma maneira não prioritária, o Secretário está fazendo política com esses recursos.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PFL.

(Pausa)

Não havendo interesse de Deputados do PFL em fazer uso da palavra, vamos proceder ao rateio dos trinta minutos restantes com as Bancadas que desejam fazer uso do horário.

Com a palavra o senhor Deputado Reno Caramori, da Bancada do PPB.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Senhor Presidente e senhores Deputados, nesse espaço de tempo que sobra, quero fazer novamente uma denúncia, sendo que amanhã apresentarei a este Plenário mais um requerimento solicitando que o Governo, através do Secretário dos Transportes, determine àquele incompetente que assumiu o DER em Caçador que pelo menos dê condições de tráfego na rodovia SC-302, que une Caçador, Calmon, Matos Costa, São Miguel da Serra e Porto União.

Hoje pela manhã recebi um apelo dos Vereadores de Calmon e dos empresários de Caçador, de Matos Costa e de Porto União, Deputado Norberto Stroisch. V.Exa. já várias vezes me aparteu quando eu denunciava aqui esse desleixo, esse descaso, e hoje volto para mostrar à sociedade catarinense o menosprezo deste Governo, a falta de sensibilidade em pelo menos admitir que não existe condições de tráfego.

O senhor Ribas, que é gerente e que atende a região das florestas do Adami, onde trabalham centenas de pessoas produzindo a riqueza de Santa Catarina, mais uma vez tomou a iniciativa, como tantas outras empresas já o fizeram, de unir o Adami, a Madecal, a Faquirás, a Reunidas e mais duas empresas, que agora não me vêm à memória, para solicitar óleo diesel. E esse senhor, com autorização da sua empresa, colocou os caminhões e as máquinas a puxar cascalho para tapar os buracos maiores, para que os ônibus e os caminhões pudessem trafegar, pelo menos em dias de seca.

Vejam, senhores Deputados, o tamanho do desleixo e do menosprezo desse gerente do DER lá em Caçador. Inclusive, eu gostaria de fazer mais uma observação: num dia de chuva, esse gerente do DER de Caçador e a equipe que acompanhava o então candidato Pinho Moreira estiveram em campanha política no Município de Calmon e lá ficaram enalçados. A equipe de campanha

ficou fazendo festa com os correligionários até 1h, já os empresários e alguns funcionários da Prefeitura, juntamente com populares, ficaram tapando buracos na estrada, para dar condições de tráfego aos caminhões, aos automóveis e aos ônibus que estavam em trânsito.

Acontece que esse tal gerente, no dia seguinte, foi à Rádio Caçanjurê, onde tem acesso direto aos microfones, para dizer que ele e o candidato a candidato ao Governo do Estado estavam em Calmon, juntamente com os funcionários, desatolando os carros!

Ora, senhores Deputados, até se tivessem, seria uma aberração fazer uma confissão dessas, pelo desleixo, porque ele é a pessoa responsável para tapar os buracos! Na semana passada, ele usou as máquinas da Prefeitura para terraplenar os terrenos de sua propriedade. Para isso tem operador pago, diesel e máquina disponível! Estão lá os terrenos do senhor Marçal terraplenados, bonitinhos, preparados, e as estradas sem a menor condição de tráfego!

Como V.Exas. sabem, lá já morreu criança, porque a ambulância não pôde socorrê-la em tempo hábil; já nasceu criança dentro de caminhonete, porque não se teve condições de chegar ao hospital; já tomaram caminhões e ônibus, enfim, aconteceram os mais diversos problemas.

Esse moço, esse gerente que o Governo do Estado colocou como seu representante... Imagine, então, como é que vai o patrão se o peão está atuando dessa maneira, Deputado Idelvino Furlanetto! Falando o nosso português claro, se o patrão é inoperante, o que se pode esperar do peão? Ele segue o exemplo, lamentavelmente! E o que está ocorrendo na nossa região é exatamente isso.

Também em São Miguel da Serra, Distrito que pertence ao Município de Porto União, os populares irão fechar a estrada, dessa vez para evitar acidentes, porque não tem mais condições de tráfego.

Já prometeram, já anunciaram, já avisaram que se o Governo não tomar uma atitude, eles serão obrigados a interromper o direito de ir e vir daquela comunidade, para tentar sensibilizar as autoridades em relação àquelas estradas. E não vamos muito longe, pois continua o mesmo episódio no trecho de Timbó Grande à BR-116.

Eu falava, na tarde de ontem, com o empresário Hermes Bonetti e ele me disse: "Será que não temos condições de mudar a cabeça desse gerente do Estado de Santa Catarina? Será que não vamos achar uma maneira de mostrar a ele que quem produz precisa colocar a sua mercadoria no mercado? Será que ninguém consegue sensibilizar o Governo e fazê-lo ver que pelo menos as mínimas condições de trafegabilidade devem ser oferecidas àquela comunidade?"

Então, eu o fiz ver o quanto esta Assembléia tem lutado, inclusive os Deputados que mantêm a governabilidade desse Governador. Nós vimos aqui indicações de Deputados do Governo que apresentaram indicações no sentido de que o Governador tomasse atitudes corretivas.

Há poucos dias, o Deputado Norberto Stroisch registrou que o motorista de um ônibus que fazia a linha Campos Novos/Capinzal pediu licença aos seus passageiros e encheu o bagageiro do ônibus com pedras, para tapar um buraco que estaria logo à frente.

O Sr. Deputado Norberto Stroisch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado Norberto Stroisch - Nobre Deputado, gostaria apenas de acrescentar mais uma pérola, que infelizmente tomamos conhecimento, em cima de um trabalho que o DER teria que realizar.

O seguimento rodoviário que liga Tangará/Ibiam/Campos Novos, contratado parcialmente pelo BID - juntamente está o Estado, através do DER -, está praticamente concluído depois de muito tempo, de muita polêmica. Nesse contrato não se previa a chegada em Tangará, o acesso a Ibiam e a chegada a Campos Novos.

Então, como não pôde ser incluído no contrato original, foi feita uma licitação separada; nem a empresa que estava tocando a obra principal entrou na concorrência.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Porque não receberia.

O Sr. Deputado Norberto Stroisch - Deputado Reno Caramori, V.Exa. falou tudo.

Portanto, nem a empresa detentora do contrato principal, já instalada com o canteiro de obras, desejou participar da concorrência.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Nobre Deputado, foi através de uma indicação de autoria deste Deputado, aprovada por unanimidade neste Plenário, que foi autorizado que aquele acesso fosse feito legalmente. Mas, infelizmente, cachorro mordido por cobra tem medo de língua!

O Sr. Deputado Norberto Stroisch - Nobre Deputado, ainda nesta semana fiz uma consulta ao setor de licitações do DER e recebi a informação que, num segundo momento de licitação, entrou apenas uma empresa, a que hoje faz o recapeamento de Videira/Fraiburgo/Lebon Régis, a Pavimar, se não me falha a memória.

A localização de todo o canteiro de obras fica próximo a Lebon Régis, então, vejamos a distância que percorrerão os materiais que serão necessários deslocar de Lebon Régis até Tangará e até Campos Novos, vejamos o quanto vai aumentar o custo final desses três pequenos pontos a serem pavimentados.

Infelizmente, nós nos deparamos com essas pérolas nos últimos tempos, principalmente na área em que militamos há muito tempo, que é a área dos transportes. Como profissional, sinto uma tristeza pela decadência do DER, um órgão que é patrimônio do Estado. O DER está totalmente desmantelado, totalmente sucateado e em vias de falecimento. Esta é a grande verdade!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Agradeço e incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento.

O Sr. Deputado Olices Santini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado Olices Santini - Deputado, eu gostaria de confirmar o seu depoimento com referência ao trecho da rodovia Matos Costa/Çaçador, que há muito tempo está sem condições de tráfego.

Se o Governador resolveu não conceder asfalto para aqueles Municípios, eu acho

que deveria, no mínimo, dar condições do pessoal utilizar a estrada.

Eu gostaria de lembrar que o Governador já esteve em Calmon e em Matos Costa assinando a ordem de serviço. Isso faz um ano, e até agora não há a mínima condição de tráfego naquela rodovia. É uma calamidade pública!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Eu dizia na época, Deputado Olices Santini, que aquilo era mais um blefe desse Governo, o que foi constatado. Quando ele assinou o contrato em Porto União do trecho contratado com financiamento do BID, eu dizia, através da Rádio Colméia, que era mais blefe desse Governo para com o povo catarinense, que ele não faria aquele trecho. Tanto é que o Banco Interamericano de Desenvolvimento já havia excluído aquele trecho do contrato de financiamento, porque o Governo não cumpriu com as cláusulas contratuais, ou seja, fazer a obra do trecho Caçador/Calmon/Matos Costa concomitantemente com o trecho que já havia sido licitado uma vez, a empreiteira não recebeu a ordem de serviço.

Ele voltou a assinar um contrato, blefando, tentando iludir o povo catarinense, porque estava na época numa situação muito difícil, com a pressão do impeachment pelo tamanho do golpe que foi dado aos catarinenses.

Ele, tentando desviar a atenção da nossa gente, foi a Porto União, sob fogos, churrascos e muito chope, e assinou um contrato com a empreiteira, mentindo mais um vez não só ao povo de Caçador, de Porto União mas ao povo de Santa Catarina e até aos órgãos internacionais. E essa estrada seria financiada pelo BID se ele tivesse cumprido com as cláusulas contratuais. Ai, sim!

Mas mesmo assim, ele teve o peito, a coragem, a ousadia e a cretinice de ir a Porto União assinar um contrato que não existia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PT.

Com a palavra o senhor Deputado Volnei Morastoni, por doze minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Senhor Presidente e senhores Deputados, no dia de ontem já foi denunciado o calote oficial, o estelionato do Secretário Estadual da Saúde, que emitiu um cheque sem fundo de 30 mil reais para o Hospital Santo Antônio, de Blumenau, o único hospital que, diga-se de passagem, atende exclusivamente pelo SUS naquela cidade.

Blumenau é cidade-pólo da região do Médio Vale do Itajaí, e como cidade-pólo, naturalmente drena para lá os atendimentos que outros Municípios menores não têm condições de fazer.

Por estranho que pareça, ao mesmo tempo em que a Secretaria Municipal e o Conselho Municipal de Saúde de Blumenau estavam pleiteando mais um acréscimo de R\$250.000 por mês na verba de Blumenau (isso está no regime do atendimento semipleno pelo SUS, inclusive

para poder atender aos tratamentos de alto custo, principalmente na área da cardiologia), a comissão intergestores bipartite, formada por seis representantes da Secretaria Estadual da Saúde e por seis Secretários Municipais da Saúde, anunciou o corte de 17% nas verbas destinadas para Blumenau.

Naturalmente que isso não poderia acontecer, porque irá comprometer totalmente os programas do SUS, como o Programa de Saúde da Família e outros de atenção básica ambulatorial, que Blumenau está levando junto à sua população e também à população do Médio Vale do Itajaí.

É por isso que amanhã, dia 12, o Conselho Municipal de Saúde de Blumenau decretou como sendo um dia municipal de luta em defesa dos SUS. Desde hoje, membros do Conselho Municipal de Saúde e sindicalistas estão em greve de fome, em protesto contra essa atitude impensada e impraticável da comissão intergestores bipartite, ligada à Secretaria Estadual da Saúde, provavelmente insuflada pela referida Secretaria, que pretende cortar 17% dos recursos para Blumenau.

Está na hora da Comissão de Saúde desta Casa começar a trabalhar e dizer qual o seu papel. Está na hora de renovar essa Comissão, porque assuntos como este têm que ser acompanhados de perto.

Há disparidade entre os Municípios. Tenho aqui em mãos papéis que comprovam que há Municípios, como Rio do Sul, para os quais está proposto R\$8,38 per capita por mês para a saúde. Para Criciúma, está proposto 7,50; para Joinville, 6,25; para Itajaí, 5,26; para Blumenau, 5,76, e a proposta é ir para 4,28 per capita por mês. Por que essa disparidade? Quais são os critérios? Como é que essa comissão está decidindo?

Não podemos mais apenas assistir a banda passar, e estou aqui chamando a responsabilidade da Comissão de Saúde desta Casa.

Desejamos nos solidarizar com os companheiros do Conselho Municipal de Saúde, com os sindicalistas de Blumenau, que estão, em nome da população, lutando em defesa do SUS, do qual a maioria da população depende. Chegou ao ponto de companheiros fazer greve de fome para verem respeitados os direitos mais elementares do nosso povo.

Que o exemplo de Blumenau seja seguido pelos outros Municípios do nosso Estado, decretando os dias municipais em defesa da saúde. Dia 7 de abril será o Dia Mundial da Saúde, mas é necessário que cada Município realmente tenha permanente essa luta pela saúde, porque são os Municípios que sentem na pele essa política de desrespeito à saúde. O próprio jornal do Conselho Federal de Medicina apresenta uma proposta do Banco Mundial para a América Latina e para o Brasil, especialmente para o Brasil: saúde para os pobres; duas medicinas!

Vejam bem, isso está no próprio jornal do Conselho Federal de Medicina. Duas medicinas, uma medicina para os pobres e outra para os ricos. Esse é o resumo da proposta do Bird para a saúde.

A palavra chave é contenção de gastos. É para enxugar, sem sensibilidade, sem preocupação nenhuma com a saúde. E é por isso que estão indicando um economista, o Senador José Serra, para o Ministério da Saúde.

Com tantos recursos técnicos, políticos, com um celeiro de recursos humanos na Saúde deste Brasil, tem que se buscar de fora um técnico, um economista. E nós sabemos como esses economistas se comportam nesse Governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. Esse Governo não tem nenhuma preocupação com a questão social, com a educação, com a habitação, com a reforma agrária, com a saúde.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Pois não!

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Deputado, quero me deter apenas a um ponto do seu pronunciamento, que foi objeto inclusive de uma denúncia ontem aqui deduzida pelo Deputado Wilson Wan-Dall. É com referência a que o Secretário da Saúde teria entregue na cidade de Blumenau um cheque sem provisão de fundos para um dos hospitais da cidade, situação que, se fosse absolutamente expressão da verdade, não seria aceita.

Em razão de ter sido tornada pública essa denúncia, em homenagem à verdade, pelo menos ao princípio do contraditório, eu vou rapidamente repassar a V.Exa. e aos demais Pares a informação e as explicações que me foram dadas pelo Secretário.

O Secretário esteve de fato em Blumenau levando um convênio para um dos hospitais da cidade, e confesso que agora não me lembro qual, mas levou o convênio no valor de 30 mil reais e aproveitou a oportunidade para ganhar tempo.

Pelo excesso de prestatividade do Secretário da Saúde, acho que ele cometeu um erro. Ele levou o convênio e já deixou o cheque para ser descontado dias depois, após a publicação do convênio, pedindo ao diretor do hospital que fizesse um contato com a Secretaria alguns dias depois e para apenas colocar o cheque em desconto após a aprovação ou a publicação do convênio.

Sucedendo que, por inadvertência, o hospital não esperou a publicação do convênio e logo após levou o cheque a desconto. Isso fez com que a própria Secretaria tivesse que sustar o pagamento do cheque, em razão de que o Tribunal de Contas não admite que se pague um convênio antes da sua publicação, isso é, o ato administrativo não estava formalizado.

Portanto, não houve em tempo algum a prática da emissão de cheque sem fundo. O Secretário quis ser ágil e houve, no mínimo, um mal entendimento por parte da direção do hospital, apresentando o cheque antes da publicação. Tanto é verdade que, no dia imediato à publicação do convênio, o cheque foi automaticamente liberado.

O Secretário também disse que não há de parte da Secretaria da Saúde nenhuma intenção de rever percentuais, que não há nenhuma intenção de diminuir a participação de Blumenau; apenas ele se referiu que há uma comissão intergestora bilateral, composta por Secretários Municipais da Saúde e por membros da Secretaria da Saúde, que é paritária - e ali há uma proposta capitaneada pela Secretaria da Saúde do Município de Rio do Sul -, propondo uma revisão dessa participação.

Não há, portanto, em primeiro lugar, a caracterização da emissão de cheque sem fundo, e em segundo lugar, não há nenhuma intenção da Secretaria da Saúde em rever o repasse dos valores para Blumenau, apenas dos próprios Secretários Municipais em que seja revista essa situação, que vai definida em um

órgão que, como eu disse, não é estatal, é paritário, entre membros da Secretaria da Saúde e dos Municípios do Estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Em relação à comissão de gestores bipartite, inclusive na representação do Município de Blumenau, ela estará amanhã aqui, porque essa comissão justamente tomará a decisão que, ao menos em intenção, foi anunciada: o propósito de uma redução de 17%, com uma série de alegações que não procedem sobre aquilo que é o teto que hoje recebe o Município de Blumenau.

Mas com certeza, se isso for procedido, se não houver a revisão dessa intenção, vai prejudicar sobremaneira o atendimento pelo SUS na cidade de Blumenau, que hoje já carece de, no mínimo, R\$250.000,00/mês a mais para poder proporcionar o atendimento necessário. E se o intento fosse perpetrado, seria um corte de mais de R\$270.000,00 por mês, o que agravaria sobremaneira essa situação.

Em relação ao cheque sem fundo - e nós, Deputados, atribuímos ao nobre Colega João Henrique Blasi o máximo sempre de credibilidade nas suas manifestações, e neste momento ele é porta-voz de uma informação do Secretário Estadual da Saúde -, é uma versão do Secretário, como o nobre Colega deixou claro, apenas manifestando o que ele lhe trouxe como informação.

Quanto a isso, há uma outra versão, que é a que nos chegou a partir do Conselho Municipal de Saúde de Blumenau: que os valores estavam garantidos para aquela data, por compromissos assumidos, com os cheques inclusive pré-datados. E a data era uma data que teria que ser necessariamente cumprida, porque se tratava de equipamentos inadiáveis para a UTI pediátrica do Hospital Santo Antônio.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Wilson Wan-Dall - Peça a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Wilson Wan-Dall.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Eu cheguei agora no Plenário, mas ouvi o Deputado Volnei Morastoni se pronunciar a respeito daquela atitude ingênua, talvez de desrespeito à cidade de Blumenau, de um Secretário de Estado encaminhar um cheque, para começar pré-datado - e o Estado não pode fazer isso - sem fundos!

Estamos dando entrada a um requerimento a ser enviado ao Ministro da Saúde e ao Governador do Estado para que tomem providências no sentido de haver uma punição a esse Secretário, até porque cometeu um crime de responsabilidade. E o Secretário da Saúde, ainda, se pronuncia no jornal dizendo que vai cortar mais 17% da Saúde de Blumenau.

Então, fica aqui também o nosso protesto, o nosso repúdio à atitude desse Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Passaremos à Ordem do Dia.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à chamada dos senhores Deputados para verificação de quórum.

(Procede-se à chamada dos senhores Deputados.)

Estão presentes 21 senhores Deputados.

Há quórum para deliberação.

O Sr. Deputado Wilson Wan-Dall - Senhor Presidente, peça a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Wilson Wan-Dall.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Senhor Presidente, eu gostaria de registrar a presença nesta Casa do empresário Bertoldo Passold, da Badenfurt Comércio, e Odilon Tiergarten, da Empresa Auditores Independentes.

Com muita alegria recebemos os senhores aqui nesta Assembléia.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Senhor Presidente, peça a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Senhor Presidente, gostaria de solicitar que fosse feita a inversão na pauta que será votada nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Votaríamos primeiro os requerimentos e por último os vetos?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Exatamente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Não há por parte da Presidência nenhum óbice, e se também não houver por parte dos senhores Líderes, faremos a inversão da pauta.

(As Lideranças aquiescem.)

Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Wilson Wan-Dall, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor-editor e aos colaboradores do jornal A Voz da Razão, cumprimentando-os pela passagem do seu 10º aniversário de fundação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Diretor Estadual de Defesa Civil, solicitando especial empenho e determinação de efetivas medidas no sentido de orientar e auxiliar as autoridades municipais de Iporã do Oeste, Itapiranga, São João do Oeste, Descanso e Mondaiá, atingidos por um desastroso vendaval em 07 de fevereiro próximo passado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria dos Deputados Odacir Zonta e Afonso Spaniol, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Superintendente do Ibama, solicitando empenho e determinação de efetivas medidas no sentido de orientar e auxiliar as autoridades municipais de Iporã do Oeste, Itapiranga, São João do Oeste, Descanso e Mondaiá, atingidos por um desastroso vendaval em 07 de fevereiro próximo passado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria dos Deputados Odacir Zonta e Afonso Spaniol, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos Ministros da Agricultura, da Fazenda e do Planejamento e Orçamento, ao Presidente do BNDES, aos Senadores Casildo Maldaner, Esperidião Amin e Wilson

Kleinübing e ao Coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense em Brasília, Deputado Federal Valdir Colatto, solicitando especial empenho e determinação no sentido de gestionar junto ao BNDES uma solução para o grupo frigorífico Chapecó, que passa por uma grave situação econômica.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Secretário da Educação, solicitando empenho para o resgate dos compromissos relacionados à execução de obras na rede de ensino estadual.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado e a várias autoridades federais, pedindo providências para a pavimentação asfáltica do trecho compreendido entre a BR-282 até o entroncamento com a BR-470, em uma extensão aproximada de 30 quilômetros.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro da Agricultura e aos Deputados Federais Hugo Biehl e Valdir Colatto, solicitando empenho e providências para a securitização ou renegociação dos financiamentos para os contratos de investimentos na suinocultura.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Adelor Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Diretor-Presidente da Telesc, solicitando a instalação de uma central telefônica rural convencional nas localidades de Pinhalzinho, Volta Grande, Alto Volta Grande e comunidades vizinhas, no Município de Mirim Doce.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Adelor Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Diretor-Presidente da Telesc, solicitando a instalação de um telefone público no supermercado Dete, no bairro Fátima, em Joinville.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Adelor Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Diretor-Presidente da Telesc, solicitando a instalação de duas redes telefônicas, uma na central de São João do Itaperiú até o porto de Itaperiú e outra até Santa Cruz.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria dos Deputados Adelor Vieira, Norberto Stroisch e Pedro Bittencourt, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro da Justiça, solicitando intervenção no sentido de que haja a normalização do pagamento das ações judiciais aos policiais rodoviários federais.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro da Agricultura e do Abastecimento, ao Governador do Estado, ao Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados e ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, pedindo providências para auxiliar o Município de Itapiranga e em especial os produtores rurais para amenizar os prejuízos auferidos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Detran, pedindo especial empenho e determinação de efetivas medidas para a solução da questão de 84 despachantes credenciados.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Comissão de Eficácia Legislativa e ao Presidente do Tribunal de Contas, pedindo averiguação e auditoria pelo órgão de Contas do Estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Indicação de autoria do senhor Deputado Gilson dos Santos e outros, a ser enviada ao Ministério da Justiça, solicitando liberação dos recursos já consignados em orçamento para pagamento de ações judiciais conquistadas legalmente pelos policiais rodoviários federais.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do senhor Deputado Reno Caramori, a ser enviada ao Governador do Estado, que solicitando que sejam saldados compromissos financeiros contratados junto às construtoras de imóveis habitacionais.

Em discussão.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Antes desta Presidência dar a palavra ao senhor Deputado Reno Caramori, gostaria de lembrar aos senhores Líderes que tão logo encerramos as votações, vamos suspender a sessão por alguns minutos, a fim de fazermos uma reunião de Líderes para determinarmos alguns encaminhamentos em relação a uma possível sessão extraordinária na noite de hoje ou votação no dia de amanhã de matérias importantes que se encontram pendentes.

Com a palavra o senhor Deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Senhor Presidente e senhores Deputados, encaminhamos essa nossa indicação para mais uma vez tentar sensibilizar o Presidente da Cohab, para que olhe um pouco as empreiteiras, que legalmente foram contratadas pelo órgão do Estado, Deputado Manoel Mota, para construir os conjuntos habitacionais em Santa Catarina.

Através desta tribuna, quando da prestação de contas do Governo do Estado no início desta Legislatura, o senhor Governador mentia a este Plenário e ao povo catarinense de que 35 mil habitações haviam sido entregadas à comunidade catarinense.

E nós, que somos Presidente da Comissão de Transportes, Desenvolvimento Urbano e Rural e Turismo, temos o controle em mãos dos conjuntos habitacionais contratados através da Cohab em todo o Estado de Santa Catarina. Os contratos são em número de quatorze e as empreiteiras são a Cimoserve, a Engenho, a Serrana e a Almeida Amaral.

Senhores Deputados, essas quatro empreiteiras estão praticamente falidas e sem a menor condição de concluir os conjuntos habitacionais porque a Cohab não recebe nenhum centavo desde agosto do ano passado.

A maioria dos conjuntos já foi invadida pelos catarinenses sem teto, que, com todo o direito, aguardavam a sua casa para abrigar a sua família, mas o Governo não repassou os recursos para as empreiteiras e essas, sem condições de capital de giro para dar andamento a essas obras, se sentiram forçados a paralisar as obras porque não tinham mais crédito junto aos estabelecimentos que forneciam o material.

E essas famílias que haviam sido cadastradas, que haviam sido selecionadas para ocupar os imóveis, não agüentaram debaixo de lonas e em porões subumanos de serem habitados, aportaram nesses empreendimentos. E lá, em comum acordo e pacificamente, invadiram aqueles conjuntos para abrigar suas famílias, mesmo sem o acabamento total daquelas obras.

Conversando com essas empreiteiras - aliás, faço um parêntese -, das trinta e cinco mil residências aqui ditas pelo Governador, os contratos perfazem uma soma de mil e seiscentas residências apenas, entre apartamentos e casas de pequeno porte.

Por isso este apelo e esta indicação que trago mais uma vez a este Plenário, para que possamos viabilizar ou buscar a sensibilidade deste Governador junto ao Presidente da Cohab para que paguem as empreiteiras, para que estas também possam cumprir os seus compromissos com os fornecedores, porque são homens honrados, são empreiteiras que venceram legalmente as licitações, que iniciaram e tocaram as obras. E temos lá obras que faltam apenas 10, 15, 20% para concluir.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Deputado, antes de conceder um aparte a V.Exa., gostaria de fazer o registro: o Governo, insensível que é, deixa esses coitados sem a sua casa, deixa os fornecedores de material de construção sem receber o seu devido dinheiro, dinheiro este do fornecimento de material a essas empreiteiras, que também estão com seus títulos protestados porque não podem sanar os seus compromissos, não podem continuar as obras porque não podem comprar material, pois os seus bens estão praticamente sob penhora.

Esses empreiteiros honrados, Deputado Manoel Mota, que lá concorreram com tantos outros às exigências cumpridas por lei, se vêem fugindo dos credores porque não agüentam mais o bater na porta e os telefonemas dos fornecedores pedindo que sanem suas contas. E o Governo do Estado não cumpre a sua obrigação, que é pagar as faturas que foram apresentadas legalmente.

Por isso este nosso requerimento. E pedimos ao Deputado Manoel Mota que vote conosco, porque eu sei do seu interesse em satisfazer as necessidades legais em Santa Catarina.

Agora concedo um aparte a V.Exa.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Deputado Reno Caramori, eu não vou votar favoravelmente ao seu requerimento porque V.Exa. faltou com a verdade neste Plenário. O Governador fez trinta e dois ou trinta e cinco mil atendimentos e não casas!

(Falas paralelas entre os senhores Deputados Reno Caramori e Manoel Mota.)

V.Exa. conduziu o seu processo errado, o que falou aqui não é verdadeiro. O

Estado de Santa Catarina está com estes projetos por terminar, e isso é verdadeiro. O Governo do Estado não pode assaltar ninguém para pagar as empreiteiras.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Onde está o dinheiro da arrecadação, Deputado Mota? Onde é que está o dinheiro do Fundo Habitacional?

O Sr. Deputado Manoel Mota - Foi o fruto de alguns episódios aqui desta própria Casa que atrapalhou o andamento. Mas graças a Deus o Governo do Estado está superando e ele vai pagar as empreiteiras. E V.Exa. pode ficar tranquilo, pois o Governador de Santa Catarina vai construir duas ou três vezes mais do que os seus Governos construíram em toda a história de Santa Catarina. Ele vai encerrar dando resposta positiva, porque o Governo não acabou ainda, e vai concluir, sim, pagando as empreiteiras.

E se V.Exa. achar que vai poder sorrir com a desgraça do Governador...

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Eu vou chorar pelo mau atendimento que está dando a Santa Catarina.

O Sr. Deputado Manoel Mota - O Governador do Estado de Santa Catarina é um homem honrado, Deputado, e não é um mentiroso!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Ele mentiu! Mentiu!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Então, V.Exa. lamentavelmente, conduziu um processo errado, V.Exa. que é um Deputado que sempre respeitei, mas conduziu o processo errado e não são verdadeiras as palavras que foram colocadas aqui nesta Casa.

V.Exa., que eu respeito, é um empresário de valor! Agora, quantas empresas neste País que não são empreiteiras e que também estão quebradas e estão sendo processadas?! Outras coisas haverão de ter!

Nós temos compromisso e por isso as empreiteiras catarinenses receberão. Não será como o Governo passado que deixou R\$60.000.000,00 das empreiteiras dos transportes.

Nós vamos conduzir o processo, vamos pagar as empreiteiras e Santa Catarina sentirá saudades do Governo Paulo Afonso! Deixa o Governo chegar ao seu final! O Governo vai pagar as empreiteiras e vai conduzir o processo para que nós possamos, de cabeça erguida, governar e com responsabilidade. Não foi aquilo que aconteceu em outros Governos, inclusive do seu Partido, como em São Paulo.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Nobre Deputado, eu, como amigo de V.Exa., não gostaria que se jogasse de cabeça em defesa daquilo que não é verdade! Pode machucar, Deputado Manoel Mota!

Mas eu faço um apelo a V.Exa: vote favorável a este requerimento, porque tenho certeza que V.Exa. lá em Tubarão, também na Almeida Amaral, de Criciúma e na Serrana, sabe da situação em que eles se encontram.

Eu gostaria, então, que V.Exa. votasse favorável também a este requerimento para ver se o Governo cumpre a sua palavra. Nós votamos o Fundo de Habitação nesta Casa e não se cumpriu nada! Não sei onde está o dinheiro da arrecadação dos catarinenses! Eu gostaria que o Deputado Manoel Mota nos respondesse isso!

Mas queremos, sim, fazer com que pelo menos o Governo tenha condições de cumprir um pouquinho com as empresas que eles compram. São pessoas honradas, repito aqui, são empresas de renome, são empresas

tradicionais e hoje se sentem na humilhação de terem até que pedir desculpas, tantas vezes quantas necessárias, porque não têm a menor condição de cumprir com os seus compromissos com essas empresas fornecedoras. Simplesmente porque o Governo não cumpre, não repassa o dinheiro à Cohab! V.Exa., Deputado Mota, sabe disso! A Bancada do PMDB conhece o processo, sabe disso!

É lamentável que não tenhamos talvez as condições suficientes para sensibilizar o Governo para que cumpra com os seus compromissos!

Pelo amor de Deus, vamos colocar a mão na consciência! Ninguém quer tapar o sol com a peneira! O nosso povo é esclarecido! Onde é que está o dinheiro do faturamento da arrecadação de Santa Catarina? Não se paga ninguém nesta terra! Parece que o Governo virou terra de caloteiro! Nega tudo, não paga ninguém! Onde é que está o dinheiro da arrecadação, que é fruto do suor do trabalhador e que é recolhido pelas empresas, que ultrapassa o valor de R\$171.000.000,00 este mês, Deputado Mota?!

(Falas paralelas fora do microfone.)

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Continua em discussão a indicação.

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Senhor Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Senhor Presidente, não tem quórum nesta Casa para aprovar nenhum requerimento! Eu gostaria que V.Exa. conferisse o quórum desta Casa!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Pois não, V.Exa. tem todo o direito de requerer a verificação de quórum, apenas quero esclarecer que estamos votando porque foi procedida a chamada e havia quórum regimental. Mas acataremos o pedido de V.Exa.

Convido o senhor Terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, para proceder à chamada dos senhores Deputados.

(Procede-se à chamada dos senhores Deputados.)

Vinte e três senhores Deputados presentes.

Há quórum para votação.

Em votação.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Em respeito aos empresários que acreditam no Governo, vou retificar meu voto: voto pelo requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado

Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, a Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Senhor Presidente, nós estávamos aguardando a chegada das informações do Governo com relação ao decreto legislativo que suspende a Resolução nº 55 e o Decreto nº 2.646. Essas informações já chegaram, o Presidente da Comissão de Justiça, Deputado Ivan Ranzolin, já havia convocado uma reunião extraordinária às 18h, para que pudéssemos apreciar e no dia de amanhã o decreto pudesse vir ao Plenário.

Amanhã é quinta-feira e todos nós sabemos da dificuldade de quórum. Então, eu gostaria de solicitar à Presidência que consultasse os Líderes partidários na seguinte proposta: que pudéssemos suspender a presente sessão, que a pauta de hoje pudesse ficar para segunda-feira, inclusive porque há vetos e o quórum está muito baixo para a derrubada de vetos; que pudéssemos aqui mesmo no Plenário realizar a reunião da Comissão de Justiça e em seguida retomarmos à sessão, se for antes das 18h, ou então realizarmos uma sessão extraordinária.

Agora, isso só será possível se houver uma sinalização dos Líderes da possibilidade de quórum, ao final da reunião da Comissão de Justiça. Se não houver essa sinalização, é melhor que fiquemos com a reunião extraordinária da Comissão às 18h, tentemos o quórum amanhã, e em não havendo quórum amanhã o assunto fica para segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Esse foi o encaminhamento que havíamos anunciado e que iríamos dar tão logo encerrássemos as votações.

Assim, como temos a votação de uma indicação e três pedidos de informação, iremos proceder suas votações e em seguida vamos consultar os Líderes a respeito dos encaminhamentos.

Indicação de autoria do Deputado Gilmar Knaesel, a ser enviada ao Presidente do Besc, solicitando a reabertura de posto bancário do Besc no bairro Texto Central, no Município de Pomerode.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria dos Deputados Neodi Saretta e Odacir Zonta, a ser enviado ao Governo do Estado, solicitando cópias de convênios, bem como memorial descritivo de obras, planilhas, final de custos da obra da Cohab, Casan, Celesc e Prefeitura Municipal de Concórdia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do senhor Deputado Leodegar Tiscoski, a

ser enviado ao Diretor do Deter, através do Governador do Estado, perguntando quais as empresas de transporte coletivo e quais as linhas enquadradas como intermunicipais de características urbanas classificadas nos termos do art. 189, inciso II da Constituição Estadual.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do senhor Deputado Reno Caramori, a ser enviado ao Secretário dos Transportes e ao Governador do Estado, indagando qual a participação financeira total dos órgãos envolvidos, por período, na aplicação das obras do aeroporto regional de Caçador, exercício 96/97.

Em discussão.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra o senhor Deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Senhor Presidente e senhores Deputados, estou fazendo esse pedido de informação para esclarecer à sociedade catarinense que a propaganda do Governo que tem saído quase que diariamente no Jornal A Notícia, uma folha inteira - eu leio jornal e tem mais coisa -, onde está explícito: Governo do Estado investiu quatro milhões de reais no aeroporto de Caçador, é mais uma mentira deste Governo, porque a grande maioria dos recursos é oriunda do Governo Federal, uma parcela do Governo do Estado e o restante da sociedade catarinense, através dos empresários e associação comercial.

Nobres Deputados, ele teve o descaramento de dizer (eu não admito esse tipo de coisa, o povo catarinense merece, acima de tudo, respeito. E quando uma pessoa mente o termo correto que eu aprendi, desde o primário, é mentiroso): quatro milhões de reais no jornal A Notícia.

Por isso desse pedido de informação, para que a sociedade catarinense saiba a verdade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Senhores Deputados, há uma proposta para que seja interrompida a presente sessão, para que sejam retiradas as duas matérias constantes de veto para a inclusão na próxima sessão, a fim de podermos estabelecer o cronograma de votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 01/98.

Eu gostaria de ouvir inicialmente o Presidente da Comissão de Justiça, Deputado Ivan Ranzolin, para que dê o seu parecer e, posteriormente, os Líderes da

Bancada.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Senhor Presidente, decidimos na Comissão de Justiça, por unanimidade, fazer uma reunião hoje, às 18h10min, porque não tínhamos recebido ainda as informações e as razões do Poder Executivo. O prazo venceria hoje às 18h. O Governador do Estado encaminhou ainda ontem - deve-se registrar o empenho do Deputado João Henrique Blasi, que pediu que o Governo se agilizasse - as razões do Governo chegarem a esta Casa e não há nenhum motivo que impeça que se antecipe a reunião da Comissão de Justiça, porque foi também tratado isso na Comissão, que se chegasse antes poderíamos antecipar.

De sorte, senhor Presidente, que gostaríamos de convocar a Comissão de Justiça, já que temos tudo em mãos, eu preciso apenas de meia hora para concluir o relatório final para as 17h10min, antecipando uma hora.

Senhor Presidente, se não houver nada em contrário, gostaríamos de solicitar a V.Exa. se poderíamos fazer a reunião no Plenário, isso já foi feito muitas vezes, porque as pessoas que vieram de fora gostariam de participar. E como as nossas reuniões têm sido públicas, se não houver nenhum óbice, gostaríamos que V.Exa. instalasse o som para fazermos a reunião aqui. Deve ser uma reunião rápida, porque os pareceres já foram votados. Apenas iríamos deliberar agora sobre o relatório final. Então, convocaríamos a Comissão de Justiça para essa reunião às 17h10min, aqui no Plenário da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com certeza, nobre Deputado, não há óbice à utilização do Plenário.

A proposta que a Presidência faz às Lideranças é no sentido de encerrar a presente sessão e convocar uma extraordinária em horário que vamos em seguida estabelecer. Colocaríamos na pauta a votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 001/98 apenas, mas se houver alguma outra matéria, poderíamos também incluir.

Consultamos às Lideranças sobre a proposta.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Senhor Presidente, há pouco recebi uma solicitação da Presidente do Sinte, professora Ana Aquini, a respeito, da possibilidade de se fazer ainda hoje uma sessão extraordinária com vistas à deliberação do projeto agora mencionado por V.Exa.

Eu disse a ela que a resposta minha seria dada depois de uma consulta aos Companheiros da Bancada, afinal de contas não havia nenhuma programação de sessão extraordinária para hoje, a não ser a reunião da Comissão de Justiça marcada para as 18h10min.

Em razão do término do prazo que seria hoje, como enfatizou o Deputado Ivan Ranzolin, em função de um pedido nosso, ontem, no penúltimo dia do prazo, a matéria foi encaminhada para cá e teria o prazo até hoje às 18h.

Eu consultei os Colegas de Bancada e, como disse, em razão de não haver essa programação, diversos deles têm compromissos assumidos para além das 18h, exceto eu e o outro integrante da Comissão de Justiça, que estávamos convocados para essa reunião.

Por isso não há nenhum óbice a que se antecipe a reunião da Comissão de Justiça, e estaremos lá. No entanto, há dificuldades da maioria dos Membros da Bancada do PMDB em se fazer presente à reunião extraordinária além das 18h.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Senhor Presidente, temos clareza da urgência desta Assembléia Legislativa definir os encaminhamentos sobre essas matérias que estão afetando a vida das escolas em Santa Catarina. Nosso entendimento é que se realize a sessão extraordinária após a reunião da Comissão de Justiça. Nossos seis Deputados estarão aqui presentes para deliberar sobre a matéria.

O SR. DEPUTADO WILSON WANDALL - Senhor Presidente, quanto à Comissão, tudo bem, não há problema nenhum.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOL - Senhor Presidente, o PDT concorda que esta matéria seja deliberada o mais rápido possível. Então, se a Comissão de Justiça puder se reunir imediatamente e se pudermos realizar a sessão ainda hoje, seria melhor, pois é o desejo da nossa Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Deputado Ivan Ranzolin, V.Exa. já falou na condição de Presidente da Comissão de Justiça. Estamos consultando o PPB sobre a possibilidade de se fazer uma sessão extraordinária ainda hoje, às 18h. Lembramos que se não fizermos a sessão ainda hoje, vamos colocar esta matéria na pauta de amanhã.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Senhor Presidente, V.Exa. teria que consultar o Líder. Na realidade eu falo pela Comissão de Justiça. O Deputado Gilson dos Santos está na Casa... Acho que V.Exa. até poderia suspender a sessão, enquanto nós fazemos a reunião da Comissão de Justiça, para conversar com as Lideranças. Da minha parte não há nenhum óbice, mas quem tem que falar é o Deputado Gilson dos Santos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Senhores Deputados, a Presidência dá o seguinte encaminhamento: suspende a sessão plenária neste momento e reabre às 17h55min para o seu encerramento, dando os encaminhamentos e anunciando a pauta da próxima sessão, que poderá ser uma extraordinária no dia de hoje ou uma ordinária no dia de amanhã.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) (Faz soar a campainha) - Senhores Deputados, estão reabertos os trabalhos da sessão ordinária.

As matérias que constavam da pauta para votação - os requerimentos e os vetos da sessão de hoje -, conforme havia anunciado anteriormente, estão retirados para inclusão na pauta da Ordem do Dia oportunamente.

Temos sobre a mesa Requerimento nº 45/98, que pede a constituição de uma CPI, objeto inclusive de uma questão de ordem levantada ontem pelo senhor Deputado João Henrique Blasi, composta por sete Membros, para, no prazo

de noventa dias, apurar possíveis irregularidades ocorridas na Secretaria de Educação e Desporto, nas áreas de licitações e contratos.

A Presidência passa a responder a questão de ordem do senhor Deputado João Henrique Blasi.

Da análise do requerimento apresentado por quatorze Deputados, com a finalidade de constituir uma CPI para averiguar fatos ocorridos na Secretaria de Educação, sem nos atermos à questão meritória, procedemos o levantamento das questões regimentais e constitucionais que induzem o caso.

Inicialmente o requerimento apresenta justificativa, por não ter a CPI constituído, pela Resolução nº 38/97, os seus trabalhos devido a vários motivos ali explicitados.

O pedido da constituição da CPI pretende se respaldar nos §§ 3º e 4º do art. 47 da Constituição do Estado, e no art. 30 do Regimento Interno desta Casa. Porém, caracterizando como fato determinado que já consta da CPI anteriormente citada e que teve seu arquivamento solicitado por término dos prazos regimentais para a conclusão dos seus trabalhos e apresentação do relatório final.

O § 3º do art. 47 da Constituição do Estado e o art. 30 do Regimento Interno determinam as condições de instalação da CPI, e esta Presidência não vai fazer a leitura por ser de conhecimento de todos os senhores Deputados.

Para a constituição da CPI é necessário que se estabeleça no requerimento um fato determinado que justifique esta ação, podendo num estágio ulterior se proceder a juntada ao processo dos levantamentos efetuados pela Comissão anterior. Além disso, o art. 30 do Regimento Interno é claro quando determina um prazo de noventa dias, prorrogáveis por sessenta, para apresentação do relatório final da CPI.

Caso se concretize a constituição da CPI ora requerida, dar-se-ia num entendimento da Mesa Diretora a prorrogação não respaldada pelo Regimento Interno de uma CPI, que esgotou todos os prazos para apresentação do relatório. Anteposto, devolvo o presente requerimento aos Autores, para que seja feito e determinado o fato que gerará a necessidade da Comissão.

Este é o despacho da Mesa Diretora e desta Presidência, senhor Deputado João Henrique Blasi.

Senhores Deputados, a pauta da sessão de hoje está encerrada.

Antes de encerrar a presente sessão, nós vamos fazer uma consulta aos Líderes partidários: temos esta importante matéria para votação que foi apreciada na Comissão de Justiça do Projeto de Decreto Legislativo nº 001/98.

A Presidência vai remeter a questão aos Líderes de Bancada para que se manifestem sobre as alternativas de encaminhamento de votações.

A Presidência apresenta as alternativas:

1º - convocação de uma sessão ex-

traordinária para o dia de hoje ainda para votação, dependendo ainda da presença mínima de vinte e um dos senhores Parlamentares em Plenário;

2º - inclusão na pauta da sessão ordinária de amanhã;

3º - a inclusão na pauta ordinária da sessão de segunda-feira.

Esta Presidência, antes de dar a decisão, vai consultar os Líderes de Bancada para que, se possível, façamos os encaminhamentos de comum acordo.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, entendo que a Assembléia Legislativa já avançou muito neste processo relacionado com a Educação de Santa Catarina. E a confirmação disso que estou afirmando, senhor Presidente, deu-se há instantes nesta Casa quando a Comissão de Justiça, extraordinariamente, aprovou o Projeto de Decreto Legislativo nº 001/98.

Quero, em nome da Bancada do PPB, dizer a V.Exa. que votaremos no instante em que a Mesa assim determinar. Isto é, se V.Exa. convocar uma extraordinária para hoje estaremos aqui para votar, e se for para amanhã, também estaremos aqui para votar, e se for para segunda-feira estaremos aqui para confirmar que somos contra o decreto do senhor Governador do Estado e da Resolução do Conselho Estadual de Educação.

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Senhor Presidente, o PSDB, da mesma forma, prefere até que seja votado hoje. Mas acatada a decisão, a posição da matéria ser votada hoje, amanhã ou segunda-feira.

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - O nosso Partido tomou uma decisão importante na Comissão de Justiça. Em nome da Bancada é urgente colocarmos em votação ainda hoje este decreto legislativo.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Senhor Presidente, em duas oportunidades demos mostras de boa vontade com a tramitação desta matéria. Uma delas tentamos de certa forma conseguir abreviar o prazo da prestação dessas informações; hoje à tarde concordamos com a antecipação do horário da reunião da Comissão de Justiça.

De nossa parte, havendo quórum, não há qualquer problema da matéria ser deliberada hoje, amanhã ou segunda-feira.

O SR. DEPUTADO WILSON WANDALL - Senhor Presidente, a nossa Bancada, se houver quórum, é favorável a deliberação desta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - O Deputado Afonso Spaniol informa a esta Presidência que também é favorável à deliberação desta matéria.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para as 18h55min, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 001ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 11 DE MARÇO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às dezoito horas e trinta e cinco minutos, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Carlito Meress - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gilson dos Santos - Hans Fritsch - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olices Santini - Pedro Uczai - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Sérgio Silva - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

A ata da sessão anterior será lida na próxima sessão ordinária.

Não havendo expediente a ser lido, passaremos à Ordem do Dia.

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à chamada dos senhores Deputados para a verificação de quórum.

(Procede-se à chamada dos senhores Deputados.)

Consulto se algum dos senhores Deputados deixou de registrar a sua presença.

(Pausa)

Estão presentes 23 senhores Deputados.

Há quórum para deliberação.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, tendo em vista a existência de quórum, solicito a V.Exa. para que a votação dessa matéria, de tamanha envergadura, seja nominal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - A votação será encaminhada de forma nominal a requerimento de V.Exa.

O Sr. Deputado Wilson Wan-Dall - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Wilson Wan-Dall.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Senhor Presidente, gostaria de justificar a ausência do Deputado Pedro Bittencourt, que acabou de viajar a Brasília, onde tem um compromisso à noite.

(Manifestações das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Discussão e votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 001.0/98, que susta a Resolução nº 55/97, do Conselho Estadual de Educação, e o Decreto nº 2.646/98, de autoria do Governador, que afronta o princípio da legalidade, exorbita no poder regulamentar o ensino público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Quem votar "sim" aprova o decreto, consequentemente, suspende a Resolução nº 55/97 e o Decreto nº 2.646/98, e quem votar "não" rejeita o decreto.

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à chamada dos senhores Deputados para a votação nominal.

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO (Deputado Odacir Zonta) -

DEPUTADO ADELOR VIEIRA sim

DEPUTADO AFONSO SPANIOL sim

DEPUTADO CARLITO MERSS sim

DEPUTADO CESAR SOUZA ausente

DEPUTADO CIRO ROZA ausente

DEPUTADO ENI VOLTOLINI sim

DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER sim

DEPUTADO GERVÁSIO MACIEL ausente

DEPUTADO GILMAR KNAESEL ausente

DEPUTADO GILSON DOS SANTOS sim

DEPUTADO HANS FRITSCH ausente

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL não

DEPUTADA IDELI SALVATTI sim

DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO sim

DEPUTADO IVAN RANZOLIN sim,

pela qualidade do ensino de Santa Catarina.

DEPUTADO IVO KONELL ausente

DEPUTADO JAIME MANTELLI ausente

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI não, reafirmando o voto que dei no âmbito da Comissão de Justiça, concordando com a suspensão parcial da resolução, mas pela manutenção do decreto governamental. Como o decreto legislativo é um todo só, eu não posso concordar com ele na integralidade, e, portanto, voto contra

DEPUTADO JÓRGINHO MELLO sim

DEPUTADO JÚLIO TEIXEIRA sim, também para evitar que 10.000 profissionais da área da educação sejam sumariamente demitidos sob a alegação de contenção de despesas

DEPUTADO LEODEGAR TISCOSKI ausente

DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA sim

DEPUTADO LUIZ HERBST sim

DEPUTADO MANOEL MOTA não

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO ausente

DEPUTADO NEODI SARETTA Presidente

DEPUTADO NORBERTO STROISCH sim

DEPUTADO ODACIR ZONTA sim

DEPUTADO OLICES SANTINI sim

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI ausente

DEPUTADO PAULO VIDAL ausente

DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT ausente

DEPUTADO PEDRO UCZAI sim

DEPUTADO RENO CARAMORI sim

DEPUTADO ROMILDO TITON não

DEPUTADO SERGIO SILVA sim,

pela educação do Norte de Santa Catarina.

DEPUTADO UDO WAGNER ausente

DEPUTADO VANDERLEI ROSSO ausente

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI sim

DEPUTADO WILSON WAN-DALL sim

(Manifestação das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Senhores Deputados e senhores assistentes, votaram vinte e cinco Deputados. Quatro votos "não" e vinte e um votos "sim". Está aprovado o decreto legislativo.

(Manifestação das galerias)

Finda a Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Libre a palavra a todos os senhores Deputados.

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, gostaríamos de agradecer pela presença de todas as pessoas que, democraticamente, se manifestaram nas galerias e a forma educada como se portaram. Pedimos, porém, a compreensão, por mais um minuto, para encerrarmos a presente sessão.

Agradecemos às pessoas que aqui estiveram, às caravanas das várias cidades, inclusive, Deputado Odacir Zonta, da nossa cidade, da cidade de Concórdia, assim como de todo o nosso Estado.

A Presidência lembra os senhores Líderes que vence amanhã o prazo para indicação dos nomes dos senhores Deputados para fazer parte das Comissões Técnicas da Casa.

Lembro os senhores Líderes que o Regimento determina que caso não aja encaminhamento, por parte dos Líderes, dos nomes, a Presidência o fará ex-officio. Portanto, até as 18h de amanhã solicitamos que as Bancadas indiquem o nome dos Deputados para compor as Comissões Técnicas.

Esta Presidência também apresenta a pauta para a Ordem do Dia de amanhã:

- Requerimentos nº 50 e 51, de autoria do Deputado Wilson Wan-Dall;

- Nº 52, de autoria do Deputado Eni Voltolini;

- Nº 53, de autoria do Deputado Neodi Saretta.

Antes de encerrar a presente sessão esta Presidência não poderia deixar de fazer o registro da presença não só das pessoas que nos assistiram, mas também dos senhores Deputados que, atendendo a convocação desta Presidência, deram quórum à sessão extraordinária, possibilitando votar essa importante matéria, para a qual Santa Catarina pedia solução. Isto é fruto do entendimento coletivo de todos as Bancadas.

Nós, em nome da Mesa Diretora, dos 7 membros que a compõem, e também certamente em nome de todos os Líderes de Bancada, fizemos esse agradecimento a todas as Bancadas e deixamos isso para Santa Catarina: a Assembléia Legislativa está cumprindo o seu papel.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, o Deputado Leodegar Tiscoski estava presidindo uma sessão do Diretório Estadual do nosso Partido e adentrou ao Plenário neste momento, ainda, querendo votar. Vale o voto da intenção que é "sim" ao decreto legislativo.

(Manifestação das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi

Saretta) - Está feito o seu registro.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Idelvino Furlanetto.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - Senhor Presidente, eu gostaria neste momento de cumprimentar todos os professores e alunos e também os agricultores e familiares que estão aqui presentes.

Juntamente com o Deputado Romildo Titon, Deputado João Henrique Blasi e a Fetrafesc, estamos intermediando uma audiência com o Governador desde o último dia 6, para tratar da política agrícola, da questão da anistia dos financiamentos de emergência e da regulamentação do seguro agrícola.

Esse fato é muito importante, e gostaria de cumprimentar todos os professores, alunos e a agricultura familiar por essa con-

quista que tivemos nessa votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Esta Presidência se solidariza com o pedido e inclusive está buscando também auxiliar na marcação da audiência.

Esta Presidência antes de encerrar a presente sessão convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 013ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 12 DE MARÇO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às nove horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Ciro Roza - Francisco Küster - Gilson dos Santos - Hans Fritsch - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Luiz Herbst - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Odacir Zonta - Olives Santini - Onofre Santo Agostini - Paulo Vidal - Pedro Uczai - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Secretário "ad hoc", Deputado Francisco Küster, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Secretário "ad hoc", Deputado Francisco Küster, que proceda à leitura do expediente.

O SR. SECRETÁRIO "AD HOC" (Deputado Francisco Küster) - O expediente consta do seguinte, senhor Presidente: PROJETO DE RESOLUÇÃO:

- de autoria da Mesa Diretora, que disciplina a concessão de subvenção social.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra aos senhores Deputados.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Pedimos a palavra, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra o senhor Deputado Idelvino Furlanetto.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - Senhor Presidente e senhores Deputados, achei muito importante uma pesquisa assinada por Ricardo Abramovay, publicada na revista Espaço Rural. Ele é engenheiro agrônomo do Departamento de Economia da FEA e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental - Procama -, da USP.

Ricardo Abramovay nos relata sobre a valorização do espaço rural - uma escolha de sociedade. E num dos trechos ele já inicia a sua preocupação e coloca: envelhecimento e masculinização.

Até vou fazer a leitura do que achei muito importante, para que nós Parlamentares, diante do êxodo rural, que considero generalizado, possamos fazer uma análise.

(Passa a ler)

"A população rural latino-americana vem passando por um intenso processo de envelhecimento. Dos 39 milhões de crianças entre zero e nove anos, em 1975, somente 19,4 milhões ainda estavam no campo em 1995. Vinte anos depois, dos 28,2 milhões de adolescentes rurais em 1975, apenas 14,8 milhões ficaram no meio rural.

Ainda não foram realizados no Brasil estudos globais sobre os processos migratórios por geração. O que se sabe hoje, entretanto, é que no Sul do País o êxodo rural atinge fundamentalmente as populações mais jovens. Em Santa Catarina, por exemplo, os jovens com idade entre 10 e 19 anos representavam 25,8% do total da população rural do Estado, em 1980, e caíram para 22% em 1991. Já a participação das pessoas entre 30 e 60 anos cresce de 25,7% para 31,4%, no mesmo período, segundo pesquisa levada adiante pelo Movimento das Mulheres Agricultoras de Santa Catarina e do Deser.

Esse envelhecimento é particularmente sensível nas regiões de predomínio da agricultura familiar. Pesquisa realizada no Sudoeste do Paraná (Deser/Unijui/Assessor, 1992), em 28 Municípios e com base em 599 entrevistas, mostra que metade dos chefes de estabelecimentos entrevistados tem mais de 45 anos e apenas 18% menos de 35 anos. Trabalho recente desenvolvido no Município de Saudades, no Oeste de Santa Catarina, indica que 30 dos 53 agricultores entrevistados (56,60%) têm mais de 45 anos e apenas 6 (11,32%) têm menos de 35 anos.

As moças tendem a migrar numa proporção bem maior do que os rapazes, ao menos no que se refere à Região Sul, com relação à qual já existem estudos nesse sentido. A população masculina no meio rural latino-americano supera a feminina em nada menos que 5,2 milhões de pessoas (Cepal, 1995.)

Numa pesquisa realizada em 1992 pela Pastoral da Juventude Rural do Rio Grande do Sul, entre os 2 mil jovens entrevistados, havia 53% de rapazes e 47% de moças. E no trabalho de campo desenvolvido por Abramovay no Município de Saudades encontrou-se uma proporção de 1,7 rapaz para cada moça."

Para encerrar, essas mobilizações que estão sendo realizadas e que encerram hoje, pelo Movimento das Mulheres

Agricultoras, pela Acrab, que é a Associação dos Atingidos pela Barragem, pela Fetrafesc, que é a Federação da Agricultura Familiar, chamam-nos muito a atenção, porque a agricultura dos três Estados do Sul está ficando uma agricultura de velhos e de velhas. Um agricultor com 45 anos ou mais não consegue mais um trabalho na cidade, porque não consegue uma carteira assinada, e quem é que vai contratar um agricultor com 45 anos, com prática somente na agricultura? Ele não tem uma especialização, não é motorista, cursou até a 3ª série do primário!

Senhores Deputados, 90% dos agricultores com essa idade - se não for mais - têm até a 4ª série do primário. Isso nos espanta. Eu acredito que neste ano, como é um ano de eleição, todos os Partidos apresentarão uma proposta de desenvolvimento para o Brasil. E essa é a minha preocupação, dentro do meu Partido: que tenhamos um projeto de desenvolvimento sustentável para a agricultura familiar.

Eu estava observando o número de famílias assentadas, e com toda a luta do Movimento dos Sem-Terra, não deve chegar a cinco mil famílias. Eu, nos últimos dias, falava em números redondos - que desapareceram 40 mil estabelecimentos -, mas, agora, os últimos dados checados pelo IBGE, apresentados no final de 97, demonstram que em 85 Santa Catarina existiam 235 mil estabelecimentos. Hoje, tem 213 mil. Desapareceram 32 mil estabelecimentos, isso em dados oficiais.

Se formos fazer uma peneirada na agricultura familiar, quem está lá no trabalho, no batente, no dia-a-dia, é a mão-de-obra cansada, que tem 45 anos ou mais! Esse é o projeto de desenvolvimento do Governo Fernando Henrique Cardoso, comandado pelo projeto neoliberal, coordenado pelos Estados Unidos.

A agricultura familiar é responsável por 70% de todos os alimentos que vão à mesa dos brasileiros. Agora, não encontramos subsídios, o seguro agrícola está aí feito um fantasma, porque o Governo não assumiu o seu papel, as políticas públicas estão sucateadas - saúde, educação e até o transporte escolar -, o que considero uma coisa fácil de resolver. Se 120 milhões não tivessem sumido das Letras, quanto transporte escolar, salário justo para os professores, ensino público de qualidade teríamos!

Então, vamos construir um projeto de desenvolvimento sustentável no nosso Partido, juntamente com o nosso companheiro Lula, com o nosso companheiro Milton Mendes, nosso candidato a Governador, para apresentar a Santa Catarina a fim de tirarmos a agricultura familiar do sufoco.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Continua livre a palavra a todos os senhores Deputados, em Breves Comunicações.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros nove minutos são destinados à Bancada do Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o senhor Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Senhor Presidente e senhores Deputados, assim como esta tribuna para discutir duas temáticas que, do ponto de vista do Partido dos Trabalhadores, estão na Ordem do Dia.

Primeiro, o Deputado Idelvino Furlanetto já discutiu, já levantou com muita propriedade o que é toda a problemática da área rural vivenciada pela pequena propriedade familiar no Estado de Santa Catarina, a necessidade urgente de construir uma política de desenvolvimento rural que venha, efetivamente, fortalecer a agricultura familiar. Fortalecer a agricultura familiar não passa somente pela luta de crédito subsidiado para a produção primária, passa também pela busca de seguro-agrícola ou Fundo de Aval para o agricultor na produção primária; não passa somente pela valorização de preço mínimo na produção primária, mas há necessidade de quebrar uma lógica de desenvolvimento construído nesses últimos 30 anos em Santa Catarina, que é a lógica onde ocorre maior concentração de riqueza, onde ocorre a maior concentração de renda, não é o que produz e não é o que comercializa, é aquele que agroindustrializa.

Por isso que os maiores complexos agroindustriais deste País e desta América Latina estão em Santa Catarina e particularmente no nosso grande Oeste de Santa Catarina. É ali que se dá a maior concentração de renda, é ali que se subordina os pequenos agricultores à acumulação de capital e renda e é onde se faz as classes dominantes no meio rural ligado com a agroindustrial em Santa Catarina nesses últimos 30 anos.

Por isso temos que quebrar essa lógica, Deputado Idelvino Furlanetto, não só no incentivo, no crédito, no subsídio, no preço mínimo, no seguro para a produção primária, mas nós temos que desafiar. E esta Casa está dando demonstração que está caminhando também nessa direção quando vota projetos da inspeção sanitária, da pequena agroindústria, quando vota o Propagro, quando discute e vota projetos onde o agricultor tem que ficar com a renda, onde o agricultor tem que ficar com os seus próprios filhos na área rural gerando emprego.

A produção primária não gera mais emprego para a juventude, a produção primária impede a manutenção da família nuclear no meio rural. Com o avanço tecnológico da modernização, com o envenenamento da terra, também não há necessidade dessa mão-de-obra na produção primária. Há necessidade de transformar o espaço rural num espaço de produção primária e de produção secundária. Ou seja, produção agrícola e agroindustrialização

de pequeno e de médio porte na área rural. Aí, sim, os pequenos e médios Municípios do Estado de Santa Catarina, que são em maioria, possibilitarão o aumento da renda, o aumento do emprego na área rural e também o aumento do dinamismo do comércio desses pequenos e médios Municípios e também o aumento dos impostos nesses pequenos e médios Municípios do Estado de Santa Catarina.

A luta da Fetrasc, do movimento dos agricultores atingidos pelas barragens e do movimento das mulheres agricultoras, esses movimentos sociais calçados na luta social rural, dá demonstração de que têm vontade política de buscar uma alternativa de desenvolvimento.

Não é possível manter esta política de distribuir semente, de distribuir máquinas, de distribuir colheitadeiras, de distribuir tratores para os agricultores não pensando estrategicamente daqui cinco, dez, vinte anos este espaço rural em Santa Catarina.

O casamento possível para pensar a distribuição de renda enquanto classe social, mas também enquanto regiões do Estado em Santa Catarina, passa, necessariamente, pelo fomento e desenvolvimento da produção primária, da pequena agroindústria e da média agroindústria nos pequenos e médios Municípios de Santa Catarina.

O Partido dos Trabalhadores, neste ano, terá que fazer este embate, este enfrentamento contra esta lógica dominante nestes últimos trinta anos, que concentrou renda em uma classe social, que acumulou a partir da subordinação dos pequenos agricultores a esta lógica de se fazer, enquanto classe dominante, uma minoria neste Estado ligada ao complexo agroindustrial.

E por isso nós queremos nos solidarizar, em nome da Bancada do Partido dos trabalhadores, aos movimentos sociais. Nenhum agricultor quer ocupar este espaço da Assembléia Legislativa, nenhum agricultor quer vir para a Capital se não for objetivamente reivindicar os direitos que estão sendo destruídos, principalmente, nestes últimos três anos, pelo plano de estabilização monetária. E no contexto da conjuntura nacional, a desgraça dos agricultores, dos pequenos agricultores, tem sido a graça do Plano Real.

Não é possível perceber discursos nesta Casa, nesta tribuna em defesa da agricultura familiar, quando, justamente, esses mesmos Partidos dão sustentação a um plano econômico nacional que desgraça os agricultores, que aumenta a desigualdade social, que aumenta o empobrecimento, que aumenta a desesperança no meio rural.

Esta contradição está presente na relação do nacional com o local, com o estadual e se reflete nos próprios discursos presentes nesta Casa Legislativa.

Uma segunda problemática que nos preocupa, que nos faz perder tempo, ou ganhar tempo, refere-se ao processo educacional. Urge a nós, Deputados, fazer o debate aberto, franco, fraterno, aqui, para reconduzir este Estado numa perspectiva mais democrática, mais aberta do sistema estadual de ensino.

Não basta nós votarmos decretos legislativos, não basta nós impedirmos o funcionamento da hora/aula de sessenta minutos, não basta os Prefeitos assinarem convênios para o transporte escolar, não basta derrubar resoluções do Conselho Estadual de Educação.

Estes passos foram importantes, foram fundamentais do ponto de vista do impedimento, da continuidade do autoritarismo da Secretaria da Educação no Estado de Santa

Catarina. Agora, se nós estamos questionando esta resolução do Conselho Estadual que regulamenta a LDB no Estado - este é o desafio maior -, nós temos que ter uma proposta para regulamentar a LDB em Santa Catarina.

Por isso que na minha humilde contribuição estarei hoje distribuindo algumas cópias de uma minuta do Sistema Estadual de Ensino, para que as Comissões possam começar a debater aqui na tribuna desta Casa o que nós queremos para a Educação em Santa Catarina.

Se nós não concordamos com a resolução do Governo, nós temos que dizer o que nós queremos. E o Partido dos Trabalhadores, a Bancada do Partido dos Trabalhadores irá construir, junto com as entidades sindicais, junto com os movimentos sociais, na área urbana e rural, uma proposta a ser apresentada para esta Assembléia de regulamentação do Sistema Estadual de Ensino.

Por isso convidamos todos os Deputados, todos os Parlamentares e a Comissão de Educação para participarem desse debate para construir uma proposta diferente, mais digna para os nossos estudantes, mais digna para os nossos professores.

Quatro horas/aula de 60 minutos não garantem qualidade. A qualidade vai ser garantida se tiver bom salário para o professor e se o professor puder se qualificar, puder ser professor pesquisador, puder construir um espaço de ensino e também um espaço de investigação, um espaço de pesquisa, um espaço de formação na área de pós-graduação a nível de especialização, de mestrado e de doutorado.

Assim que é possível pensar uma escola pública mais decente, com valorização do Magistério, com valorização dos nossos estudantes, nesse espaço público que é a escola pública em Santa Catarina.

Este registro que faço aqui, neste dia de hoje, nesta quinta-feira tranquila nesta Casa, depois de algumas vitórias importantes na tarde de ontem, requer de nós agora a responsabilidade de construirmos uma proposta.

Se não queremos os 60 minutos, qual é a nossa proposta? Se não queremos a resolução do Conselho Estadual, qual é a nossa proposta? Se não queremos a LDB da forma que foi construída, qual é a nossa proposta enquanto Casa Legislativa que vai fazer a lei complementar?

Espero que não aconteça igual ao Regimento de Custas e Emolumentos. Depois que votamos aqui, vimos uma sociedade indignada contra esta Casa que votou taxas abusivas. Tivemos que recuperar, rediscutir e votar um novo projeto.

A lei complementar será de nossa responsabilidade. E os estudantes de Santa Catarina, os professores e as lideranças dos movimentos populares sociais irão nos cobrar uma proposta de Sistema Estadual de Ensino.

Se condenamos a do Governo, nós temos a responsabilidade de construir uma outra proposta mais democrática, mais ética e mais séria. E acredito que nós temos possibilidades para darmos essa contribuição ao Estado e à escola pública de Santa Catarina. Defesa da escola pública é defesa de uma nova proposta do Sistema Estadual de Ensino.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o senhor Deputado Jorginho Mello, Líder da Bancada.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Senhor Presidente e senhores Deputados, mesmo com número reduzido de Deputados, gostaria de chamar a atenção dos Deputados Gilson dos Santos e Romildo Titon, até porque as colocações que farei neste momento dizem respeito exclusivamente a uma nota que saiu no Diário Catarinense de hoje, onde o respeitável jornalista Paulo Alceu faz um comentário intitulado como "Tiroteio tucano", que passo a ler em seguida:

(Passa a ler)

"O Deputado Jorginho Mello não comanda mais a Comissão do PSDB que negociava alianças. Caiu, foi formado um conselho político com 12 integrantes que vai tratar do assunto. A primeira reunião acontece na próxima segunda-feira em Florianópolis."

Quero dizer aos senhores Deputados, bem como deixar registrado, inclusive invocando a manifestação do Presidente Estadual do Partido, Deputado Francisco Küster, que essa nota é mentirosa. Não existe absolutamente nada de verdade nisso. Enganou-se o jornalista, pisou na bola, a fonte falhou, até porque a Comissão que foi criada, que tenho o privilégio de coordenar, é composta por um Deputado Estadual, um Prefeito, um Vice-Prefeito, um membro da Executiva e um ex-Presidente do Partido. A Comissão nunca esteve tão revigorada como está.

Já fizemos encaminhamentos cumprindo a nossa missão, cumprindo o papel para que a Comissão fosse criada. O Conselho Político não tem nada absolutamente a ver com essas tratativas que a Comissão vem desenvolvendo. Já oficiamos os dois Partidos que convidaram o PSDB para ser parceiro: em primeiro lugar o PPB e em segundo o PMDB. Oficiamos por escrito e estamos aguardando para que possamos sentar e conversar, até porque o PSDB tem candidato a Governador.

O PSDB não está à venda. O PSDB é um Partido que está indo muito bem em Santa Catarina, sabe o que quer e não precisa de carona gratuita de ninguém.

Portanto, nós oficiamos o Deputado Leodegar Tiscoski, que é o Presidente do PPB, bem como o Senador Casildo Maldaner, que é o Presidente Estadual do PMDB.

Senhores Deputados, quero deixar registrado nesta tribuna que, infelizmente, muitas vezes a imprensa não contribui no processo democrático. Algumas pessoas interessadas, não sei porquê, gostam de fazer esse tipo de insinuação.

Portanto, eu gostaria de ouvir a posição e a manifestação do Presidente do PSDB, Deputado Francisco Küster.

Meu caro Presidente, Deputado Francisco Küster, por favor, nos diga e confirme o que este Deputado está colocando aqui com relação ao que aconteceu no sábado, naquele grande encontro do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Senhor Deputado Jorginho Mello, V.Exa., ao discorrer sobre a matéria veiculada na coluna do jornalista Paulo Alceu, pude perceber que realmente há equívocos. Primeiro, o Conselho foi constituído em caráter provisório, porque ele só se efetivará na convenção, a convenção é que elege oficialmente o Conselho. O Partido cresceu, nós precisávamos constituir um Conselho Político.

O Conselho tem tarefas definidas no nosso estatuto. O Conselho não foi constituído para desenvolver as tratativas com vistas a eventuais coligações, em absoluto! Misturaram, e misturaram mal, equivocaram-se.

Segundo, a Comissão que foi constituída está trabalhando, é uma Comissão de alto nível e V.Exa. já disse quais foram os critérios que levaram a Direção do Partido a constituir e compor a Comissão. É um critério altamente democrático e muito bem representativo. Portanto, a Comissão está trabalhando, está cumprindo com a sua tarefa, não tem absolutamente nada de um organismo se sobrepor a outro.

O Conselho não vai atuar nas tarefas visando coligações, em absoluto, o Conselho não foi criado para este objetivo, para essa finalidade porque tem uma Comissão que é hoje dirigida por V.Exa., a quem compete desenvolver as tratativas. Esta é a verdade, o resto é ilusão de ótica. Esta é a verdade verdadeira.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Muito obrigado, senhor Presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adelor Vieira) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPB.

Com a palavra o senhor Deputado Gilson dos Santos, por até dezoito minutos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente e nobres senhores Deputados, nesta manhã caracterizada pela ausência de Deputados neste Plenário, eu não poderia deixar de fazer algumas considerações, não só pelo que ocorreu no dia de ontem nesta Casa, como também por outros assuntos relacionados à administração do PMDB.

Tinha o PMDB, ontem, Deputados Adelor Vieira, Odacir Zonta, Jorginho Mello, Francisco Küster e Romildo Titon - eu me refiro a eles porque são os únicos presentes - todas as condições de propiciar um instrumento normal, aplicado neste Plenário, que era o esvaziamento da votação, até porque a retirada deles, a não-manifestação de votos ensejaria a falta de quórum que estava devidamente atestada pela presença em Plenário.

É evidente que essa é uma posição do PMDB, eu respeito, mas fiquei curioso, muito curioso, até porque nos encaminhamentos de votação o aguerrido Deputado Sergio Silva - não tanto agora, mas recentemente era muito aguerrido nesta Casa - fez um encaminhamento da seguinte maneira: votou "sim" ao decreto, para o bem da Educação do Norte do Estado de Santa Catarina.

Antes, o Deputado Luiz Herbst votou também "sim", sem nenhuma outra declaração. Ora, Joinville e a região Norte do Estado são, sem dúvida alguma, as regiões mais importantes sob todos os pontos de vista, em termos de Santa Catarina. E o Deputado Sergio Silva é um dos discípulos de um dos maiores líderes políticos do PMDB, que é o Prefeito de Joinville Luiz Henrique da Silveira.

Realmente, Deputado Francisco Küster, qualquer um ficaria surpreso, mas não tão surpreso quanto o encaminhamento do Deputado Sergio Silva.

Será, Deputado Francisco Küster, que aquela posição de ontem já é alguma coisa que leva a entender (pelo menos àqueles que não comungam com o pensamento do PMDB) alguma briga interna dentro do Partido? Será que aquela manifestação do eminente Deputado Sergio Silva, até ontem Líder do PMDB, quer demonstrar o inconformismo de uma grande facção do Partido?

Realmente são perguntas que só o Deputado Sergio Silva pode alegar: não é um ano eleitoral e eu não posso ficar mal com os professores e com os alunos. O que não seria

na minha concepção uma decisão acertada porque nós temos que ter posições, seja para agradar ou para desagradar.

Mas realmente, Deputado Francisco Küster, eu fiquei ontem estupefato, pois com vinte anos de mandato eu não tinha visto ainda uma votação tão surpreendente quanto foi aquela de ontem.

O Sr. Deputado Francisco Küster - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Francisco Küster - Deputado Gilson dos Santos, realmente o que ocorreu ontem merece uma análise, uma avaliação aqui do Plenário.

Disse bem V.Exa.: tinha naquela oportunidade o PMDB condições de viabilizar o processo de votação pela insuficiência de quórum, mas não o fez. O PMDB permitiu o quórum para votar. Ato contínuo a posição com voto silencioso do Deputado Luiz Herbst e o voto declarado do Deputado Sergio Silva.

Eu vou aditar a juízo da minha imaginação: eu acho que isto também é muito fruto de uma reação que não há mais como conter dentro da Bancada do Governo, principalmente dentro da Bancada do PMDB, que é a única que dá sustentação ao Governo nesta Casa, com a teimosia do Secretário da Educação. Porque, cá para nós, Deputado, eu já vi figuras assim teimosas e figuras com procedimentos que, quando do exercício do mandato parlamentar, tinham toda uma retórica recheada de exemplos, de procedimentos, de falácias voltadas para a participação popular, para a democratização, para a transparência, uma série de medidas e atos - isto enquanto estilingue - uma vez na vitrine, a postura é totalmente contraditória ao seu próprio discurso.

Há dias eu manuseava nos Anais da Casa parte de um discurso do hoje Secretário da Educação. Esta é a prova cabal da contradição do que diz e do que faz o atual Secretário. Também aditando a falação de V.Exa., porque eu acho que merece, sim, uma avaliação do que ocorreu na tarde de ontem; que é visível o descontentamento e uma série de conflitos a nível de Governo e da Bancada do PMDB, não há sombra de dúvida. Agora, eu acho que é muito fruto da teimosia deste Secretário, porque o que ele fez, mesmo sabendo que o Conselho Estadual de Educação não tem a prerrogativa de fazer o que fez, é um deboche, é um acinte, uma agressão à Assembléia Legislativa. Aliás, a Assembléia Legislativa reagiu à altura, não poderia reagir de outra forma. Fez o que deveria fazer.

Portanto, senhor Deputado, fazendo coro à avaliação que faz V.Exa. do episódio de ontem à noite, muito importante para a política catarinense, e mais ainda para a Assembléia Legislativa, eu ofereço esta contribuição.

Eu acho que também há um descontentamento dentro do PMDB em função da teimosia desta figura.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Muito obrigado, Deputado Francisco Küster. Eu incorporo as manifestações de V.Exa. à minha consideração que não tem absolutamente nada de novidade, mas eu fui realmente surpreendido pelas ações de ontem.

Mas um outro assunto que também já foi muito debatido nesta Casa e que está prestes, Deputado Leodegar Tiscoski, a ser mais uma vez repetido, é o da assistência médica do Ipsc aos servidores públicos do Estado de Santa Catarina.

Hoje o Governo também não está re-passando ao Ipsc e, por consequência, esse não passara os profissionais da saúde de

Santa Catarina os recursos que deveriam cobrir as consultas médicas.

Ontem vi uma entrevista de um médico. Parece-me que é Presidente da Associação Catarinense de Medicina. Ele dizia que existe até a idéia no sentido de cobrar do servidor público a consulta médica.

Isto, Deputado Leodegar Tiscoski, realmente é algo inconcebível. Em primeiro lugar, acho que só pode ser feito isso se existir o descrédito, por parte do Conselho Regional de Medicina, do Ipsc. Se o credenciamento continuar normal, não haverá como cobrar, nem pode cobrar, e se cobrar estará completamente fora da lei.

E aí me antecipando aos fatos que estão nos jornais, é importante que o Governo do Estado reinicie as conversações com o Conselho Regional de Medicina, objetivando fazer com que o servidor público catarinense - aquele que contribui com o Ipsc - tenha a condição de fazer as suas consultas médicas e os seus exames médicos.

Não podemos, a exemplo do que foi feito no ano passado, voltar a pressionar o Governo, no sentido de não apreciar nenhuma matéria enquanto este assunto não for definido.

O apelo que faço ao Líder do Governo, Deputado Romildo Titon, é que não deixe as coisas avançarem e se tornarem irreversíveis num curto espaço de tempo.

Parece-me que já existe até data para que os médicos passem a não mais atender o servidor público de Santa Catarina. Se isso realmente ocorrer é lamentável a omissão, mais uma vez.

O Sr. Deputado Leodegar Tiscoski - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Leodegar Tiscoski - Caro Colega, na mesma entrevista de ontem estava presente o Presidente do Ipsc. Ele mencionou que realmente há um crédito no Ipsc junto aos Poderes e às Prefeituras, destacando as Prefeituras de Florianópolis e de Laguna, casualmente administradas pelo PPB.

Mas esqueceu de salientar que o grande devedor para o Ipsc é o Executivo, é o Governo do Estado que deve mais de R\$500.000.000,00. A solução realmente do Ipsc passa por algum projeto e sabemos que pela atual situação financeira do Estado o Governo do Estado não está cumprindo nenhum compromisso com Municípios, fundações educacionais. Certamente não será o Ipsc que será prioridade para este Governo, principalmente porque atendendo o Ipsc irá atender o servidor público. Sabemos perfeitamente que este Governo não está dando muita atenção ao servidor público.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Esta não é uma prioridade do Governo.

O Sr. Deputado Leodegar Tiscoski - Realmente precisamos mandar um projeto e isso nós já estamos discutindo inclusive a nível de proposta para o novo Governo.

Precisamos, sim, montar um grande projeto para o Ipsc, que no passado já atendeu os servidores públicos, inclusive até com empréstimos, e hoje é uma instituição falida onde os médicos já estão pensando em cobrar, aliás, já estão cobrando. Já houve situação dos médicos cobrarem e depois o servidor ter que ir junto ao Ipsc buscar esse pagamento. Certamente esta é uma das preocupações para o futuro Governo, ou seja,

montar realmente um projeto para o Ipsc resgatar essa instituição que nos tempos idos era sólida. Por isso a preocupação de V.Exa.

Naturalmente precisamos de forma emergencial, mais uma vez, socorrer o Ipsc como já aconteceu aqui no passado.

A Assembléia Legislativa já procurou dar a sua contribuição para as soluções. Esperamos que o Governo tenha um pouco de sensibilidade, pague alguma coisa para o Ipsc e não permita que o Ipsc desapareça definitivamente.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Eu agradeço a V.Exa. e incorporo as suas palavras ao meu pronunciamento que não é nada mais do que uma constatação que houve ontem nos meios de comunicação e que se não for tomada uma providência, sem dúvida alguma, o servidor, além de não ter tido nenhum tipo de reajuste salarial nos últimos três anos, também será privado de algo que é fundamental na sua vida que é a sua saúde.

A saúde é algo que não pode em hipótese alguma deixar de merecer do Governo o mínimo para que as pessoas tenham a condição de continuar vivendo.

Eu realmente acho que a saúde tem que ser algo muito prioritário. O problema da consulta e exames médicos, dos laboratórios e etc. é algo que é emergencial, não é alguma coisa que você pode deixar para depois de amanhã ou para o ano que vem. Não! Isso é uma coisa que tem que ocorrer desde o primeiro momento.

Finalmente, quero tocar em um outro assunto, que acho que o senhor Secretário da Fazenda deverá (pelo menos é a nossa intenção) ser convocado para vir à Assembléia Legislativa no sentido de dar detalhes e explicações a respeito do recurso da Invesc, cujos juros já estão vencidos desde o ano passado.

Houve uma recontração que venceu agora em março e me parece que a situação necessita de explicações por parte da Secretaria da Fazenda, uma vez que são importâncias consideradas e nós todos sabemos que houve, quando da fundação da Invesc e quando do lançamento e das ações da Celesc que foram dadas em garantia, aplicações que realmente não condiziam com o princípio da Invesc que eram os recursos exatamente para as áreas prioritárias.

Agora, nós estamos vendo mais de vinte milhões de reais de juros que estão sendo renegociados e nós precisávamos ter com clareza como está essa conversação.

Acho que o Secretário Nelson Wedekin é um homem que todos nós conhecemos que evidentemente não foi aquele que fez essas operações, mas que hoje tem a responsabilidade de fazer essas negociações.

Na próxima semana este assunto já estará mais esclarecido e nós vamos procurar, junto com todos os senhores Deputados, buscar a vinda aqui nesta Casa do Secretário Nelson Wedekin com o objetivo único e exclusivo de esclarecer. E a propósito, senhor Deputado Leodegar Tiscoski, veja quantos assuntos têm, eu só estou falando "en passant".

Deputada Ideli Salvatti, com relação à renegociação da dívida do Estado, de que estavam colocando que os Senadores Vilson Kleinubing e Esperidião Amin estavam inviabilizando, isso, em absoluto, nunca existiu. O que existiu por parte dos Senadores é que os recursos das Letras não sejam imbutidos na renegociação da dívida de Santa Catarina.

Isso foi deixado muito claro, inclusive em entrevista com o Secretário Nelson Wedekin. E eu não vou aqui entrar na polêmica porque realmente dizem muita coisa e, lamentavelmente, como todos os fatos são

muito obscuros, tudo deixa de ser comprovado.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Pois não, Deputada!

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Deputado Gilson dos Santos, eu só gostaria de registrar a presença de alunos e professores do Colégio Estadual Dayse Werner Salles, que vieram para a votação do decreto legislativo que nós votamos ontem.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Mas nós já votamos ontem!

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Mas de qualquer forma, nós agradecemos a visita, e já passamos as informações.

Também gostaria de dizer, Deputado Gilson dos Santos, que tomei conhecimento pela imprensa da convocação do Secretário da Fazenda por conta da questão do pagamento dos juros das debêntures na forma de ações, e queria, inclusive, solicitar a V.Exa. a anuência para assinar em conjunto o requerimento.

Uma notícia que também chamou a minha atenção foi a de incluir na rolagem da dívida o débito para com o Ipsc, algo que eu considero extremamente importante, até porque a situação do Ipsc é calamitosa. Inclusive, hoje, às 15h30min, nós temos uma audiência com o Presidente do Tribunal de Contas para tentar agilizar aquela auditoria, já aprovada aqui na Assembléia, das finanças do nosso Instituto de Previdência.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Deputada Ideli Salvatti, V.Exa. será convidada a apor sua assinatura.

Eu queria fazer o registro da presença dos alunos do Colégio Dayse e desejar a eles uma boa estada.

Apenas para reiterar o que já disse a Deputada Ideli Salvatti, ontem mesmo nós tivemos a oportunidade de aprovar o decreto legislativo que anula dispositivos da resolução do Conselho Estadual de Educação e o decreto do Governador sobre a grade horária fixada.

Eu reitero aqui a intenção de saber do Governo do Estado a situação exata das finanças de Santa Catarina no que se refere à Invesc e no que se refere a outras operações que efetivamente não estão sendo esclarecidas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adelar Vieira) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Deputado Hans Fritsche.

O SR. DEPUTADO HANS FRITSCHKE - Senhor Presidente, senhores Deputados, gostaria de comunicar que está presente hoje nesse Movimento dos Agricultores Sem Terra uma delegação de Pouso Redondo.

Estão presentes também o Presidente do Sindicato Rural, senhor Luiz Borgesão, Paulo Olávio Peixe, Arlindo Schaefer e Sávio Marioto. Esses agricultores estão dando força para os seus colegas, para os trabalhadores de Santa Catarina e do Brasil, a fim de que consigam o seguro agrícola, que acho muito justo, e o crédito de emergência.

Nós, como representamos o Alto Vale do Itajaí, uma região agrícola, pudemos constatar que os agricultores estão realmente numa fase muito difícil, principalmente os que não podem fazer irrigação. A maioria desses agricultores se desloca para as cidades para ganhar talvez um salário mínimo, às vezes ficando até sem serviço, porque na agricultura realmente está muito difícil.

Portanto, aproveitando a oportunidade da presença dos agricultores em Florianópolis, gostaria de dizer que se todas as forças vivas deste Estado, se todos nós nos deslocarmos até Brasília para falar com o Ministro da Agricultura, com o Presidente da República, talvez esses créditos sejam liberados.

Sabemos que o Pronaf está vindo na sua segunda fase, mas no ano passado, quando foi liberado, era muito difícil um pequeno agricultor receber esses recursos, principalmente por causa dos avais. Para conseguir um pequeno empréstimo, esse agricultor tinha que apresentar dois ou três avalistas, o que é difícil, e quando consegue, às vezes, o gerente não libera os tais recursos.

Nós temos que compreender, de uma vez por todas, que um País como o Brasil não pode ficar produzindo em torno de oitenta milhões de toneladas de grãos; temos que, pelo menos, triplicar essa quantidade, e para que se possa triplicar, eu acho que tem que haver cooperação das Prefeituras Municipais.

Em Pouso Redondo, meu Município, na época em que estava à frente da Prefeitura consegui uma patrulha agrícola para ajudar esses produtores rurais. Conseguimos implementar sete unidades, e hoje já estamos com onze. Sabemos que o Governo do Estado, recentemente, financiou muitos tratores agrícolas, e quando estivemos em Brasília, vimos que o Ministério da Agricultura também vê com bons olhos a liberação de patrulhas agrícolas.

Temos que também dar técnicos a esses agricultores, porque eles precisam se modernizar. É preciso ainda que o Governo Federal incentive os preços, podendo até ser subsidiado, para que o consumidor, na cidade, possa comprar os alimentos por um preço mais baixo.

Temos, pois, que olhar para o preço, porque tendo preço, acredito que muitos agricultores que abandonaram as suas terras voltarão, e voltarão a produzir.

A maneira mais rápida e eficaz de elevarmos o Produto Interno Bruto do Brasil é com a agricultura. Não é subsidiando, às vezes, grandes empresas que vêm do estrangeiro para o Brasil, não é dando dinheiro para elas, com juros baratos, que se consegue resolver o problema do desemprego e o problema que atravessa a Nação. Temos que começar pela agricultura, incentivando os agricultores, dando preço aos seus produtos. Assim, quando formos ao interior do Estado visitar os agricultores, iremos receber deles não só uma xícara de cafezinho mas principalmente um abraço, porque o agricultor se sente valorizado e contente por estar produzindo.

Hoje, infelizmente, é comum passarmos no interior e vemos que de cada três casas uma está vazia, porque o agricultor já não está mais no campo. Nós temos que reverter essa posição, e conseguindo isso, vamos levar mais dinheiro para as pequenas cidades, seja com o aumento da quantidade de impostos ou de um maior movimento no comércio.

Em Pouso Redondo e em todo o Alto Vale do Itajaí, há dez ou quinze anos, os vendedores iam visitar as propriedades agrícolas para vender implementos agrícolas e até outros produtos para a casa - móveis em geral. Hoje, o que se vê são os lojistas dizendo que não vendem, e os poucos que vendem estão inadimplentes.

Nós não queremos ver o caos, queremos ver novamente os agricultores, os pequenos agricultores e os pequenos empresários ficarem contentes, para que possam produzir e dar emprego. E temos certeza que, com o esforço de toda a sociedade, de todas as autoridades, poderemos ajudar em alguma coisa nessa hora difícil que atravessa a agricultura. E tão logo ganham um novo incentivo, novamente vai haver um grande fluxo de retorno para essas propriedades rurais.

O Sr. Deputado Olices Santini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HANS FRITSCHÉ - Pois não!

O Sr. Deputado Olices Santini - Deputado Hans Fritsche, cumprimento V.Exa., que é um Deputado ligado à agricultura e que vem de uma região de agricultores. Gostaria de me solidarizar com o seu pronunciamento, pois as suas colocações refletem muito bem o que nós estamos vivendo na agricultura catarinense.

Eu, particularmente, também milito um pouco nesta área e a minha preocupação é a mesma que a de V.Exa. Apenas queria acrescentar ao seu pronunciamento que precisamos de uma mobilização política tanto da Assembléia Legislativa como dos Deputados Federais de Santa Catarina, para realmente encontrarmos alguns caminhos para a agricultura.

Na semana passada, estive na região do Meio-Oeste catarinense (inclusive, citei isso como exemplo na minha Bancada) e constatei que no município de Bom Jesus do Oeste, onde havia 720 propriedades agrícolas, hoje existem 400 com moradores e 300 abandonadas.

Então, realmente, precisamos, através da Comissão de Agricultura, da Assembléia, começar a nos mobilizar, a trazer para Santa Catarina as autoridades federais, para encontrarmos uma saída.

Hoje já não é mais uma questão de Partido, ou uma questão de Governo, é uma questão de sobrevivência para a economia catarinense. Por isso, gostaria de cumprimentá-lo e dizer que nesse projeto eu serei parceiro de V.Exa. e de tantos outros Deputados que, tenho certeza, a ele vão se incorporar.

Embora estejamos agora num período difícil para o Legislativo, um período eleitoral, vamos ter que dividir o nosso tempo com as atividades políticas e principalmente com essa questão. Vamos ter que levantar, discutir e encontrar alguns caminhos.

Sei que V.Exa. é um Deputado ligado à agricultura e conforta-me muito ouvir o seu pronunciamento. Tenho certeza de que seremos parceiros nesse projeto, porque penso da mesma forma, principalmente na questão da pequena propriedade.

Lembrava hoje com alguns Prefeitos que até 79 e 80 quem fazia a política agrícola no Estado era o Governo Federal. Agora o Governo Federal simplesmente se absteve do problema. Nós tínhamos o CFP, a Cibrasen, tínhamos a Secretaria Nacional de Abastecimento e Preço; hoje nós não temos política de seguro agrícola, política de preço nem política de crédito, e o Estado, independente de Partido, sozinho não vai conseguir.

Então, precisamos dessa mobilização política, envolvendo, inclusive, entidades do Governo Federal, para encontrarmos um caminho, que não vai ser fácil nem a curto prazo. Mas vamos ter que começar esse trabalho.

Também estou, assim como V.Exa., muito preocupado com este assunto. Nós precisamos nos agregar aqui, os Deputados de todos os Partidos, para encontrar uma saída para a questão da agricultura.

O SR. DEPUTADO HANS FRITSCHÉ - Agradeço o seu aparte, Deputado Olices Santini, e sei do seu valoroso trabalho na agricultura.

O Sr. Deputado Odacir Zonta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HANS FRITSCHÉ - Pois não!

O Sr. Deputado Odacir Zonta - Quero também cumprimentá-lo pela posição que sempre tem assumido em favor da nossa agricultura, dos pequenos agricultores e das suas organizações. Efetivamente nós vivemos, como disse o Deputado Olices Santini, um momento dramático para a pequena propriedade rural, um momento que temos que nos voltar a uma ação concreta, uma ação ágil.

Eu diria que, além dos aspectos da educação e da saúde dentro do campo, a economia e o emprego são o maior desafio que temos, porque não adianta se pensar em buscar um reemprego e esquecer a agricultura. Cada emprego que se arrumar na cidade vai desempregar 10 ou 12 no meio rural. Se abriremos a perspectiva de renda na pequena propriedade agrícola, nós vamos reempregar muita gente que hoje não sabe que rumo tomar. Se aqueles que estão numa propriedade não sobrevivem, cada vez mais nós vamos ter um galopante desemprego.

Por isso, a iniciativa, o projeto de recuperação, de reestruturação e de revitalização das pequenas propriedades tem que ser o grande desafio. V.Exa. pode contar conosco. A Frente Parlamentar do Cooperativismo e a Comissão de Agricultura têm um papel fundamental nisso.

A organização dos agricultores, quer de sindicatos, quer de federações ou de cooperativas, tem uma presença importante, porque isoladamente o agricultor não vai a lugar nenhum. Inclusive, a Frente Parlamentar do Cooperativismo vai ter um encontro aqui, no dia 30, às 18h, para discutir o projeto de reconversão da propriedade agrícola, com a participação da FAO, e também o selo de qualidade, que é um outro passo importante nos produtos da pequena propriedade agrícola, além desses projetos concretos que V.Exa. também citou aqui para o futuro e para o presente da nossa agricultura.

Meus cumprimentos e conte com o nosso apoio.

O SR. DEPUTADO HANS FRITSCHÉ - Eu agradeço o seu aparte, Deputado Odacir Zonta.

Acho que a agricultura está bem representada nesta Assembléia Legislativa, todos os Deputados estão preocupados realmente com a agricultura. Mas nós temos que, nas nossas bases, nos reunir com os sindicatos, com os próprios proprietários rurais, com os suinocultores, avicultores, enfim, com toda essa gama de agricultores, porque eles estão preocupados e nos questionam. Perguntam, inclusive, se o melhor hoje não é vender a propriedade, ainda que por um preço baixo, e dar para quem coloca esse dinheiro na especulação, que são os únicos que estão ganhando dinheiro na região.

Num Município da minha região, praticamente 30% do capital está nas mãos das pessoas que trabalham na especulação. E hoje não é só o grande empresário, mas o médio e pequeno agricultor, os funcionários públicos

que estão indo a essas casas para se deixarem lograr. Eu já disse muitas vezes que esse tipo de negócio é muito mais prejudicial do que talvez muitas coisas que acontecem na clandestinidade, porque nessas casas quem está especulando fica num ambiente com ar condicionado aguardando as pessoas para poder explorar.

Eu acho que não é isso que o Presidente da República quer, não é isso que os Governadores nem os Prefeitos querem. Nós queremos conseguir algum ganho, e eu tenho certeza de que todo o povo brasileiro, e principalmente o catarinense, quer evoluir com trabalho, com produção, mas para que isso aconteça é preciso também que seu trabalho seja valorizado.

Nós temos que levantar essa voz, e agradeço os apartes dos nobres Companheiros, que estão também preocupados. Acredito que toda a Assembléia tem essa preocupação, porque Santa Catarina é um Estado eminentemente agrícola, é um Estado que quer produzir e que sempre produziu bons produtos.

Mas nós temos que ter retorno, e só vamos ter retorno se realmente olharmos com mais carinho para a agricultura e para esses problemas que estão sendo focalizados agora.

Quero aproveitar a oportunidade e dizer que vi com bons olhos os três Senadores de Santa Catarina trabalhar em favor do nosso Estado para a rolagem da dívida. Eu acho que nós também temos que olhar para isso, pois faz parte do contexto para que Santa Catarina possa desenvolver.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PFL.

Com a palavra o Deputado Adelor Vieira, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Senhor Presidente e senhores Deputados, eu trago para a reflexão nesta Casa um assunto que todos os anos, a partir desta época, se intensifica e vira notícia não só no Estado mas na mídia nacional e até no exterior.

Eu volto a falar sobre a tradição da Farra do Boi em Santa Catarina, e quero aqui chamar a atenção das autoridades para que não venham depois dizer que esta Casa tem sido omissa a esse problema.

O Supremo Tribunal já julgou e hoje é proibida em todo o território nacional a Farra do Boi. Nós tínhamos um projeto nesta Casa regulamentando essa matéria, porém o projeto ainda permanece nas Comissões, não chegou a este Plenário. Quem sabe se nós tivéssemos regulamentado a matéria, não teria sido tomada pelo Supremo Tribunal de Justiça medida tão drástica.

O jornal O Estado, do último final de semana, traz o seguinte: "Tradição do boi e farra dá polêmica". Então, seria bom que os amantes da Farra do Boi atentassem para essa questão. Quem sabe, Deputado Reno Caramori, nós tenhamos que rever aquele nosso projeto e alterar o que precisa para adaptar à legislação vigente, permitindo que aconteça a brincadeira, a tradição açoriana, mas não com as crueldades que se pratica todos os anos e que envergonha o Estado de Santa Catarina. A mídia faz questão de enaltecer que nós somos um povo selvagem, que nós somos um povo sem cultura, quando não é verdade, pois a maioria dos catarinenses não aprova esse tipo de coisa, e a minoria que pratica talvez não esteja educada para tanto.

Então, seria bom que pudesse ser distinguido o que é cultura e o que é vandalismo, o que é tradição e o que é barbárie, que está acontecendo a cada ano. Quem sabe nós pudéssemos agora pensar nesses momentos que antecedem à semana da Paixão de Cristo, a Quaresma, para que Ele, que já sacrificou a sua própria vida, que já sofreu por nós e pela redenção não só da humanidade, mas de toda a criação... Porque diz a Bíblia que toda a criação está angustiada, e Ele já pagou esse preço, que agora os animais indefesos não tenham que pagar novamente um preço de tamanha crueldade.

Quero parabenizar o jornal O Estado por ter trazido e dedicado uma página a esse assunto, na edição do dia 07 e 08 do corrente, inclusive fazendo referência também ao que acontece em balneário Barra do Sul, onde a Farra do Boi é realizada dentro de um mangueirão fechado, com os animais sendo respeitados. Ali a farra é feita através de rodízios, o animal brinca determinado tempo apenas e não é sacrificado, como acontece na maioria dos Municípios de Santa Catarina em que a Farra do Boi é praticada.

Eu gostaria de ver a Secretária da Segurança Pública, gostaria de ver o Comandante da Polícia Militar em Santa Catarina proibir esses abusos que acontecem principalmente no litoral e que pudesse fazer valer a determinação da proibição da Farra do Boi em território nacional.

Mas eu certamente voltarei a falar sobre isso numa outra oportunidade, para que possamos refletir mais sobre este assunto, que julgo da maior importância.

Uma outra matéria que eu gostaria de registrar nesta sessão é sobre o Consórcio Quiriri, que está nascendo pela iniciativa de um conjunto de três Municípios no Norte e Nordeste de Santa Catarina, já preconizado dentro dos ditames da nossa futura Região Metropolitana, prestes a ser instalada, se Deus quiser, com a aprovação desta Casa.

O Consórcio Quiriri, no seu informativo número um, traz no bojo do seu editorial um assunto sobre o qual é bom refletirmos.

(Passa a ler)

"Alguns tempo atrás, alguém questionou-se a respeito do meio ambiente... não seria um ambiente inteiro? O todo? Por segundos, puxou todas as referências que possuía a respeito de conceitos e percebeu que o problema não estava no conceito e, sim, nos valores.

Valores... que não possuem cifras, que não podem ser calculados, que não possuem dimensões exatas. Estes valores dizem respeito ao que é infinitamente grande e ainda desconhecido, ao que é belo e insubstituível, ao que é único e autêntico... O Ser Vivo!

Olhando para esse pequeno detalhe do nosso cotidiano e que envolve toda a humanidade, o homem resolveu interagir buscando um equilíbrio nestes valores.

O Consórcio Inter municipal da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Negro Catarinense, que reúne os Municípios de Campo Alegre, Rio Negrinho e São Bento do Sul, é denominado Consórcio Quiriri e busca uma atitude mais crítica diante do quadro que nos é apresentado, que é decorrente de nossos próprios atos.

Água... ar puro... solo... cobertura vegetal, reino animal... para o homem, pode parecer um pequeno detalhe, mas para a vida... o homem só compreenderá o valor quando tudo isso estiver fora do seu ambiente e o seu meio estiver vazio!"

O que é o Consórcio Quiriri? Para que ele está sendo implantado? Em primeiro lugar, ele se destina a buscar a melhoria da

qualidade de vida do homem, preservar a natureza e buscar um desenvolvimento sustentável da sociedade.

Este consórcio, como já disse, está nascendo do esforço das lideranças políticas e representativas da sociedade do Norte e Nordeste de Santa Catarina, mais precisamente de Campo Alegre, Rio Negrinho e São Bento do Sul. Tem como propostas o melhoramento físico ambiental das escolas, a criação de áreas de preservação ambiental, a implantação de alternativas em sistemas produtivos, a proposição de técnica de conservação do solo, o fomento ao ecoturismo, o incentivo à preservação e recuperação dos rios e córregos, educação ambiental, destinação adequada do lixo, viabilização do abastecimento de água no futuro e saneamento básico.

São propostas que merecem ter o nosso aplauso e o nosso apoio. É por isso que venho a esta tribuna fazer o registro de apoio, de aplauso e de cumprimento àquelas lideranças políticas, empresariais e comunitárias, que estão se empenhando no sentido de buscar a melhoria da qualidade de vida para a nossa gente.

Reservas como essa Bacia do Rio Negro, do Rio Cubatão e do Rio Quiriri não acontecem de qualquer forma. Foi Ele, o Criador do Universo, pela sua bondade, pela sua misericórdia, que ali fez se instalar aquela bacia, a qual o homem precisa preservar para o seu bem-estar, para o bem-estar dos seus filhos, dos seus netos e da geração futura.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica a justificativa de ausência dos senhores Deputados Eni Voltolini, Gilmar Knaesel, Ivo Konell e Volnei Morastoni.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Catanduvas, cumprimentando-os pelo aniversário de emancipação política.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito de Dionísio Cerqueira, cumprimentando aquela sociedade pelo aniversário de emancipação daquele Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Wilson Wan-Dall, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro da Saúde, solicitando providências no sentido de impedir que o Secretário da Saúde deste Estado consume anúncio da redução de verba do SUS para o Município de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Wilson Wan-Dall, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado, dando conta que em virtude da devolução do cheque sem fundo passado à Fundação Hospitalar de Blumenau pelo Secretário de Estado da Saúde, este, em nítida atitude de retaliação, anunciou a redução de 17% dos recursos do SUS destinado ao Município de Blumenau, o que é inaceitável.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.
Em votação.
Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Requerimento de autoria do Deputado Eni Voltolini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado e ao Secretário da Saúde, solicitando medidas para implementar o Plano de Cargos e Salários do servidor da Saúde e o fornecimento do vale-transporte regularmente.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.
Em votação.
Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Requerimento de autoria do Deputado Neodi Saretta, a ser enviado à Mesa Diretora desta Casa, solicitando uma sessão especial para discutir e debater a problemática que enfrentam os atingidos pelas barragens de Itá, Machadinho, Campos Novos e Foz de Chapecó, no dia 24 de março, no horário das Breves Comunicações e dos Partidos Políticos.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.
Em votação.
Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Indicação de autoria do Deputado Reno Caramori, a ser enviada ao Governador do Estado, solicitando dotar a Associação Friburguense de Apicultores com equipamentos adequados para a instalação de um laboratório.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.
Fim da matéria da Ordem do Dia.
Passaremos à Explicação Pessoal.
Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os senhores Deputados.
(Pausa)
Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência fará a leitura da pauta da Ordem do Dia de segunda-feira:
Requerimentos nº s: 54, de autoria

do Deputado Adelor Vieira; 55, de autoria do Deputado Manoel Mota;
Votação, com discussão encerrada em turno único, das Mensagens nºs 3164/98, 3032/98;
Discussão e votação em turno único da Mensagem nº 3167/98;
Discussão e votação das Mensagens nºs 3020, 3021, 3027/98 e do Projeto de Lei nº 393/97.
Esta Presidência lembra aos senhores Deputados que segunda-feira votaremos diversas mensagens e projetos que exigem maioria absoluta; portanto, esperamos contar com um grande número de Deputados presentes ao Plenário.
Lembramos também que hoje é o último prazo para a indicação dos Deputados que comporão as Comissões Técnicas nas vagas destinadas aos Partidos Políticos, conforme acordo de Lideranças com a Mesa Diretora.
Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para segunda-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.
Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA DIRETORA

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 216/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,
RESOLVE:
DISPENSAR JOÃO DI AQUINO CONCEIÇÃO NETO, matrícula nº 1339, da função de Chefia e Assistência Técnica, código PL/CAT, a partir de 12/03/98 (Divisão de Informática).
Palácio Barriga-Verde, em 18/03/98.
Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário
*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 217/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,
RESOLVE:
DESIGNAR EDSON TADEU BEZ, matrícula nº 1085, para exercer a função de Chefia e Assistência Técnica - PL/CAT, atribuindo-lhe o percentual de 40% (quarenta por cento) de gratificação a partir de 12/03/98 (Divisão de Informática).
Palácio Barriga-Verde, em 18/03/98.
Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário
*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 218/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,
RESOLVE:
DESIGNAR DENISE VEIDEIRA SILVA, matrícula 1818, ocupante do cargo de Taquígrafo II, código PL/ATS-11-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Diretor de Divisão, código PL/DASU-4, enquanto durar o impedimento do respectivo titular IVANA LÚCIA LENTZ GOMES, a partir de 09/03/98 (Divisão de Taquígrafia).
Palácio Barriga-Verde, em 18/03/98.
Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário
*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 219/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,
RESOLVE:
DESIGNAR JOSÉ CARLOS CARVALHO COOK, matrícula nº 0652, para exercer, em substituição, a função de Chefe da Seção de Informação e Controle de Processo, Código PL/CAI, do Grupo de Chefia e Assistência Intermediária, atribuindo-lhe o percentual de 40% (quarenta por cento) de gratificação, enquanto durar o impedimento do respectivo titular HUGO GREGHI, a partir de 02/03/98 (Divisão de Recursos Humanos).
Palácio Barriga-Verde, em 18/03/98.
Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário
*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 220/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,
RESOLVE:
EXONERAR, a pedido, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, LINETE BRAZ MARTINS, matrícula nº 2604, do cargo de Auxiliar de Unidade Parlamentar, código PL/DCA-1, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, e, simultaneamente, REVOGAR a Resolução nº 168, de 07/02/96, que concedeu-lhe Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 20% (vinte por cento), a partir de 09/03/98 (Deputado Volnei Morastoni).
Palácio Barriga-Verde, em 18/03/98.
Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário
*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 221/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,
RESOLVE:
NOMEAR LINETE BRAZ MARTINS, matrícula nº 2604, para exercer, em comissão, o cargo de Chefe de Apoio Parlamentar, código PL/DCA-2, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 09/03/98 (Presidência).
Palácio Barriga-Verde, em 18/03/98.
Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário
*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 222/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

NOMEAR, nos termos dos artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, CARLITO ALEXANDRE DA COSTA JÚNIOR, para exercer, em comissão, o cargo de Auxiliar de Unidade Parlamentar, código PL/DCA-1, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, e CONCEDER-LHE, de acordo com o artigo 5º, da Resolução DP nº 040/92 c/c a redação dada pelo Parágrafo Único da Resolução DP nº 023/97, de 06/05/97, a Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 20% (vinte por cento), a partir de 09/03/98 (Deputado Volnei Morastoni).
Palácio Barriga-Verde, em 18/03/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 223/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, ALTAMIRO SOARES PINTO, matrícula nº 2894, do cargo de Assistente Parlamentar, PL/DCA-2, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, e, simultaneamente, REVOGAR a Resolução nº 914, de 09/06/97, que concedeu-lhe Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 40% (quarenta por cento), a partir de 02/03/98 (Deputado Luiz Herbst).
Palácio Barriga-Verde, em 18/03/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 224/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

NOMEAR, nos termos dos artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, NILSON LUIZ MARCON, matrícula nº 3117, para exercer, em comissão, o cargo de Assistente Parlamentar, código PL/DCA-2, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, e CONCEDER-LHE, de acordo com o artigo 5º, da Resolução DP nº 040/92 c/c a redação dada pelo Parágrafo Único da Resolução DP nº 023/97, de 06/05/97, a Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 40% (quarenta por cento), a partir de 02/03/98 (Deputado Luiz Herbst).
Palácio Barriga-Verde, em 18/03/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 225/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, ROMEU PORTO DAROS, matrícula nº 2316, do cargo de Chefe de Gabinete Parlamentar, código PL/DCA-4, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 16/03/98 (Gabinete da Presidência).
Palácio Barriga-Verde, em 18/03/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 226/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, NEWTON FERNANDES BRUGGMANN, matrícula nº 3065, do cargo de Assessor Especial, código PL/DAT-1, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 16/03/98 (Gabinete da Presidência).
Palácio Barriga-Verde, em 18/03/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 227/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com os artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

NOMEAR ROMEU PORTO DAROS, matrícula nº 2316, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor Especial, código PL/DAT-1, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 16/03/98 (Gabinete da Presidência).
Palácio Barriga-Verde, em 18/03/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 228/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com os artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

NOMEAR NEWTON FERNANDES BRUGGMANN, matrícula nº 3065, para exercer, em comissão, o cargo de Chefe de Gabinete Parlamentar, código PL/DCA-4, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 16/03/98 (Gabinete da Presidência).
Palácio Barriga-Verde, em 18/03/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 229/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com o Art. 2º da Resolução DP nº 23/97, de 06/05/97,

CONCEDER ao funcionário EDGAR ANTÔNIO ROMAN, matrícula nº 2968, Gratificação de Atividade Especial, no percentual de 20% (vinte por cento), a partir de 02/03/98 (Coordenadoria das Comissões).
Palácio Barriga-Verde, em 18/03/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 230/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR a Resolução nº 1388, de 13/10/97, que concedeu gratificação de atividade Parlamentar, ao funcionário PAULO ELISEU SANTOS, Matrícula nº 1788, a partir de 02/03/98 (Deputado Jaime Mantelli).
Palácio Barriga-Verde, em 18/03/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 231/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR a Resolução nº 924, de 10/04/95, que incluiu nos benefícios da Resolução nº 1823/91, art. 1º, "in fine", a funcionária MARISE ORTIGA ROSA, matrícula nº 1390, a partir de 02/03/98 (Divisão de Imprensa).
Palácio Barriga-Verde, em 18/03/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 232/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PRORROGAR, até o dia 1º de fevereiro de 1999, os efeitos da Resolução nº 794, de 15/05/97, que colocou à disposição APAE - Meleiro/SC, MARA LÚCIA MANFREDINI, matrícula nº 1142, com ônus para este Poder, sem a vantagem pessoal prevista no artigo 14, da Resolução DP nº 040, de 29 de maio de 1992, a partir de 02/02/98.
Palácio Barriga-Verde, em 18/03/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 233/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR a Resolução nº 1389, de 16/11/94, que atribuiu gratificação de atividade administrativa e financeira ao funcionário JOÃO DI AQUINO CONCEIÇÃO NETO, matrícula nº 1339, a partir de 12/03/98 (Divisão de Informática).

Palácio Barriga-Verde, em 18/03/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 234/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com a Resolução nº 1357/94, de 14/11/94, deste Poder,

ATRIBUIR Gratificação de Atividade Administrativa e Financeira ao funcionário EDSON TADEU BEZ, matrícula nº 1085, a partir de 12/03/98 (Divisão de Informática).

Palácio Barriga-Verde, em 18/03/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 235/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e, tendo em vista o que consta do Processo nº 2671/97,

RESOLVE: de acordo com o Art. 85, VII, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, combinado com a Resolução nº 1673, de 20/11/89, deste Poder,

CONCEDER ao funcionário LUIZ LEONIDAS LOPES, matrícula nº 1413, ocupante do cargo de Programador, código PL/ATM-9-D, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, adicional de insalubridade, correspondente a 30% (trinta por cento), relativo à execução de atividade insalubre de grau médio, a partir de 11/03/98.

Palácio Barriga-Verde, em 18/03/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

RESOLUÇÃO Nº 236/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a PAULO ROBERTO SILVA, matrícula nº 0934, ocupante do cargo de Auxiliar Legislativo, código PL/ATA-6-D, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 50 (cinquenta) dias, a partir de 11/11/97.

RESOLUÇÃO Nº 237/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde), a PAULO JOSÉ SERAFIM, matrícula nº 1110, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-8-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 90 (noventa) dias, a partir de 05/01/98.

RESOLUÇÃO Nº 238/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde), a ALFREDO ERNESTO FUHRMANN, matrícula nº 0241, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 90 (noventa) dias, a partir de 23/01/98.

Palácio Barriga-Verde, em 18/03/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 239/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR a Resolução nº 1275, de 10/10/94, que incluiu nos benefícios da Resolução nº 1823/91, art. 1º, *in fine*, a servidora JOYCE DOS SANTOS ALVES, matrícula nº 1178, a partir de 02/03/98.

Palácio Barriga-Verde, em 18/03/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 240/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Incluir nos benefícios da Resolução nº 1823/91, artigo 1º, parte final, a servidora DIRCE LÚCIA PIANO, matrícula nº 1990, pelo desempenho de atividade em Plenário (Divisão de Expediente).

Art. 2º - Os valores pagos pelo desempenho em atividades de Plenário são considerados como pagamento contra-prestacional por convocações extraordinárias, horas-extras e prorrogação de jornada, não podendo ser acumulados como vantagem já percebidas ou agregadas sob o mesmo título.

Art. 3º - O pagamento de gratificação ora concedida, cessará com a lotação do servidor em setor não alcançado pela atividade de Plenário e pela negação do mesmo, na prestação de serviço sobre as condições previstas no artigo anterior.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02/03/98.

Palácio Barriga-Verde, em 18/03/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

REPRESENTAÇÕES**Gabinete da Presidência**

Ofício nº 320/98/GP

Florianópolis, 11 de março de 1998.

REPRESENTAÇÃO Nº 001/98

Exmo. Sr.

Deputado Ivan Cesar Ranzolin

DD. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis
Nesta Assembléia

Senhor Presidente,

Por deliberação da Mesa Diretora deste Poder, dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar representação formulada contra o Deputado Narciso Parizotto acompanhada de toda a documentação bem como do Parecer nº 001/98, do corregedor desta Casa para as devidas providências nos termos do artigo 272 do Regimento Interno conforme as demais disposições aplicáveis à espécie.

Atenciosamente,

Deputado Neodi Saretta

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 17/03/98

Gabinete do Corregedor**DENÚNCIA FORMULADA PELO PARTIDO DOS TRABALHADORES CONTRA O DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO**

PARECER Nº 001/98

Excelentíssimo Presidente da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

Excelentíssimos Membros da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

Inobstante a aridez do campo doutrinário, a matéria que trata da questão do "decoro parlamentar" encontra fertilidade no direito positivo pátrio. Ela vem sendo tratada desde a Constituição Federal de 1946, ganhando força na Carta Constitucional de 1967, quando por ocasião da Emenda nº 01/69 o artigo que tratava da matéria foi contemplado com seu parágrafo primeiro, tendo sido mantida praticamente a mesma redação na Constituição Federal de 1988, ora vigente. Além disso, a questão é tratada nas Constituições Estaduais, nos Regimentos Internos do Senado Federal, Câmara dos Deputados, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais.

Outrossim, à orientar o parecer desta Corregedoria tem-se não somente a hermenêutica jurídica mas também, inevitavelmente, a interpretação de cunho subjetivo, autorizada pela doutrina, vez que a *quaestio sub examen* trata de situações que envolvem a moral do Parlamento e seus integrantes.

Está também embutida neste documento a questão do convencimento de seu signatário frente aos indícios, evidências e provas documentais trazidas à colação. Por certo que este não é um trabalho que se exaure nesta instância, que é preliminar. Há outras etapas a cumprir e nas quais a persecução das provas é mais aprofundada e a ampla defesa garantida.

Feitas estas considerações, cabe uma remissão aos textos legais bem como aos comentários formulados por renomados juristas.

Constituição Federal

"Art. 55 - Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

...

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

...

§ 1º - É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas."

Constituição Estadual de Santa Catarina

"Art. 44 - Perderá o mandato o Deputado:

...

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

...

§ 1º - É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro da Assembléia Legislativa ou a percepção de vantagens indevidas."

Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

"Art. 272 - perde o mandato o Deputado:

...

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

...

§ 1º - Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Assembléia, em escrutínio secreto e por maioria absoluta de votos, mediante provocação da Mesa ou de Partido com representação na Assembléia, assegurada ampla defesa."

"Art. 276 - O Deputado que descumprir os deveres inerentes a seu mandato, ou praticar ato que afete a sua dignidade, estará sujeito ao processo e às medidas disciplinares previstas neste Regimento e no Código de Ética e Decoro Parlamentar, que poderá definir outras infrações e penalidades, entre as quais as seguintes:

...

III - perda do mandato.

...

§ 2º - É incompatível com o decoro parlamentar:

...

II - a percepção de vantagens indevidas;

III - a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos dele decorrentes."

Positivamente, é este o arcabouço que disciplina a

matéria.

Doutrinariamente, temos:

A hipótese da perda do mandato parlamentar por prática de procedimento que seja reputado incompatível com o decoro parlamentar foi introduzida no direito positivo pátrio por ocasião da promulgação da Constituição Federal de 1946, em decorrência de proposta apresentada pelo então deputado e ora festejado autor Aliomar Baleeiro. Dizia aquele texto constitucional:

Constituição Federal de 1946

"Art. 48 - Os deputados não poderão:

...

§ 2º - Perderá, igualmente, o mandato o deputado ou senador cujo procedimento seja reputado pelo voto de dois terços dos membros de sua câmara, incompatível com o decoro parlamentar."

Na lição do inesquecível Pontes de Miranda, ao comentar este artigo da Carta de 1946, temos:

"14) Dois terços da câmara a que pertence o congressista pode cassar (é bem este o termo) o mandato do deputado ou senador cujo procedimento seja, à juízo desses dois terços, incompatível com o decoro parlamentar. É o **impeachment**. Ato político, não sujeito a controle judicial, salvo se não houve os dois terços acordes na destituição do deputado ou senador."

Logo, verifica-se que atentatória ao decoro parlamentar é a conduta que se contrapõe aos padrões morais que norteiam e que sustentam a dignidade do Parlamento e do mandato parlamentar.

Assim, não é preciso que o ato configure ilícito penal, basta que macule o respeito exigido por um detentor de mandato popular para dar ensejo à perda do mandato.

Dando seqüência a este raciocínio, transcrevemos:

"Outro motivo mencionado pela Constituição do País para a perda do mandato de deputado ou senador é o procedimento reputado incompatível com o decoro parlamentar. É, então, um poder discricionário que tem a Câmara de expulsar os seus membros, quando sua conduta venha a ferir a própria honorabilidade da Assembléia. Conquanto o deputado ou o senador tenha todas as condições para continuar em seu cargo, a própria Câmara ajuíza que ele é indesejável ou intolerável, surgindo a cassação como uma medida disciplinar."

Pinto Ferreira, in Comentários à Constituição Brasileira, 3º Vol., pág. 28, Ed. Saraiva, 1992.

Já no que concerne à expressão "vantagens indevidas" § 1º do artigo 55 da Constituição Federal de 1988, encontramos no

temos que:

"Este parágrafo foi uma inovação introduzida pela Emenda nº 01/69. Não constava do direito anterior. Procedeu, segundo parece, da intenção de precisar o campo do decoro parlamentar, tornando inquestionável abrange o abuso de prerrogativas e a percepção de vantagens indevidas.

A expressão "vantagens indevidas" equivale à locução "vantagens indevidas ou imorais", empregadas pela Emenda nº 01/69 (art. 35, § 1º)." **Manoel Ferreira Filho, in Comentários à Constituição Brasileira de 1988, Vol. 2. Pág. 57, Ed. Saraiva, 1992.**

Podemos dizer ainda, que:

"O que parece certo é que o constituinte não quis encampar toda e qualquer forma de moralidade, mas aquela cuja lesão possa depor contra o decoro parlamentar, ou seja, contra a nobreza, a dignidade, cuja degradação possa influir no próprio conceito do Parlamento. Por isso, Nelson de Souza Sampaio refere-se ao decoro como uma moralidade exterior ou expressão externa de honradez e auto-respeito. Não se trata de coisas que se passam no foro íntimo de cada um, umas de comportamento, de atitudes que, pelo caráter incompatível com o bom proceder de um parlamentar, acabam por depor contra a própria reputação da instituição." (Grifamos) **Celso Ribeiro Bastos e Ives Gandra Martins, in Comentários à Constituição do Brasil, 4º Vol., Tomo I, pág. 215, Ed. Saraiva, 1995.**

Temos ainda na obra supra citada, na página 22, o comentário ao parágrafo primeiro do artigo 55 da C.F.:

"Outra ofensa ao decoro parlamentar, **ensejadora da perda do mandato**, é a percepção de vantagens indevidas, mesmo que tal procedimento não configure ilícito penal. O parlamentar deve ter conduta impecável, condizente com o prestígio da função que desempenha. O comportamento incompatível do congressista com os padrões éticos exigidos pela dignidade do Parlamento é causa bastante para a perda do mandato." (Grifos nossos)

Da análise destes ensinamentos doutrinários extrai-se que:

a.) É competência exclusiva da Assembléia Legislativa a declaração do procedimento incompatível com o decoro parlamentar de um de seus membros e a conseqüente decisão da perda do mandato deste;

b.) A maioria absoluta dos membros do parlamento é que decide se aquele(s) ato(s) praticado(s) pelo deputado é atentatório contra a moral, a honradez a dignidade do Parlamento.

Cabe aqui um breve retrospecto histórico dos atos e fatos que desencadearam a atuação desta Corregedoria.

1. Requerimento da bancada do Partido dos Trabalhadores à Mesa da ALESC para apurar os fatos trazidos pela imprensa catarinense com relação a liberação de verbas ao Serviço da Ação Social da Igreja do Evangelho Quadrangular e utilização indevida do mandato parlamentar que detém o Deputado Narcizo Parisotto; (fls. 001 à 005 e documentos anexos)

2. Requerimento de instalação de auditoria específica para o processo de prestação de contas da subvenção social no valor de R\$ 260.000,00, tendo como entidade beneficiada o SACIEQ, formulado pelo Deputado Pedro Uczai; (fls. 037 à 038 e documentos anexos)

3. Relatório do Tribunal de Contas do Estado apontando as irregularidades e caracterizando as responsabilidades; (fls. 069/080)

4. Relatório de Reinstrução do Tribunal de Contas do Estado apontando as irregularidades e caracterizando as responsabilidades; (fls. 155 à 179)

5. Repercussão do caso na imprensa catarinense (fls.018 à 026, 039 e 040);

Cumpra aqui, em instância de Corregedoria, analisar tão somente as questões concernentes ao decoro parlamentar exigido do Deputado Narcizo Parisotto. Faltou ele com o decoro parlamentar? Percebeu vantagens indevidas? Estas são as indagações que devem ser respondidas para fundamentar o parecer desta Corregedoria.

Para responder à estas perguntas tomamos como subsídio os documentos que instruem este processo, aqueles reproduzidos pela imprensa catarinense além dos depoimentos pessoais dos deputados Narcizo Parisotto e Carlito Merss, juntamente com os documentos trazidos à colação por este último. Vamos a eles:

Extraído do depoimento prestado pelo Deputado Narcizo Parisotto, à fls. 184:

"... o SACIEQ definiu a operação e realizou contrato da compra do referido terreno e benfeitoria, conforme o contrato com o Senhor PAULO RENATO CHABARRIA BORGES, tendo pago a primeira parcela no valor de R\$ 158.000,00 e R\$ 32.000,00 na segunda parcela, ficando concretizada a operação, conforme prestação de contas da entidade; Indagado sobre a denúncia de depósito no valor de R\$ 32.000,00 em sua conta particular confirma o depósito no valor e informa que a proveniência foi referente à venda de uma casa localizada em Balneário Camboriú (cujo título de propriedade não estava em seu nome, pois a possuía apenas por procuração em nome de seu genro, o qual somente poderia escriturar-la em nome de Narcizo Parisotto ou quem este indicasse), no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais); Que o depósito foi representado por um cheque emitido por PAULO RENATO CHABARRIA BORGES e/ou mecânica DRAGSTERS LTDA., de propriedade do mesmo Sr. PAULO RENATO CHABARRIA BORGES, concretizando assim a compra e venda deste referido imóvel; ..."

Extraído do depoimento do Deputado Carlito Merss, à

fls. 185:

"...informou que recebeu anonimamente através da caixa postal de seu gabinete neste Parlamento, cópia de extratos bancários da conta pessoal do Deputado, bem como da Igreja Evangélica Quadrangular e da mecânica Dragsters Ltda., e ainda, cópia de cheques da operação e que os encaminha informalmente a esta Corregedoria para averiguação de sua autenticidade..."

Estas declarações são corroboradas pelas cópias de extratos bancários e cheques autuados às fls. 186 à 192, onde temos:

a.) Igreja do Evangelho Quadrangular tem debitado de sua conta corrente junto ao BESC, Agência 008, Chapecó, nº 046.876-4 o valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), representado pelo cheque nº 865.950, em 23/04/97; (fls. 186 e 192)

b.) Mecânica Dragsters Ltda. ME, de propriedade de Paulo Renato Chabarría Borges, tem creditado em sua conta corrente junto ao BESC, Agência Saco dos Limões, Florianópolis, conta nº 001.176-9 o valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), em 23/04/97; (fls. 187)

c.) Mecânica Dragsters Ltda. ME tem debitado de sua conta corrente supra mencionada o valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), representado pelo cheque nº 822.913, nominal à Narcizo Luiz Parisotto, em 24/04/97; (fls. 187 e 191)

d.) O Deputado Narcizo Parisotto tem creditado em sua conta corrente junto ao BESC, Agência Central, Florianópolis, nº 124.341-4, o valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), em 24/04/97. (fls 190)

Esta Corregedoria tem consciência de que tais documentos são cópias reprográficas não autenticadas e que chegaram às mãos do parlamentar que as encaminhou informalmente à este órgão de forma anônima, devendo, por isso, ser analisadas com muita seriedade.

Contudo, são evidências substanciais que não podem ser desprezadas, vez que constituem forte indicio - senão prova material - de que houve percepção de vantagens indevidas, auferidas pelo Deputado Narcizo Parisotto em procedimento flagrantemente incompatível com o decoro parlamentar.

Ora, a coincidência dos valores e das datas indica uma operação triangulada para repassar ao Deputado Narcizo Parisotto valores obtidos pela Igreja Quadrangular através do convênio firmado pelo SACIEQ e o Governo do Estado de Santa Catarina, inobstante a irregularidade apontada pelo Órgão de Contas do Estado, e tendo como vértices a Igreja, a Mecânica Dragsters e seu proprietário Paulo Renato Chabarría Borges e o Deputado Narcizo Parisotto.

Seria uma ingenuidade imperdoável acreditar em tão flagrante "coincidência".

E, mesmo vindo a ser demonstrada a existência da operação de compra e venda de um imóvel em Balneário Camboriú, esta terá sido, sem dúvida, uma operação casada com dinheiro público, o que não é aceitável por parte de um deputado.

CONCLUSÃO

Ainda que inconclusivas as provas coligidas aos autos para assegurar a prática de ilícito penal cometido pelo Deputado Narcizo Parisotto, fortes indícios e evidências apontam na direção da prática de ato incompatível com o decoro parlamentar. E para tal basta à ensejar o procedimento recomendado, até para que não parem quaisquer dúvidas perante a sociedade e os demais membros desta Assembléia. A moral do parlamento foi atingida: a opinião pública manifestou sua indignação ante os fatos apresentados pela imprensa catarinense, merecendo, desta forma, uma satisfação por parte deste Poder. (*"Por isso, Nelson de Souza Sampaio refere-se ao decoro como uma moralidade exterior ou expressão externa de honradez e auto-respeito.* Obra citada, Celso Ribeiro Bastos e Ives Gandra Martins)

Desta feita, Senhor Presidente e demais Membros da Mesa, é do convencimento deste Corregedor que o Deputado Narcizo Parisotto adotou práticas incompatíveis com o decoro parlamentar, razão pela qual, à teor do que dispõe o artigo 44, inciso II, parágrafo 1º da Constituição Estadual, combinado com o artigo 272, inciso II, parágrafo 1º e 276, parágrafo 2º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, deve ser submetida à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis para as devidas providências providências legais, obedecendo-se o devido processamento, em respeito ao *'due process of law'*.

Contudo, é forçoso salientar que este convencimento decorre tão somente dos elementos colhidos até o presente momento e em virtude da regimentalmente limitada ação desta Corregedoria. Nada obsta a apreciação de novas circunstâncias por ocasião do procedimento próprio, onde ser-lhe-á garantido o direito à ampla defesa.

É o parecer que submeto à douda apreciação dos membros da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Florianópolis, 11 de março de 1998.

ODACIR ZONTA
Corregedor da ALESC

*** X X X ***

Gabinete da Presidência

Ofício nº 321/98/GP

Florianópolis, 11 de março de 1998.

REPRESENTAÇÃO Nº 002/98

Exmo. Sr.

Deputado Ivan Cesar Ranzolin

DD. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis

Nesta Assembléia

Senhor Presidente,

Por deliberação da Mesa Diretora deste Poder, dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar representação formulada contra o Deputado Jaime Mantelli, acompanhada de toda a documentação bem como do Parecer nº 002/98, do Corregedor desta Casa para as devidas providências legais, nos termos do artigo 272 do Regimento Interno conforme as demais disposições aplicáveis à espécie.

Atenciosamente,

Deputado Neodi Saretta

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 17/03/98

Gabinete do Corregedor

DENÚNCIA DE PRÁTICA DE IRREGULARIDADES NA UTILIZAÇÃO DE VERBAS DE SUBVENÇÃO SOCIAL E DIÁRIAS CONTRA O DEPUTADO JAIME MANTELLI

PARECER Nº 002/98

Excelentíssimo Presidente da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

Excelentíssimos Membros da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

Inobstante a aridez do campo doutrinário, a matéria que trata da questão do "decoro parlamentar" encontra fertilidade no direito positivo pátrio. Ela vem sendo tratada desde a Constituição Federal de 1946, ganhando força na Carta Constitucional de 1967, quando por ocasião da Emenda nº 01/69 o artigo que tratava da matéria foi contemplado com seu parágrafo primeiro, tendo sido mantida praticamente a mesma redação na Constituição Federal de 1988, ora vigente. Além disso, a questão é tratada nas Constituições Estaduais, nos Regimentos Internos do Senado Federal, Câmara dos Deputados, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais.

Outrossim, à orientar o parecer desta Corregedoria tem-se não somente a hermenêutica jurídica mas também, inevitavelmente, a interpretação de cunho subjetivo, autorizada pela doutrina, vez que a *quaestio sub examen* trata de situações que envolvem a moral do Parlamento e seus integrantes.

Está também embutida neste documento a questão do convencimento de seu signatário frente aos indícios, evidências e provas documentais trazidas à colação. Por certo que este não é um trabalho que se exaure nesta instância, que é preliminar. Há outras etapas à cumprir e nas quais a persecução das provas é mais aprofundada e a ampla defesa garantida.

Feitas estas considerações, cabe uma remissão aos textos legais bem como aos comentários formulados por renomados juristas.

Constituição Federal

"Art. 55 - Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

...

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

...

§ 1º - É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas."

Constituição Estadual de Santa Catarina

"Art. 44 - Perderá o mandato o Deputado:

...

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

...

§ 1º - É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro da Assembléia Legislativa ou a percepção de vantagens indevidas."

Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

"Art. 272 - perde o mandato o Deputado:

...

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

...

§ 1º - Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Assembléia, em escrutínio secreto e por maioria absoluta de votos, mediante provocação da Mesa ou de Partido com representação na Assembléia, assegurada ampla defesa."

"Art. 276 - O Deputado que descumprir os deveres inerentes a seu mandato, ou praticar ato que afete a sua dignidade, estará sujeito ao processo e às medidas disciplinares previstas neste Regimento e no Código de Ética e Decoro Parlamentar, que poderá definir outras infrações e penalidades, entre as quais as seguintes:

...

III - perda do mandato.

...

§ 2º - É incompatível com o decoro parlamentar:

...

II - a percepção de vantagens indevidas;

III - a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos dele decorrentes."

Positivamente, é este o arcabouço que disciplina a

matéria.

Doutrinariamente, temos:

A hipótese da perda do mandato parlamentar por prática de procedimento que seja reputado incompatível com o decoro parlamentar foi introduzida no direito positivo pátrio por ocasião da promulgação da Constituição Federal de 1946, em decorrência de proposta apresentada pelo então deputado e ora festejado autor Aliomar Baleeiro. Dizia aquele texto constitucional:

Constituição Federal de 1946

"Art. 48 - Os deputados não poderão:

...

§ 2º - Perderá, igualmente, o mandato o deputado ou senador cujo procedimento seja reputado pelo voto de dois terços dos membros de sua câmara, incompatível com o decoro parlamentar."

Na lição do inesquecível Pontes de Miranda, ao comentar este artigo da Carta de 1946, temos:

"14) Dois terços da câmara a que pertence o congressista pode cassar (é bem este o termo) o mandato do deputado ou senador cujo procedimento seja, à juízo desses dois terços, incompatível com o decoro parlamentar. É o impeachment. Ato político, não sujeito a controle judicial, salvo se não houve os dois terços acordados na destituição do deputado ou senador."

Logo, verifica-se que atentatória ao decoro parlamentar é a conduta que se contrapõe aos padrões morais que norteiam e que sustentam a dignidade do Parlamento e do mandato parlamentar.

Assim, não é preciso que o ato configure ilícito penal, basta que macule o respeito exigido por um detentor de mandato popular para dar ensejo à perda do mandato.

Dando seqüência a este raciocínio, transcrevemos:

"Outro motivo mencionado pela Constituição do País para a perda do mandato de deputado ou senador é o procedimento reputado incompatível com o decoro parlamentar. É, então, um poder discricionário que tem a Câmara de expulsar os seus membros, quando sua conduta venha a ferir a própria honorabilidade da Assembléia. Conquanto o deputado ou o senador tenha todas as condições para continuar em seu cargo, a própria Câmara ajuíza que ele é indesejável ou intolerável, surgindo a cassação como uma medida disciplinar." Pinto Ferreira, *in* Comentários à Constituição Brasileira, 3º Vol., pág. 28, Ed. Saraiva, 1992.

Já no que concerne à expressão "vantagens indevidas" encontrada no § 1º do artigo 55 da Constituição Federal de 1988, temos que:

"Este parágrafo foi uma inovação introduzida pela Emenda nº 01/69. Não constava do direito anterior. Procedeu, segundo parece, da intenção de precisar o campo do decoro parlamentar, tornando inquestionável abranger o abuso de prerrogativas e a percepção de vantagens indevidas.

A expressão "vantagens indevidas" equivale à locução "vantagens indevidas ou imorais", empregadas pela Emenda nº 01/69 (art. 35, § 1º)." Manoel Ferreira Filho, in Comentários à Constituição Brasileira de 1988, Vol. 2. Pág. 57, Ed. Saraiva, 1992.

Podemos dizer ainda, que:

"O que parece certo é que o constituinte não quis encampar toda e qualquer forma de moralidade, mas aquela cuja lesão possa depor contra o decoro parlamentar, ou seja, contra a nobreza, a dignidade, cuja degradação possa influir no próprio conceito do Parlamento. Por isso, Nelson de Souza Sampaio refere-se ao decoro como uma moralidade exterior ou expressão externa de honradez e auto-respeito. Não se trata de coisas que se passam no foro íntimo de cada um, umas de comportamento, de atitudes que, pelo caráter incompatível com o bom proceder de um parlamentar, acabam por depor contra a própria reputação da instituição." (Grifamos) Celso Ribeiro Bastos e Ives Gandra Martins, *in* Comentários à Constituição do Brasil, 4º Vol., Tomo I, pág. 215, Ed. Saraiva, 1995.

Temos ainda na obra supra citada, na página 22, o comentário ao parágrafo primeiro do artigo 55 da C.F.:

"Outra ofensa ao decoro parlamentar, ensejadora da perda do mandato, é a percepção de vantagens indevidas, mesmo que tal procedimento não configure ilícito penal. O parlamentar deve ter conduta impecável, condizente com o prestígio da função que desempenha. O comportamento incompatível do congressista com os padrões éticos exigidos pela dignidade do Parlamento é causa bastante para a perda do mandato." (Grifos nossos)

Da análise destes ensinamentos doutrinários extrai-

se que:

a.) É competência exclusiva da Assembléia Legislativa a declaração do procedimento incompatível com o decoro parlamentar de um de seus membros e a consequente decisão da perda do mandato deste;

b.) A maioria absoluta dos membros do parlamento é que decide se aquele(s) ato(s) praticado(s) pelo deputado é atentatório contra a moral, a honradez a dignidade do Parlamento.

Cabe aqui um breve retrospecto histórico dos atos e fatos que desencadearam a atuação desta Corregedoria.

1. Requisição de instauração de Inquérito Policial para apurar prática de irregularidades na utilização de verbas de subvenções sociais e de diárias, que estariam fraudulentamente sendo apropriadas em proveito do Deputado Jaime Mantelli e/ou funcionários de seu gabinete ou familiares, formulada pela 4ª Promotoria de Justiça da Comarca da Capital. (Fls. 029 à 031, e documentos que a acompanham, fls. 32 à 58)

2. Repercussão do caso na imprensa catarinense.

Cumpra aqui, em instância de Corregedoria, analisar tão somente as questões concernentes ao decoro parlamentar exigido do Deputado Jaime Mantelli. Faltou ele com o decoro parlamentar? Percebeu vantagens indevidas? Praticou irregularidades graves no desempenho do mandato ou engasgo dele decorrente? Estas são as indagações que devem ser respondidas para fundamentar o parecer desta Corregedoria.

Para responder à estas perguntas tomamos como subsídio os documentos que instruem este processo, aqueles reproduzidos pela imprensa catarinense além do depoimento pessoal do deputado Jaime Mantelli. Vamos à ele:

Extraído do depoimento prestado pelo Deputado Jaime Mantelli, à fls.261:

"... Quando perguntado sobre a Senhora Djanira Michel, o Senhor Deputado Jaime Mantelli declarou ser funcionária do gabinete e sua esposa. ..."

"... Sobre os recibos constantes do processo de valores diversos assinados por Djanira Michel como devolução de subvenções sociais, não os reconhece como documentos de seu gabinete, tanto que para justificar, anexou nos documentos referidos no início deste depoimento, a declaração das entidades justificando a legalidade da utilização dos referidos recursos. ..."

Estas declarações remetem forçosamente aos documentos registrados às folhas 032, 36 à 38 e 40, entre outros, que traduzem-se em recibos assinados por Djanira Michel muitas vezes em papel timbrado do Gabinete do Deputado Jaime Mantelli.

Ora, se o próprio Deputado Jaime Mantelli não reconhece estes documentos firmados por sua funcionária e esposa em papel timbrado de seu gabinete parlamentar, mister se faz apuração eficaz desta situação, realizada através de perícia, à fim de resolver esta crucial dúvida.

Contudo, são evidências substanciais que não podem ser desprezadas, vez que constituem forte indício - senão prova material - de que houve percepção de vantagens indevidas, auferidas pelo Deputado Jaime Mantelli em procedimento flagrantemente incompatível com o decoro parlamentar, pois que não é prática compatível com a praxe parlamentar a devolução ao gabinete do deputado de valores destinados como verba de subvenção social.

À corroborar, temos o depoimento prestado pelo Sr. Edson Pedro Demoro, ex-Chefe do Gabinete Parlamentar do Deputado Jaime Mantelli, em sede de Inquérito Policial, à fls.

68 e 180. Vejamos:

"... Que o declarante alega que discordava do Dep. Mantelli quando ele solicitava diária em nome de Dilonir, Cabo da PM, a disposição de seu gabinete, entretanto o Cabo devolveia o valor para o Dep. Mantelli, o mesmo acontecia com o assessor parlamentar Dr. Antônio Peri Seabra; Que também no dia 18.04.95, o Dep. Mantelli encaminhou através do documento bancário nº 1023, o valor de R\$ 3.620,00 (três mil, seiscentos e vinte reais) para a Associação de Cabos e Soldados Horizonte Aberto de Criciúma, onde era presidente do Cabo Dilonir, o qual exercia a função de assessor parlamentar do Gabinete do Dep. Mantelli, entretanto este Cabo, alguns dias após, entregou no gabinete do Dep. Mantelli um computador completo; ..."

Ainda que inconclusivas as provas coligidas aos autos para assegurar a prática de ilícito penal cometido pelo Deputado Jaime Mantelli e muito embora as declarações das entidades trazidas aos autos pelo Deputado e seus doutos advogados, fortes indícios e evidências apontam na direção da prática de ato incompatível com o decoro parlamentar, inclusive com percepção de vantagens indevidas envolvendo recursos deste Parlamento em operações de modo geral obscuras. E para tal basta à ensejar o procedimento recomendado, até para que não parem quaisquer dúvidas perante a sociedade e os demais membros desta Assembléia. A moral do parlamento foi atingida: a opinião pública manifestou sua indignação ante os fatos apresentados pela imprensa catarinense, merecendo, desta forma, uma satisfação por parte deste Poder. (*"Por isso, Nelson de Souza Sampaio refere-se ao decoro como uma moralidade exterior ou expressão externa de honradez e auto-respeito.* Obra citada, Celso Ribeiro Bastos e Ives Gandra Martins)

Desta feita, Senhor Presidente e demais Membros da Mesa, é do convencimento deste Corregedor que o Deputado Jaime Mantelli adotou práticas incompatíveis com o decoro parlamentar, razão pela qual, à teor do que dispõe o artigo 44, inciso II, parágrafo 1º da Constituição Estadual, combinado com o artigo 272, inciso II, parágrafo 1º e 276, parágrafo 2º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, deve ser submetida à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis para o devido processamento, em respeito ao princípio do *'due process of law'*.

Contudo, é forçoso salientar que este convencimento decorre tão somente dos elementos colhidos até o presente momento e em virtude da regimentalmente limitada ação desta Corregedoria. Nada obsta a apreciação de novas circunstâncias por ocasião do procedimento próprio, onde ser-lhe-á garantido o direito à ampla defesa.

É o parecer que submeto à douta apreciação dos membros da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Florianópolis, 11 de março de 1998.

ODACIR ZONTA
Corregedor da ALESC

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

DECRETO LEGISLATIVO

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 40, inciso IV, alíneas "b" e "c" e art. 70 da Constituição do Estado, e art. 115, inciso IX do Regimento Interno e eu, Deputado Neodi Saretta, Presidente, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18.072/98

Autoriza licença ao Vice-Governador do Estado para ausentar-se do País.

Art. 1º Fica autorizada licença ao Senhor Vice-Governador

para que possa ausentar-se do País, em caráter particular, no período de 22 de março a 13 de abril do corrente ano, com destino à Espanha, Marrocos e Portugal.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 19 de março de 1998.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - 1º Secretário
Deputado Afonso Spaniol - 3º Secretário

*** X X X ***

OFÍCIO**GABINETE DA LIDERANÇA DO PT**

Ofício nº 005/98

Florianópolis, 10 de março de 1998

Exmo. Sr.

NEODI SARETTADD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
NESTA

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente venho através do presente comunicar, que a bancada do PT, indicou o meu nome para a liderança do partido no próximo período.

Sem mais, aproveito a oportunidade para colocar-me a disposição desta presidência e das demais bancadas representadas nesta casa, afim de, juntos desenvolvermos o melhor trabalho possível neste ano.

Atenciosamente,

Pedro Uczai

Líder da Bancada do PT

À Publicação em 18/03/98

*** X X X ***

PARECER**PARECER****COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS**

REFERÊNCIA: Projeto de Emenda Constitucional nº 02/96

ORIGEM: Parlamentar (Dep. Ivan Ranzolin e outros)

EMENTA: "Dá nova redação ao artigo 124 da Constituição do Estado".

Sr. Presidente,

Srs. Deputados,

Por designação da Presidência deste órgão fracionário, fui incumbido de emitir parecer acerca do Projeto de Emenda Constitucional em epígrafe, de origem do nobre Deputado Ivan Ranzolin e Outros.

Com a referida emenda, pretendem os autores da proposição permitir o repasse direto dos recursos relativos às dotações orçamentárias dos Poderes Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, através da retenção em conta vinculada dos tributos estaduais.

Ressalte-se que não se trata de vinculação de receita, mas apenas e tão somente, a retenção de valores provenientes da arrecadação de tributos, no exato montante destinado ao demais Poderes do Estado de Santa Catarina, já nominados.

A medida a ser proporcionada pela Emenda Constitucional em apreço é de salutar importância, na medida em que vem consolidar a separação e independência dos Poderes consagrados na Constituição Federal de 1988 e bem assim, na Carta Política dos Catarinenses de 1989.

Ademais, a alteração permitirá acabar com os atrasos nos repasses das verbas destinadas aos Poderes Judiciário e Legislativo, Tribunal de Contas e Ministério Público, situação que vem se repetindo ao longo dos últimos meses, prejudicando o desenvolvimento de suas atividades de maneira regular.

II - VOTO:

Considerando o exposto, propugnamos pela aprovação do Projeto de Emenda Constitucional no âmbito desta Comissão e sua tramitação nesta Casa de Leis.

Sala da Comissão, em 23 de setembro de 1997.

DEP. CARLITO MERSS

Relator

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 029/98****Declara de Utilidade Pública o Grupo Folclórico Boi de Mamão.****Art. 1º** Fica declarado de Utilidade Pública o Grupo Folclórico Boi de Mamão, com sede e foro na cidade e Comarca de Laguna.**Art. 2º** À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT NETO

*Lido no Expediente**Sessão de 18/03/98***JUSTIFICATIVA**

O Grupo Folclórico Boi de Mamão, fundado em 29 de março de 1987, tem como finalidade manter a cultura do boi de mamão.

A entidade percorre a região promovendo o encontro da cultura tradicional de Laguna, nas diversas comunidades, e municípios vizinhos. As apresentações são realizadas por pessoas simpatizantes ao grupo, que não medem esforços na divulgação desta atividade açoriana.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 030/98**Declara de Utilidade Pública o Comitê da Ação da Cidadania dos Empregados da Caixa Econômica Federal no Estado de Santa Catarina.****Art. 1º** Fica declarado de Utilidade Pública o Comitê da Ação da Cidadania dos Empregados da Caixa Econômica Federal do Estado de Santa Catarina, com sede e foro da cidade e Comarca de Florianópolis.**Art. 2º** À referida entidade ficam assegurados todos os direitos e vantagens previstos em Lei.**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

DEPUTADO OLICES SANTINI

*Lido no Expediente**Sessão de 18/03/98***JUSTIFICATIVA**

Trazemos à consideração deste Parlamento proposta de lei que visa declarar de utilidade pública o Comitê Nacional da Ação da Cidadania dos Empregados da Caixa Econômica Federal no Estado de Santa Catarina.

A entidade em questão, sem fins lucrativos, detém como objetivo principal angariar recursos financeiros e ou materiais a serem aplicados na promoção, apoio, patrocínio e divulgação de ações e projetos voltados ao combate à fome e à miséria, além de coordenar, orientar e incentivar as atividades, programas e ações de comitês legais de empregados da CEF, no Estado de Santa Catarina, contra a miséria, a fome e em defesa da vida.

Assim, por tratar-se de matéria que proporcionará à entidade os direitos oriundos da legislação sobre a espécie, solicitamos aos nobres Pares seu acolhimento.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 031/98**Regulamenta o art. 14 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), bem como o inciso VI do art. 162 da Constituição do Estado de Santa Catarina que estabelecem gestão democrática do ensino público, adotado o sistema eletivo, mediante voto direto e secreto, para escolha dos dirigentes dos estabelecimentos de ensino e a criação dos Conselhos Deliberativos Escolares, nos termos desta Lei.**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,
Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:**TÍTULO I****DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO ESTADUAL****Art. 1º** - A gestão democrática do ensino público estadual, princípio inscrito no artigo 206, inciso VI da Constituição Federal, no artigo 162, inciso VI da Constituição do Estado e artigo 3º, inciso VI do Sistema Estadual de Ensino será exercida na forma desta Lei e obedecendo aos seguintes preceitos:

I - autonomia dos estabelecimentos de ensino no que lhes couber pela Lei, na gestão administrativa, financeira e do seu projeto político pedagógico, sob responsabilidade do seu Conselho Deliberativo, com representação eleita entre todos os segmentos da comunidade escolar;

II - sistema eletivo para indicação dos dirigentes dos estabelecimentos de ensino;

III - respeito à autonomia e liberdade de organização dos segmentos da comunidade escolar;

IV - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola;

V - transparência nos mecanismos pedagógicos, administrativos e financeiros de forma a assegurar a participação da comunidade escolar;

VI - garantia da descentralização do processo educacional.

Art. 2º - A gestão democrática nos estabelecimentos de ensino abrangerá:

I - Criação de Conselho Deliberativo;

II - Eleição de Diretor e Diretor(es) Adjunto(s);

III - Elaboração participativa do respectivo Projeto Político Pedagógico;

IV - Elaboração participativa do Regimento Escolar.

Art. 3º - A autonomia da gestão administrativa dos estabelecimentos de ensino será assegurada:

I - pela escolha de representantes de segmentos da comunidade escolar para o Conselho Deliberativo;

II - pela garantia de participação dos segmentos da comunidade escolar nas deliberações do Conselho Deliberativo;

III - pela eleição do diretor e diretor(es) adjunto(s), mediante voto direto e secreto da comunidade escolar;

IV - pela atribuição de mandato ao diretor e diretor(es) adjunto(s) que obtiveram a maioria dos votos válidos da comunidade escolar;

V - pela destituição dos dirigentes dos estabelecimentos de ensino, na forma regulada nesta Lei.

Art. 4º - Para efeitos dessa Lei, entende-se por comunidade escolar o conjunto de alunos regularmente matriculados, pais ou responsáveis por alunos menores de 16 (dezesseis) anos matriculados no ensino fundamental, educação infantil e educação especial, membros do magistério, servidores públicos e funcionários, em efetivo exercício no estabelecimento de ensino.

§ 1º - É considerado responsável pelo aluno aquele que constar como tal na documentação escolar.

§ 2º - São membros do magistério o professor, o especialista em assuntos educacionais, o consultor educacional, o assistente técnico-pedagógico que, ocupando ou exercendo cargo ou função na escola, ainda que através de permuta, desempenha atividade docente, especializada ou administrativa.

§ 3º - São servidores públicos todos aqueles pertencentes ao Quadro de Pessoal Civil do Estado lotados ou em exercício na escola.

§ 4º - São funcionários todos aqueles contratados através da APP - Associação de Pais e Professores, em exercício na escola.

§ 5º - É considerado em efetivo exercício o membro do magistério, servidor público ou funcionário que no dia da votação não esteja em licença sem vencimento, a disposição em outro local, inclusive através de convênio, ou afastado para exercer cargo de comissão ou função de confiança fora da escola, em órgão da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal.

Art. 5º - Ninguém poderá votar ou ser votado mais de uma vez no mesmo estabelecimento de ensino, ainda que seja pai, mãe ou responsável por mais de um aluno, represente segmentos diversos ou acumule cargos ou funções.

§ 1º - São assegurados os votos dos analfabetos.

§ 2º - Não será admitido o voto por procuração ou por correspondência.

TÍTULO II

DO CONSELHO DELIBERATIVO

Art. 6º - Fica criado o Conselho Deliberativo nos estabelecimentos de ensino mantidos pelo Governo Estadual.

Art. 7º - O Conselho Deliberativo definirá sobre os diversos aspectos concernentes à vida do estabelecimento de ensino e será constituído pela direção e representantes da comunidade escolar.

Art. 8º - São atribuições do Conselho Deliberativo:

I - elaborar seu próprio regimento, submetendo-o a aprovação da assembleia geral da comunidade escolar;

II - coordenar, em conjunto com os dirigentes da escola, o processo de discussão, elaboração ou alteração do regimento escolar, que será aprovado em assembleia geral e contemplará:

a) relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento;

b) critérios de avaliação a serem adotados pelo respectivo estabelecimento de ensino, obedecida a legislação pertinente.

III - coordenar, em conjunto com os dirigentes, a elaboração e execução do projeto político pedagógico do estabelecimento de ensino;

IV - convocar assembleias gerais da comunidade escolar;

V - convocar a realização de processo eletivo, com vistas a indicação dos dirigentes do estabelecimento de ensino;

VI - elaborar e decidir sobre alterações no calendário escolar;

VII - aprovar o plano de aplicação dos recursos financeiros destinados ao estabelecimento de ensino;

VIII - divulgar, regularmente, informações e parecer referentes a aplicação dos recursos financeiros, resultados obtidos e qualidade dos serviços prestados;

IX - encaminhar, quando for o caso, à autoridade competente, proposta de instauração de sindicância para os fins de destituição de diretor e/ou de diretor adjunto da escola, em decisão tomada pela maioria de seus membros e com razões fundamentadas e registradas formalmente;

X - analisar e encaminhar sobre as questões de interesse geral do estabelecimento de ensino.

Art. 9º - O mandato dos membros do Conselho Deliberativo será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Art. 10 - O Conselho Deliberativo será composto por número ímpar de conselheiros, não podendo ser inferior a 5 (cinco), nem exceder de 21 (vinte e um).

§ 1º - A direção do estabelecimento de ensino integrará o Conselho Deliberativo como membro nato e, no seu impedimento, por um diretor adjunto, por ele indicado.

§ 2º - Cabe ao(s) conselheiro(s) representar seu segmento discutindo, formulando e avaliando internamente propostas para serem apresentadas nas reuniões do Conselho Deliberativo.

§ 3º - Os membros do Conselho Deliberativo poderão ser destituídos em assembleia geral do seu segmento, quando não cumprirem suas funções.

§ 4º - Havendo vacância, será imediatamente realizada eleição para o cargo vago, pelo respectivo segmento.

Art. 11 - Todos os segmentos existentes na comunidade escolar deverão estar representados no Conselho Deliberativo, assegurada a proporcionalidade de 50% (cinquenta por cento) para pais e alunos e 50% (cinquenta por cento) para membros do magistério, servidores e funcionários, excluída a direção do estabelecimento.

§ 1º - No impedimento legal da existência de representação do segmento alunos ou do segmento pais, o percentual de 50% (cinquenta por cento) será completado, respectivamente, por representantes de pais ou alunos.

§ 2º - Na inexistência do segmento servidores ou funcionários, o percentual de 50% (cinquenta por cento) será completado por representantes dos membros do magistério.

§ 3º - O membro do magistério e demais servidores ou funcionários, que possuam filhos regularmente matriculados na escola, poderão concorrer somente como membros do magistério, servidor ou funcionário, respectivamente.

Art. 12 - Os representantes da comunidade escolar que integrarão o Conselho Deliberativo, bem como os respectivos suplentes, serão eleitos em assembleia geral ou conforme dispuser o regimento escolar, através de chapas, em eleição proporcional, na mesma data.

§ 1º - O total de votos em cada chapa determinará proporcionalmente o número de membros que a representará no Conselho Deliberativo.

§ 2º - Para efeito de aferição dos nomes eleitos em cada chapa, será observada a ordem de inscrição dos candidatos na constituição das chapas, por segmento.

Art. 13 - Terão direito a votar para a constituição do Conselho Deliberativo:

I - os alunos regularmente matriculados no estabelecimento de ensino a partir da 4ª série do ensino fundamental;

II - o pai, ou a mãe ou o responsável pelo aluno menor de 16 (dezesseis) anos matriculado no ensino fundamental, na educação infantil e especial;

III - os membros do magistério, servidores públicos e funcionários em exercício no estabelecimento de ensino.

Art. 14 - Poderão ser votados como membros do Conselho Deliberativo:

I - os alunos regularmente matriculados no estabelecimento de ensino a partir de 14 (quatorze) anos de idade;

II - o pai, ou a mãe ou responsável pelo aluno matriculado em qualquer nível da educação básica e especial;

III - os membros do magistério, servidores públicos e funcionários em exercício no estabelecimento de ensino.

Art. 15 - A eleição dos representantes para o Conselho Deliberativo ocorrerá, em todo o Estado, no mês de abril.

Parágrafo único - Extraordinariamente, a eleição dos representantes para o Conselho Deliberativo, em todo o Estado ocorrerá um mês após a publicação desta lei.

Art. 16 - O Conselho Deliberativo deverá se reunir ordinariamente, pelo menos, uma vez por mês, em data divulgada para conhecimento da comunidade escolar e, extraordinariamente, sempre que for necessário.

§ 1º - A eleição do seu Presidente e Secretário(s) será feita pelos membros do próprio Conselho Deliberativo;

§ 2º - O Presidente e Secretário(s) poderão ser substituídos ou destituídos dos respectivos cargos, a qualquer momento, pela maioria dos membros do Conselho Deliberativo.

§ 3º - Perderá o mandato o membro do Conselho Deliberativo que faltar a 3 (três) reuniões consecutivas, ou a 2/3 (dois terços) do total de reuniões de cada semestre, sem justificativa.

§ 4º - É vedada a participação do diretor ou do seu representante nas reuniões do Conselho Deliberativo, quando a pauta tratar de processo da respectiva destituição, salvo para prestar informações solicitadas ou apresentar defesa no prazo legal.

Art. 17 - O regimento do Conselho Deliberativo deverá ser encaminhado ao órgão local da Secretaria da Educação para conhecimento.

TÍTULO III

DOS DIRETORES E DIRETORES ADJUNTOS

Art. 18 - A administração dos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual será exercida por um Diretor e Diretor(es) Adjunto(s), em consonância com as deliberações do Conselho Deliberativo.

§ 1º - O mandato do dirigente de estabelecimento de ensino será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

§ 2º - A nomeação, a remuneração, a criação de cargo ou função e a quantificação de Diretor e Diretor(es) Adjunto(s) de acordo com número de alunos por estabelecimento de ensino, será regulamentada pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 3º - A Secretaria de Estado da Educação e do Desporto nomeará os eleitos 30 (trinta) dias após a eleição.

Art. 19 - Os Diretores e Diretores Adjuntos dos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual serão eleitos pela respectiva comunidade escolar, mediante voto direto e secreto.

Parágrafo único - O disposto no "caput" desse artigo aplica-se a todos os estabelecimentos de ensino que ministram educação básica e especial, inclusive os Centros de Educação Infantil - CEIs, no caso do coordenador geral e administrativo.

Art. 20 - Para candidatar-se a Diretor ou a Diretor Adjunto o interessado deverá preencher os seguintes requisitos:

I - ser estável e pertencer ao magistério público estadual;

II - estar em efetivo exercício no estabelecimento de ensino;

III - possuir, no mínimo, habilitação de 2º grau específica na área do magistério;

IV - não ter respondido a inquérito administrativo onde tenha sido comprovada sua participação em irregularidades financeiras.

Art. 21 - A votação para Diretor e Diretor(es) Adjunto(s) será realizada, em todo o Estado, na primeira quinzena do mês de novembro.

§ 1º - A inscrição dos candidatos a Diretor e Diretor Adjunto processar-se-á através de chapa, que corresponderá à composição da direção do estabelecimento de ensino.

§ 2º - A inscrição será feita em até 15 (quinze) dias antes do início do pleito, perante a Comissão Eleitoral.

§ 3º - Nenhum candidato poderá concorrer, simultaneamente, em mais de um estabelecimento de ensino ou em mais de uma chapa na mesma escola.

§ 4º - Será de 05 (cinco) dias o período de inscrição de chapa(s).

Art. 21 - A eleição processar-se-á por voto direto, secreto, facultativo, pessoal e será dado em cédula única.

Art. 22 - Terão direito de votar:

I - os alunos regularmente matriculados no estabelecimento de ensino, a partir da 4ª série do ensino fundamental;

II - o pai, ou a mãe ou o responsável pelo aluno menor de 16 (dezesesseis) anos matriculado no ensino fundamental, na educação infantil e especial;

III - os membros do magistério, servidores públicos e funcionários em exercício no estabelecimento de ensino;

Art. 23 - O processo eleitoral do (s) dirigente (s) do estabelecimento de ensino será convocado pelo Conselho Deliberativo, em até 30 (trinta) dias antes da realização do pleito, através de edital público, afixado em locais visíveis e de fácil acesso na escola.

§ 1º - Caberá ao Conselho Deliberativo convocar a realização de assembleia geral da comunidade escolar para a constituição de Comissão Eleitoral.

§ 2º - Na falta do Conselho Deliberativo, a convocação referida no "caput" desse artigo bem como no § 1º será realizada pelo Diretor em exercício no estabelecimento de ensino.

§ 3º - Na omissão do Diretor em exercício, a convocação referida poderá ser feita por edital subscrito por, no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros do magistério, servidores e funcionários em exercício no estabelecimento de ensino.

Art. 24 - A Comissão Eleitoral tem por finalidade coordenar, executar, escrutinar e promulgar os resultados do processo eleitoral no estabelecimento de ensino.

§ 1º - A Comissão Eleitoral será constituída, preferencialmente, por representantes dos 03 (três) segmentos da comunidade escolar, em composição igualitária.

§ 2º - O Presidente da Comissão Eleitoral será eleito por seus membros, devendo ser maior de 16 (dezesesseis) anos.

§ 3º - Não poderá compor a Comissão Eleitoral nenhum candidato, seu cônjuge e parentes até 1º grau, assim como membros do magistério e servidores públicos que estejam no exercício das funções de Diretor, Diretor Adjunto e secretário de escola.

§ 3º - A constituição da Comissão Eleitoral e a qualificação dos seus membros será comunicada pelo Conselho Deliberativo ao órgão local da Secretaria da Educação, em até 72 (setenta e duas) horas após a sua eleição.

Art. 25 - Caberá à Comissão Eleitoral:

I - elaborar o edital de inscrição para dirigente de estabelecimento de ensino, obedecidos os requisitos fixados no artigo 20 e demais disposições desta Lei;

II - fixar o dia, local, horário e o prazo das inscrições;

III - fixar as normas sobre a propaganda e o bom andamento do processo eleitoral, sendo estas incluídas, obrigatoriamente, em debate público entre a comunidade escolar e a(s) chapa(s) concorrente(s);

IV - constituir as mesas escrutinadoras necessárias para cada segmento, com um Presidente e um Secretário para cada uma, escolhidos dentre os integrantes da comunidade escolar;

V - providenciar as listagens dos eleitores, em trabalho conjunto com a secretaria do estabelecimento de ensino;

VI - providenciar ampla divulgação do pleito, suas regras e datas;

VII - zelar pela legalidade e probidade do pleito;

VIII - acolher e julgar recursos interpostos pela(s) chapa(s) concorrente(s) ou por eleitores;

IX - credenciar os fiscais de votação e apuração indicados pela(s) chapa(s);

X - apreciar, em primeira instância, os recursos apresentados.

Art. 26 - A Comissão Eleitoral publicará e divulgará o registro da(s) chapa(s), no primeiro dia útil após o encerramento do prazo das inscrições.

§ 1º - Qualquer membro da comunidade escolar poderá impugnar, por escrito, o registro de candidato que não atenda os requisitos desta Lei, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sem efeito suspensivo, a contar da publicação a que se refere o "caput" deste artigo.

§ 2º - Havendo impugnações, estas serão decididas pela Comissão Eleitoral, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas do término do prazo de que trata o parágrafo 1º.

§ 3º - Na escola em que não houver impugnações a Comissão Eleitoral, de imediato, homologará a(s) chapa(s) candidata(s), dando publicidade ao ato no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 4º - Os demais recursos, sem efeito suspensivo e interpostos, por escrito, perante a Comissão Eleitoral, serão decididos em até 48 (quarenta e oito) horas.

§ 5º - Dos recursos não decididos ou conhecidos pela Comissão Eleitoral, caberá apelação, em segunda e última instância, à assembleia geral da comunidade escolar.

Art. 27 - Nos estabelecimentos de ensino onde, por ausência de chapas concorrentes ou por não haver candidato interessado ou que preencham os requisitos do artigo 20, caberá a indicação do(s) dirigente(s) pelo Secretário da Educação, dentre os membros do magistério estáveis lotados ou em exercício na escola, até a realização do próximo pleito.

Parágrafo único - Nas escolas recém inauguradas os dirigentes de estabelecimento de ensino serão indicados pelo Secretário da

Educação, dispensada a exigência do inciso II do artigo 20.

Art. 28 - Será considerado eleito o candidato que obtiver a maioria dos votos válidos, com participação paritária.

Art. 29 - A votação somente terá validade se a participação mínima atingir a maioria absoluta do respectivo universo de eleitores do segmento alunos e do segmento membros do magistério, servidores públicos e funcionários.

Art. 30 - A substituição do Diretor será feita pelo Diretor Adjunto, auxiliar de direção, administrador escolar ou, na falta desses, por membro do magistério indicado pelo Secretário da Educação, salvo na hipótese de destituição do cargo pela comunidade escolar.

Art. 31 - A vacância ocorrerá por término de mandato, por aposentadoria, falecimento, exoneração ou destituição.

§ 1º - O pedido de destituição, por escrito, de dirigente(s) de estabelecimento de ensino poderá ser formulado por iniciativa de qualquer membro da comunidade escolar perante o Conselho Deliberativo ou perante o órgão local da Secretaria da Educação.

§ 2º - A exoneração de dirigente de estabelecimento de ensino, exceto a pedido do interessado, poderá ocorrer sob os seguintes fundamentos:

a) desrespeito à integridade física e/ou moral dos membros da comunidade escolar;

b) negligência no trato dos assuntos pedagógicos, administrativos ou financeiros do estabelecimento de ensino;

c) desrespeito ao processo de tomada de decisões coletivas da escola;

d) faltas frequentes e não justificadas ao trabalho;

e) parcialidade no tratamento aos membros do magistério, servidores públicos, funcionários e corpo discente da escola;

f) malversação dos recursos financeiros da escola;

g) falta grave de desobediência à lei, normas e regulamentos;

Art. 32 - Proposta a destituição do dirigente, este será intimado a responder, no prazo de 10 (dez) dias, podendo juntar documentos, arrolar testemunhas e requerer diligências.

§ 1º - O Conselho Deliberativo, após a ouvida das testemunhas arroladas e apreciação dos documentos apresentados, emitirá parecer conclusivo.

§ 2º - O pedido de destituição, uma vez instruído e com parecer, será encaminhado a assembléia geral da comunidade escolar para decisão final.

§ 3º - Aprovada a destituição do dirigente pela assembléia geral da comunidade escolar, o fato será lavrado em ata e encaminhado, em regime de urgência, ao Secretário da Educação, para as providências cabíveis.

Art. 33 - Caberá ao Conselho Deliberativo indicar o substituto do dirigente destituído, que cumprirá o restante do mandato do substituído, após aprovação da indicação em assembléia geral.

Art. 34 - O Secretário da Educação poderá baixar atos necessários a fiel execução desta Lei.

Art. 35 - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão à conta do Orçamento Geral do Estado

Art. 36 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1998.

DEPUTADA IDELI SALVATTI

DEPUTADO CARLITO MERSS

DEPUTADO AFONSO SPANIOL

DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA

DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

DEPUTADO PEDRO UCZAI

Lido no Expediente

Sessão de 19/03/98

*** X X X ***

PROJETO DE RESOLUÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003/98

Dispõe sobre a realização de Sessões Ordinárias e Extraordinárias da Assembléia Legislativa do Estado, alterando em caráter temporário e excepcional disposições regimentais.

Art. 1º Em caráter excepcional e por prazo determinado, este compreendido no período de 1º de abril a 1º de outubro de 1998, as Sessões Ordinárias e Extraordinárias da Assembléia Legislativa serão realizadas de acordo com o calendário contido no Anexo Único, da presente Resolução.

Art. 2º Durante os períodos de recesso das Sessões Ordinárias poderão ser convocadas Sessões Extraordinárias para apreciar as seguintes matérias:

I - Votos cujos prazos regimentais estejam a se esgotar;

II - Medidas Provisórias com prazos de apreciação coincidentes com os períodos;

III - Proposições consideradas, por sua natureza, de caráter urgente e inadiável.

§ 1º As convocações para as Sessões Extraordinárias, realizadas sob as condições dos incisos I, II e III, em nenhuma hipótese serão remuneradas.

§ 2º Durante o período de que trata o artigo 1º, não serão abonadas faltas sob alegação de desempenho de atividades parlamentares.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO ÚNICO

PERÍODOS
ABRIL, MAIO E JUNHO
2a. feira - Sessão às 14:00 horas
3a. feira - Sessão às 14:00 horas
4a. feira - Sessões às 09:00 e 14:00 horas
5a. feira - Sessão às 09:00 horas

PERÍODOS
JULHO
Sessões às 09:00 e 14:00 horas nos dias 1º, 2, 7 e 8

PERÍODOS
AGOSTO
1a. semana
2a. feira - Dia 3 - Sessão às 14:00 horas
3a. feira - Dia 4 - Sessões às 09:00 e 14:00 horas
4a. feira - Dia 5 - Sessões às 09:00 e 14:00 horas
5a. feira - Dia 6 - Sessões às 09:00 e 14:00 horas

PERÍODO
SETEMBRO
1a. semana
3a. feira - Dia 1º - Sessão às 09:00 e 14:00 horas
4a. feira - Dia 02 - Sessões às 09:00 e 14:00 horas
5a. feira - Dia 03 - Sessões às 09:00 e 14:00 horas
SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS
Tantas quanto forem necessárias

COMPARATIVO

	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO PROPOSTA
MÊS	SESSÕES	SESSÕES
ABRIL	16	21
MAIO	16	20
JUNHO	17	21
JULHO	0	08
AGOSTO	17	07
SETEMBRO	17	06
Totais	83	83

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 18 de março de 1998.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Francisco Küster - 1º Vice-Presidente

Deputado Vanderlei Rosso - 2º Vice-Presidente

Deputado Odacir Zonta - 1º Secretário

Deputado Gervásio Maciel - 2º Secretário

Deputado Afonso Spaniol - 3º Secretário

Deputado Adelor Vieira - 4º Secretário

Lido no Expediente

Sessão de 18/03/98

*** X X X ***

REQUERIMENTOS**GABINETE DO DEPUTADO WILSON WAN-DALL****REQUERIMENTO Nº 002/98**

(REQUERIMENTO Nº 026/98)

O Deputado que este subscreve, com amparo no Art. 122 do Regimento Interno, Requer, seja TRANSCRITO NOS ANAIS DA CASA, Editorial "Uma Vitória Catarinense", publicado no Jornal de Santa Catarina do dia 24 de fevereiro de 1998, página 2A, que trata das obras de duplicação da BR-101, afirmando que, quando uma sociedade se mobiliza, alcança os seus objetivos.

Sala das Sessões, 02 de março de 1998.

DEPUTADO WILSON WAN-DALL**Líder da Bancada do PFL***DESPACHO**Recebido em Sessão de 04/03/98***Uma vitória catarinense**

Técnicos do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) anunciam que, dentro de 60 dias, alguns trechos já duplicados da BR-101 poderão ser liberados para o tráfego no Estado. Trata-se de uma notícia que merece ser festejada. Afinal, ela sinaliza para o epílogo feliz de uma luta que mobilizou a sociedade catarinense, que durante décadas foi obrigada a conviver com uma rodovia cuja esgotada capacidade de trânsito fê-la merecer o cognome de estrada de morte, ao mesmo tempo em que funcionava como um ponto de estrangulamento do desenvolvimento econômico do Estado. Os primeiros trechos estaduais a serem abertos para o trânsito serão os seis quilômetros entre a divisa com o Paraná e o trevo de Garuva, do trevo de Pirabeira até a Rua Ottokar Doerffel, em Joinville, e mais quatro quilômetros entre a ponte sobre o Rio Itapocu e o trevo de Barra Velha. Atrasos no cronograma das obras, entretanto, não permitirão que a duplicação chegue até Palhoça este ano, como inicialmente previsto, mas o DNER informa que, até dezembro, deverão ser liberados os primeiros 100 quilômetros até o trevo de acesso a Itajaí.

A duplicação da BR-101 nos seus 216,5 quilômetros em território estadual - de Garuva, na divisa com o Paraná, até Palhoça, na Grande Florianópolis -, foi obtida graças a uma memorável campanha de mobilização, que uniu todos os segmentos da sociedade catarinense, de suas mais expressivas lideranças aos mais humildes cidadãos. E o **Jornal de Santa Catarina**, juntamente com todos os demais veículos da RBS em Santa Catarina - Diário Catarinense, emissoras de televisão e rádio -, orgulha-se de ter dado sua contribuição a esta campanha, cujos bons frutos agora começarão a ser colhidos. Resultado de uma campanha editorial e institucional promovida pela RBS/SC, um abaixo-assinado popular, que alcançou o número, sem precedentes em Santa Catarina, de um milhão de assinaturas, foi enviado a Brasília, transformando-se num argumento decisivo para a solenidade realizada no Ministério dos Transportes, no dia 12 de dezembro de 1996, quando foram assinados os primeiros contratos para a duplicação.

Esta era uma obra há muito devida a Santa Catarina, eis que, além de imposta pela tragédia humana expressa pela verdadeira chacina cotidiana no asfalto da estrada obsoleta, ela também se impunha pela sua importância como elemento reativador da economia estadual. Uma obra tornada ainda mais urgente pela acelerada integração do Estado aos grandes fluxos econômicos e turísticos do Mercosul. O anúncio de que, dentro de 60 dias, já será possível trafegar em alguns trechos duplicados, pequenos embora, merece registro e significa também um atestado de que, quando uma sociedade se mobiliza, ela alcança seus objetivos.

*** X X X ***

REQUERIMENTO Nº 003/98

(REQUERIMENTO Nº 077/98)

Excelentíssimo Senhor Deputado Neodi Saretta
DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Os Deputados Estaduais que este subscrevem, com fundamento no art. 47, §§ 3º e 4º, da Constituição do Estado de 1989, e nos arts. 30 e seguintes, do Regimento Interno

deste Poder Legislativo,

considerando que o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pela Resolução 38/97, restou aprovado em data de 10.03.98, apontando a necessidade de se aprofundarem diversos aspectos da investigação em torno das licitações envolvendo as empresas LUNA e AUTOLABOR, bem como da dispensa de licitação envolvendo a Fundação PROEDUCAR;

considerando que no curso dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pela Resolução 38/97, novas questões afloraram, indicando irregularidades que demandam apuração;

considerando que a Comissão Parlamentar de Inquérito pode ser constituída para apurar fato determinado, considerando-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida social do Estado;

REQUEREM a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 07 (sete) membros, para, no prazo de 90 (noventa) dias, apurar possíveis irregularidades ocorridas na Secretária de Estado da Educação e do Desporto, nas áreas de licitações e de execução de contratos, pelas razões que adiante alinham na justificativa.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1998.

Deputado AFONSO SPANIOL

Deputado LÍCIO MAURO DA SILVEIRA

Deputada IDELI SALVATTI

Deputado CARLITO MERSS

Deputado GILMAR KNAESEL

Deputado PEDRO UCZAI

Deputado FRANCISCO KÜSTER

Deputado IDELVINO FURLANETTO

Deputado ENI VOLTOLINI

Deputado OLICES SANTINI

Deputado VOLNEI MORASTONI

Deputado WILSON WAN-DALL

Deputado GERVÁSIO MACIEL

Deputado RENO CARAMORI

Deputado LEODEGAR TISCOSKI

Deputado PEDRO BITTENCOURT

Deputado NORBERTO STROISCH FILHO

Deputado UDO WAGNER

Deputado JAIME MANTELLI

Deputado GILSON DOS SANTOS

Deputado ODACIR ZONTA

Deputado JÚLIO TEIXEIRA

JUSTIFICATIVA

Há indícios, reforçados por denúncias institucionais e particulares, de possíveis irregularidades ocorridas na Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, nas áreas de licitações e de execução de contratos, por exemplo:

1. irregularidades nas licitações para aquisição de bolacha e maçã, bem como de outros integrantes da merenda escolar;
2. indícios de conluio na contratação da empresa AUTOLABOR, notadamente na fase de habilitação;
3. má qualidade dos "softwares" educativos adquiridos da fundação PROEDUCAR, conforme denúncia dos professores de português, matemática, inglês e ciências dos estabelecimentos públicos de ensino;
4. desarticulação entre ações da empresa LUNA e as práticas adotadas pelas escolas públicas, tanto no plano pedagógico, quanto no plano gerencial; e
5. práticas lesivas ao erário público nas empreitadas realizadas pela S.E.E.D., conforme apuração recentemente do Tribunal de Contas do Estado.

*** X X X ***

ERRATA

No Diário da Assembléia nº 4.524, de 17/03/98, na parte referente à **MEDIDA PROVISÓRIA**, pg. 28, onde se lê:

"MEDIDA PROVISÓRIA Nº 275/98"

leia-se:

"MEDIDA PROVISÓRIA Nº 075/98".

*** X X X ***